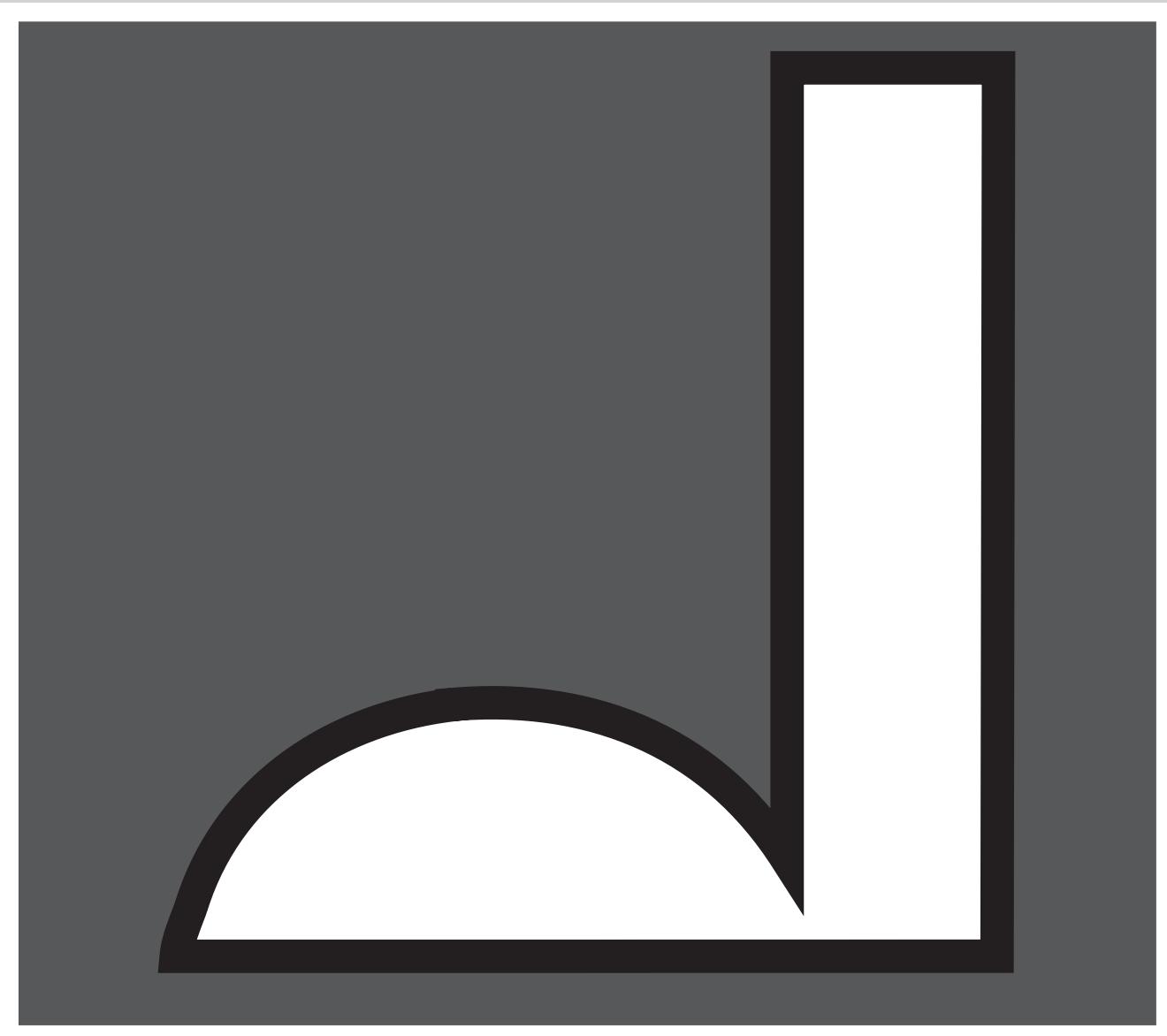




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – N° 037 – Uf DCF Q, 45 DE FEVEREIRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
 Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
 Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
 Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
 Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
 Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - Magno Malta - (PR-ES)
 2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
 3º - João Durval - (PDT-BA)
 4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (67,69)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (67,69)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (65)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,90)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (85,88,89)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (77)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder </p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (25,70)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,71)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (66)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,83)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Eduardo Lopes (37,44,68)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (32,62)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,63)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (78) Alvaro Dias (74) Paulo Bauer (5,31,73,79)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46,75)</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18,76)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,59,60)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,64) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Amorim (17,47,48,81) João Costa (82,84)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,59,60)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,64)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,81)</p> <p>Líder do PPL - 1 João Costa (82,84)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (38)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (30,39,83) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2013.....	05445	
1.1 – ABERTURA	05445	
1.2 – EXPEDIENTE	05445	
1.2.1 – Comunicações		
Do Senador Luiz Henrique, da impossibilidade da participação de S. Ex ^a da viagem oficial à Suíça, no período de 2 a 11 de março de 2013 (Ofício nº 12/2013).	05445	
Do Senador Eduardo Suplicy, justificando o não registro da presença na sessão do dia 20 do corrente (Ofício nº 86/2013).	05445	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação e substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 599, de 2012 (Ofício nº 48/2013). <i>Designação da Senadora Lúcia Vânia, como titular, e dos Senadores Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro, como suplentes, para comporem a referida comissão.</i>	05445	
Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação e substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 606, de 2013 (Ofício nº 15/2013). <i>Designação da Senadora Ana Rita e dos Senadores José Pimentel e Walter Pinheiro, como titulares, e dos Senadores Humberto Costa, Angela Portela, Inácio Arruda e Acir Gurgacz, como suplentes, para comporem a referida comissão.</i> ..	05446	
1.2.2 – Leitura de projeto		
Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que acrescenta § 4º ao art. 457 da <i>Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)</i> aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial.	05446	
1.2.3 – Comunicações da Presidência		
Recebimento do Relatório de Gestão Fiscal, referentes ao terceiro quadrimestre de 2012, dos Tribunais Regionais do Trabalho da 23 ^a e da 3 ^a Região (Ofícios nºs 24 e 57/2013, na origem).	05447	
Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a comemorar os 34 anos da criação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), nos termos do Requerimento nº 1.046, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim e outros Senadores.	05455	
1.2.4 – Mensagem da Presidente da República		
Nº 66/2013, na origem, comunicando sua ausência do País, no período de 21 a 23 do corrente, em viagem oficial a Malabo, Guiné Equatorial; e a Abuja, República Federal da Nigéria.	05455	
1.2.5 – Discursos do Expediente		
SENADOR JOÃO DURVAL – Alerta ao Governo Federal para a necessidade de maior aproveitamento do potencial de energia solar do País. ..	05455	
SENADORA ANA AMÉLIA – Relato sobre audiência com setores de produção da vitivinicultura e apelo por políticas benéficas ao setor.	05458	
SENADOR JORGE VIANA – Reprodução das recentes e importantes deliberações adotadas pela Mesa do Senado Federal.....	05461	
SENADOR PAULO PAIM – Satisfação com a decisão do STF da concessão do direito de revisão de aposentadoria pelo INSS; e outros assuntos....	05466	
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Defesa da realização de debates sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelas santas casas de misericórdia e pelos hospitais filantrópicos do País. ..	05470	
1.2.6 – Comunicação da Presidência		
Adoção, pela Sr ^a Presidente da República, em 19 de fevereiro de 2013, e publicação em 20 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 607, de 2013, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 16/2013-Bloco de Apoio ao Governo/SF, 22/2013-Bloco Parlamentar União e Força/SF, 21/2013-PSB/CD, 23/2013-DEM/CD e 27/2013-Bloco Parlamentar PPS/CD).	05476	
1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)		
SENADOR ANIBAL DINIZ – Satisfação com a decisão da Mesa do Senado Federal de acelerar		

a discussão de proposições legislativas prioritárias para o País.....	05478	CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	05566
1.3 – ENCERRAMENTO.....	05481	CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	05574
2 – ATAS		CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	05581
2.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 586, DE 2012		CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	05588
Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de dezembro de 2012.....	05482	CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	05592
Ata da 3ª Reunião, realizada em 19 de fevereiro de 2013	05488	11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	05498	Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	05595
4 – ATOS ADMINISTRATIVOS		Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	05596
4.1 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA		Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	05598
Nº 3, de 2013, que <i>implementa medidas de racionalização administrativa no âmbito do Senado Federal, com redução de despesas, e dá outras providências..</i>	05499	Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	05598
4.2 – ATO DO PRESIDENTE		Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	05599
Nº 5, de 2013, de prorrogação do prazo da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código Eleitoral.....	05510	Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	05601
5 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO		Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)	05603
5.1 – GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR		Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	05605
Convocação de reunião destinada a eleger a Comissão Deliberativa para o período de 2011 a 2014 e a Comissão Diretora para o biênio de 2013-2014.	05510	Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	05607
SENADO FEDERAL		CONGRESSO NACIONAL	
6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL		12 – COMISSÕES MISTAS	
Por Unidade da Federação	05511	CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	05609
Bancadas dos Partidos	05512	CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)	05615
Por ordem alfabética	05513	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA (Resolução nº 2, de 2007)	05617
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....	05514	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	05618
8 – LIDERANÇAS	05515	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	05619
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	05519	Comissões Mistas Especiais	05621
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES		13 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	05529	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	05623
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	05536	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	05624
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	05542	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	05625
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	05547		
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	05552		
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	05560		

Ata da 13ª Sessão, Não Deliberativa, em 22 de fevereiro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Viana e da Srª Ana Amélia

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 4 minutos e encerra-se às 11 horas e 28 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Há numero regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos

São lidos os seguintes:

OF. GSLHEN nº 12/2013

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Ao renovar os meus cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que, devido a compromissos inadiáveis não poderei participar da viagem à Suíça, em missão oficial do Senado Federal, objeto do Requerimento nº 1108, de 2012.

Reafirmo, na oportunidade, as expressões de consideração e estima.

Atenciosamente, – **Luiz Henrique da Silveira**
Senador.

Ofício nº 86/2013

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente V. Exª, informo que, por esquecimento, não marquei minha presença hoje, dia 20 de fevereiro de 2013, no painel eletrônico do Plenário do Senado, apesar de ter participado de evento no Plenário 1 da Câmara dos Deputados, no qual fiz uso da palavra. Além disso, estive nas dependências da TV Senado, onde dei uma entrevista de 20 minutos sobre o tema “Novas Mídias e Liberdade de Imprensa”. No meio da tarde, desloquei-me a São Paulo, para participar de compromisso político-partidário referente ao Ato Inaugural das comemorações dos 10 anos do Governo Democrático e Popular.

Com esses dados, solicito que seja considerada a minha presença na atividade legislativa desta data.

Cordialmente, – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa a Senadora Lúcia Vânia, como membro titular, em substituição ao Senador Mário Couto, e os Senadores Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, em vagas existentes, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 599, de 2012, conforme o **Ofício nº 48, de 2013**, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 48/13-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Lúcia Vânia, para integrar, como titular, a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 599, de 2012, em substituição ao senador Mário Couto e ao mesmo tempo, indico os Senadores Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro para ocuparem as vagas de suplência da mesma Comissão.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Pereira**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa, como membros titulares, os Senadores Ana Rita, José Pimentel e Walter Pinheiro, em substituição aos Senadores Wellington Dias, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, e, como suplentes, os Senadores Humberto Costa e Ângela Portela, em substituição, respectivamente, aos Senadores Zeze Perella e Lídice da Mata, e, ainda, em vagas existentes, como suplentes, os Senadores Inácio Arruda e Acir Gurgacz, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 606, de 2013**, conforme o **Ofício nº 15, de 2013**, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 15/2013 – GLDBAG

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que o Bloco de Apoio ao Governo indica para compor a Comissão Mista de exame da MP 606/2012 os senadores relacionados na tabela abaixo.

Titulares

Ana Rita
José Pimentel
Walter Pinheiro
Rodrigo Rollemberg

Suplentes

Humberto Costa
Ângela Portela
Inácio Arruda
Acir Gurgacz

Senador **Wellington Dias**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2013

Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, – que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 457.....
.....

§ 4º O empregado de empresa comercial faz jus ao pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetuadas, salvo condição mais benéfica fixada em acordo ou convenção coletiva de trabalho, observado o seguinte:

I – a comissão, que somada ao salário e demais vantagens de caráter remuneratório ultrapassar o valor teto do salário-de-contribuição do regime geral da previdência social, será considerada parcela indenizatória;

II – a comissão será registrada no contracheque mensal e poderá ser impugnada no prazo de dez dias pelo empregado;

III – a empresa é obrigada a manter registro das vendas realizadas pelo empregado, que receberá comprovante de cada venda efetuada com a consignação por escrito do respectivo valor, para fins de controle individual.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É do conhecimento geral que a regra no comércio, em nosso País, é contratar empregados e registrá-los com salário mínimo, ou no máximo pelo valor do piso salarial atribuído à categoria profissional em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

A maior parte da remuneração desses profissionais advém do pagamento de comissões, o que torna essa parcela salarial de suma importância para os empregados do comércio.

Todavia, nas empresas de grande porte, principalmente, observamos a prática do pagamento de comissões de forma diferenciada, o que gera enormes descontentamentos, pois não se tem um valor uniforme mínimo, capaz de tranquilizar os empregados, o que gera distorções na política salarial do setor.

Para evitar problemas trabalhistas, fixamos o valor da comissão em no mínimo 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado, o que contribui para uma certa uniformização, sem prejuízo de maiores benefícios bancados pelas empresas.

Fixamos também, que o valor das comissões, quando somadas ao salário, e das demais vantagens de caráter remuneratório ultrapassar o teto do salário-de-contribuição do regime geral da previdência social, será considerada como parcela indenizatória. Isso evita o aumento de tributação para as empresas e não prejudica os empregados, pois eles têm garantido o pagamento de contribuição social até o teto da Previdência Social.

Também deixamos de diferenciar empresas de pequeno, médio, ou grande porte, pois já existem mecanismos que diferenciam as empresas pelo porte, como é o caso do SIMPLES.

Assim, não há acréscimo ou aumento de ônus tributário ou trabalhista para as empresas, pois todas já praticam o pagamento de comissões.

A par destas informações esperamos contar com o apoio dos nossos Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Ruben Figueiró**.

LEGISLAÇÃO CITADA**DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943****Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953)

§ 1º Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953)

§ 2º Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953)

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que fôr cobrada pela emprêsa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título,

e destinada a distribuição aos empregados. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Foram encaminhados ao Congresso Nacional os seguintes ofícios:

– **Ofício nº 24/2013/TRT/SOF/DG**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região; e

– **Ofício nº TRT/DG/57/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 24/2013/TRT/SOF/DG

Cuiabá-MT, 30 de janeiro de 2013.

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal _ 3º Quadrimestre _ TRT 23ª Região.

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), comunico a Vossa Excelência a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 3º Quadrimestre, no **Diário Oficial da União** _ Seção 1, páginas 148 a 150, no dia 29 de janeiro, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP _ 229, de 25 de janeiro de 2013.

Respeitosamente, – **Fábio Ricardo Moraes Martins**, Diretor-Geral em substituição.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE: SIAFI 2012 e SECAN/SOFR/2012

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuaria.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPÚBLICA? (1-SIM 2-NÃO) 2

UNIAC - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGE - ANEXO VI (LRF art. 55, inciso III, alínea "c")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Identificação do Recurso Vinculado	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA (VALOR ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPRESTIS AUTOLIGADAS CANCELADAS (NÃO INSCRITAS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
	Liquorados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquorados					
	De Exercícios Anteriores	De Exercício	De Exercícios Anteriores	De Exercício				
< Identificação do Recurso Vinculado >								
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)								
0101 - Recursos Próprios	23	337	22	278	2.320	2.327		
0150 - Recursos Próprios não Financeiros		13						
0181 - Recursos de Convênios		3		78		827		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	23	333	22	289	2.314	2.314		
TOTAL (I+II)	23	333	22	289	2.314	2.314		

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE: SIAFI 2012 e SECAN/SOFR/2012

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuaria.

UNIAC - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

LRF art. 48 - Anexo VII

	VALOR	% SOBRE A RCL	RS MIL
Despesa Total com Pessoal - DTP	129.595	0,021105	0,021105
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF - <2>)	128.362	0,020552	0,020552
Limite Prudencial (aplicando limite art. 22 da LRF)	127.413	0,020582	0,020582
 DÍVIDA CONSOLIDADA	 VALOR	 % SOBRE A RCL	 0
Divida Consolidada Liquidada	0	0	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0	0	0
 GARANTIAS DE VALORES	 VALOR	 % SOBRE A RCL	 0
Garantia das Garantias Concedidas	0	0	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0	0	0
 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	 VALOR	 % SOBRE A RCL	 0
Operações de Crédito Internas e Externas	0	0	0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0	0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0	0	0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0	0
 RESTOS A PAGAR	 INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR VÁLIDAS (VALOR ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	 DISPONIBILIDADE DE CAIXA (VALOR ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	 RS MIL
Valor (I)	2.321	2.321	2.314

FONTE: SIAFI 2012 e SECAN/SOFR/2012

José Rigo Júnior
Desembargador Presidente
Tânia Cristina Seabra de Freitas Medeiros
Ordinadora de Despesas
João de Lima Danzas
Assessor de Controle Interno
Engen. de Patr. Cavalcante
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças
Delma Cabral Rodrigues Pinto Varalla
Cestra Financeira Substituta

23ª REGIÃO

PORTARIA N° 220, DE 23 DE JANEIRO DE 2013

Publica Relatório de Gestão Fiscal.

O DESEMBARCADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, observado o disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o constante da Portaria n° 407, de 20 de junho de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprovou a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, resolve:

Publicar o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de Janeiro a dezembro/2012, na forma dos Anexos:

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;

Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;

Anexo VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar.

TARCÍSIO RÉGIS VALENTE

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGE - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

		R\$ mil		
		LIQUIDADAS (a)	DESPESAS EXECUTADAS DURANTE 12 MESES INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
	DESPESA BRUTA COM PESSOAL	155519	10	155529
(i)	Pessoal Ativo	139.755	0	139.755
	Pessoal Inativo e Pensionistas	15.764	10	15.774
	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de conciliação (§ 1º do art. 16 da LRF)	0	0	0
	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)	17644	0	17644
(ii)	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0	0
	Decorrentes de Decisão judicial		0	0
	Despesas de Exercícios Anteriores	7.606	0	7.606
	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.038	0	10.038
	DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (iii) = (i) + (ii)	137875	10	137885
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
	RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			615.933.319
	% DE DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTE sobre o RCL (V) = (iii) c / (IV) * 100	0,022348%	0,000002%	202235,00%
	LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	0,024312%		211.582
(iv)	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) <> (v)	0,02596%		201.095

FONTE: Sist. e Sist. Gerencial - TRC 23ª Região, 23/Jan/13 às 15h17.

NOTA: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inseridas em restos a pagar são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas arrematadas, mas não liquidadas, inseridas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1) Despesas com Reguladores de Pequeno Valor (RPV) da Adm. Direta, executadas por meio de descentralização externa (destaque): despesa liquidada R\$ 267.359,35

2) Despesas com Precatórios da Adm. Indireta (P.N. da Saúde), executadas por meio de descentralização externa (destaque): despesa liquidada R\$ 158.781,95

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGE - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (c) = (a) - (b)
		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (a)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (a)		
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor					
59 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (i)					
100 - Recursos Ordinários	11.854	11.854			
50 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	349	172			177
81 - Recursos de Convênios	673	552			11
93 - Recursos Ordinários	3.985	3.985			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (ii)	16.861	16.870			191
TOTAL (iii) = (i) + (ii)	16.861	16.870			191

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE: Sist. e Sist. Gerencial - TRC 23ª Região, 24/Jan/2013 às 14h23

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuaria.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGE - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

		RESTOS A PAGAR		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO COMPUTADOS DO EXERCÍCIO	EMPRENDIMENTOS NÃO LIQUIDADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores	Empenados e Não Liquidados De Exercícios Anteriores		
036 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor					
038 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (i)					
00 - Recursos Ordinários	139	123	6.478	5.111	3
50 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	6	6	164	177	

81 - Recursos de Comunicações	130	658	II
DO - Recursos Orçamentários		3.055	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS III	130	658	II
TOTAL III - II	130	658	II

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIÇOS

FONTE: Sist. e Sist. Gerencial TXT 23º Região 24/jan/2013 às 15h02

Nota: A disponibilidade do caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuaria.

Senedita Juliana Corrêa do Amaral
Analista Judiciária - Correição - CRC/MT - 3410Roberto Anacleto da Cunha
Secretário de Orçamento e FinançasCarla Kohlbeck Koda Timóteo
Secretária de Administração e Controle InternoFábio Ricardo Mores Martins
Coordenador de Despesas SubsidiáriasTarciso Régis Valente
Desembargador - Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

RESOLUÇÃO N° 43, DE 25 DE JANEIRO DE 2013^(*)

Fica prazo para o cumprimento da Resolução CAU/BR n° 42, de 19 de dezembro de 2012, e de outras providências.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no uso das competências previstas nos artigos 28, incisos I, III e XI e 60 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e nos artigos 2º, inciso VI, letra "c", 3º, incisos V e VI e 9º, incisos I e III do Regimento Geral aprovado pela Resolução CAU/BR n° 33, de 6 de setembro de 2012, e de acordo com a deliberação adotada na Reunião Plenária Ordinária n° 14, realizada nos dias 24 e 25 de Janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica os seguintes prazos para que os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e o Distrito Federal (CAU/UF) adotem providências de sua responsabilidade relacionadas ao cumprimento de disposições da Resolução CAU/BR n° 42, de 19 de dezembro de 2012:

I - 15 de fevereiro de 2013: ajustamento de convênios bancários ou reformulação dos convênios bancários existentes, de forma tal a que seja feita a repartição dos recursos destinados ao Fundo de Apoio Financeiro dos CAU/UF no momento do ingresso dos recursos na rede bancária responsável pela arrecadação, nos termos previstos no art. 2º, inciso I e parágrafo único da Resolução CAU/BR n° 42, de 2012;

II - 28 de fevereiro de 2013: transferência, ao Fundo de Apoio Financeiro dos CAU/UF, dos valores a ele destinados e recaídos, até 15 de fevereiro de 2013, em desconformidade com o disposto no art. 2º, inciso I da Resolução CAU/BR n° 42, de 2012.

Art. 2º O descumprimento, por parte dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e o Distrito Federal (CAU/UF), dos prazos e condições fixados nessa Resolução, configurará violação ao art. 34, inciso II da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ
Presidente do Conselho

(*) Republicada por ter salto, no DOU de 28-1-2013, Seção 1, pág. 126, com incorreto no original.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução n° 121, de 15 de setembro de 2011, publicada no DOU de 16-9-2011, Seção 1, página 206, no seu artigo 16º onde se lê "Resolução CFB n. 411, Iota-9441".

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO N° 1.420, DE 21 DE JANEIRO DE 2013

aprova, AD REFERENDUM do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, a prorrogação do Registro Provisional com vencimento em dezembro de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO que devido às greves ocorridas nas instâncias de ensino durante o ano de 2012, alguns diplomas não foram

emitidos em tempo hábil para cumprimento das exigências da Resolução CRC n° 1.389/2012.

CONSIDERANDO que o prazo estabelecido pela Resolução CRC n° 1.389/2012 poderá prejudicar os profissionais com registro provisório, resolve:

Art. 1º Os registros provisórios com vencimento em dezembro de 2012 poderão ser convertidos em registro definitivo até o dia 31/12/2013.

Art. 2º Os contadores e técnicos em contabilidade enquadrados nos termos do art. 1º, que não desejarem a prorrogação do registro provisório deverão requerer a extinção.

Art. 3º Os profissionais que não se manifestarem sobre a prorrogação e devolução à anistia do exercício de 2013, observadas as condições estabelecidas na Resolução CRC n° 1.414/2012.

Art. 4º Caberá ao Conselho Regional de Contabilidade oficiar os profissionais enquadrados na condição do artigo 1º, para que se manifestem sobre a extensão do prazo do registro provisório.

Parágrafo único. Os profissionais terão o prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento do ofício do CRC, para requererem a baixa do registro provisório.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 5.260/60, determina as seguintes pautas para julgamento na Sessão Plenária dos dias 21 e 22 de fevereiro de 2013 ou em sessões alternadas, a partir das 9hs a realizar a sede desta Autarquia Federal, no SBS - Quadra 1 - Lote 29 - 8º andar - edifício Seguradoras - Brasília/DF, intimando as partes e os Advogados legalmente constituídos nos autos, quando for o caso, que poderão promover sustentação oral:

PROCESSO N°: 2465/2012

INTERESSADO: ALINE ROSA KUHNEN

RELATOR(a): MIGUEL ALVARESTO

RECORRIDO: CRF-SC

ADVOCADO(a): FABRÍCIO BENEDET CAB/SC 20.295

PROCESSO N°: 2107/2012

INTERESSADO: CLAYTON ALEXANDRE TORRENTES

RELATOR(a): ERANDON JUCHÔA LACERDA/RR

RECORRIDO: CRF-RS

ADVOCADO(a): EDUARDO TADEU CONCÁLES

CAB/SP 174.104

PROCESSO N°: 1891/2012

INTERESSADO: ALENA MARIA BERNARDES

RELATOR(a): GEDAYAS MEDEIROS PEDROVES

RECORRIDO: CRF-ES

ADVOCADO(a): MARCIO M. GARCIA CAB/RS 75.206

PROCESSO N°: 2109/2012

INTERESSADO: DEMÉVAL MUCILLO TRAJANO

RELATOR(a): JOSÉ GILDO DA SILVA/AL

RECORRIDO: CRF-ES

ADVOCADO(a): CLÁUDIO D'AVILA CAB/PR 48.474

PROCESSO N°: 1866/2012

INTERESSADO: CARLOS HENRIQUE ROCHA CANTARA

RELA

RELATOR(a): JOSÉ JEÓVÁ FREITAS MARQUES/AP

RECORRIDO: CRF-PR

ADVOCADO(a): FEDRÔ EMÍLIO BOZZA CAB/PR

41.485

PROCESSO N°: 2492/2011

INTERESSADO: HERLON MITUZI MIYAZAWA

RELATOR(a): JOSÉ JEÓVÁ FREITAS MARQUES/AP

RECORRIDO: CRF-PR

ADVOCADO(a): CARLOS MASSATTI HIGUTI CAB/PR

10.347

PROCESSO N°: 2417/2012

INTERESSADO: PEDRO GOMES DE LIMA

RELATOR(a): KARLA REGINA LOPES ELIAS/AP

RECORRIDO: CRF-MG

ADVOCADO(a): DANIEL LIMA SANTOS CAB/MG

105.235

PROCESSO N°: 2487/2012

INTERESSADO: HELENA BEATRIZ BARROS ANTUNES

RELATOR(a): LENIRA DA SILVA COSTA/RS

RECORRIDO: CRF-RS

ADVOCADO(a): LILIANA MARIA PREHN ZAVASCKI

CAB/RS 50.745

PROCESSO N°: 1867/2012

INTERESSADO: EDENIR ZANDONA JUNIOR

RELATOR(a): LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRAS/RS

RECORRIDO: CRF-PR

ADVOCADO(a): ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ

BARBOSA CAB/PR 22.920

PROCESSO N°: 2104/2012

INTERESSADO: RAPHAEL FARIAS DE OLIVEIRA

RELATOR(a): LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRAS/RS

RECORRIDO: CRF-PR

ADVOCADO(a): THIACO FERRAZ DE ARRUDA

CAB/SP 212.457

PROCESSO N°: 1201/2012

INTERESSADO: LUCIANA ISA RODRIGUEIRO CORREA

RELATOR(a): LÚCIA DE FÁTIMA SALES COSTA/CE

RECORRIDO: CRF-SP

ADVOCADO(a): FÁBIO RESENDE LEAL CAB/SP

196.006

PROCESSO N°: 1323/2012

INTERESSADO: ENIO TOMAZINI

RELATOR(a): LUCIANO MARTINS RENAMO

RECORRIDO: CRF-SP

ADVOCADO(a): SIDNEI CRUZ CAB/SP 199.167

PROCESSO N°: 2189/2012

INTERESSADO: GRACIEMMA BAUER DINI

RELATOR(a): MARCELO POLACOW BISSET/SP

RECORRIDO: CRF-SP

ADVOCADO(a): LILIANA MARIA PREHN ZAVASCKI

CAB/RS 50.745

PROCESSO N°: 2408/2012

INTERESSADO: ISABEL CRISTINA CUNHA

RELATOR(a): MARCELO POLACOW BISSET/SP

RECORRIDO: CRF-SP

ADVOCADO(a): DIOMAR BONI RIBEIRO CAB/SP

196.643

PROCESSO N°: 1224/2012

INTERESSADO: ROBSON CÂNDIDO DADALT

RELATOR(a): MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA/MA

RECORRIDO: CRF-PR

ADVOCADO(a): AMAZONAS FRANCISCO DO AMARAL CAB/PR 10.879

PROCESSO N°: 1638/2012

INTERESSADO: CRIS ARCÍLÉ MONTEIRO DE BARROS

RELATOR(a): MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA/MA

RECORRIDO: CRF-MT

ADVOCADO(a): JORGE LUIZ DUTRA DE PAULA

CAB/MT 5.053-B

PROCESSO N°: 1186/2012

INTERESSADO: PAULO HENRIQUE GUERRA DA CUNHA

RELATOR(a): PAULO ROBERTO BOFF/SC

RECORRIDO: CRF-SP

OF/TRT/DG/57/2013

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2013

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), encaminhamos a V. Exª

o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região referente ao terceito quadrimestre de 2012.

Ao ensejo, renovo-lhe protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente, – **Doclecia Amorelli Dias** Desembargadora-Presidente do TRT da 3ª Região.

ANEXO: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	1051460	13084	1064544
Pessoal Inativo e Pensionistas	742.525	12.521	755.045
Outras despesas de pessoal incidentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	308.935	564	309.499
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0	0	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	384.796	12.595	327.392
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	61	0	61
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	37.420	12.596	50.016
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	277.370	0	277.370
	736.644	488	737.132

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LIQUIDA RCL (IV)			616.933.549
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre o RCL (V) = (III e IV) * 100	0,119407%	0,000679%	0,119486%
LIMITE MÁXIMO (inciso V, II e III, art. 20 da LRF) - <>>	0,334678%		2.064.740
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <>>	0,317944%		1.961.503

FONTE: SIAT 2012/2013 - SRC/ADS/SAOC/TRT3 - 22/01/2013 - 15h + 26m

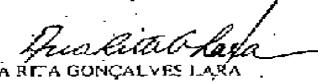
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inseridas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empêchadas mas não liquidadas, inseridas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 3º, inciso II da Lei 4.320/64;
- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$807.608,85 e despesa inserida em restos a pagar Não Processados R\$341.023,15;
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$9.530.723,97 e despesa inserida em restos a pagar Não Processados R\$550.274,05;
- Despesas com Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada de R\$141.331,12 e despesa inserida em restos a pagar Não Processados de R\$316.028,88


DOCLECIA AMORELLI DIAS
 Desembargadora-Presidente do TRT 3ª Região


ANTÔNIO DE SOUZA FONTES FILHO
 Coordenador de Despesas


WALTER AUGUSTO DE MATOS
 Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira, em exercício


ANA RITA GONÇALVES LARA
 Chefe do Núcleo de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGE - ANEXO V (LRF, art. 53, Inciso II, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (a) - (b)
FONTE 0156		2	2
FONTE 0169	422	334	88
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	422	336	86
FONTE 0100	38.211	3.000	35.211
FONTE 0127	6.212	384	5.828
FONTE 0150	784		784
FONTE C151	9		9
FONTE C181	520	19	501
FONTE C190	4	4	0
FONTE 0300	44		44
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	45.784	3.467	42.317
TOTAL (III) = (I + II)	45.806	3.743	42.463

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE: SIAFI 2012/2013-SRCA/DSA/OC/RT3.

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: O valor das Disponibilidades de Caixa Bruta e das Obrigações Financeiras da fonte 0100, está incluído o valor de R\$14 em milhares, ref/conta 21.141.00.00 - Depósitos e Cauções, em razão de garantia contratual oferecida pela empresa Setsys Serviços Gerais Ltda.

Neireli
 DEOCLEIA AMORELLI DIAS
 Desembargadora - Presidente do TRT 3ª Região

Walter
 ANTONIO DE SOUZA PONTE FILHO
 Ordenador de Despesas

Walter
 WALTER ALGÚSTO DE MATTOS
 Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira, em exercício

Qualita
 ANA PIA GONÇALVES LARA
 Chefe do Núcleo de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICARIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)		
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados					
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício				
PONTE 0156		2			(2)			
PONTE 0160			216		68			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		2	216		35			
PONTE 0100	157	2.819	6.595	31.342	35.211			
PONTE 0127		125	254	3.698	5.828			
PONTE 0130				13	784			
PONTE 0151				9	9			
PONTE 0181		15	13	210	501			
PONTE 0300					44			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	167	2.963	6.861	35.272	42.377			
TOTAL (III) - (I + II)	167	3.965	7.071	35.272	42.463			

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PONTE: SIAP 1012/2013 - SICA/DSAOC/TRT3.

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Alcançal.

DEOCEP/CA AMORELLI DIAS
 Desembargador-Presidente do TRF 3ª Região

ANTÔNIO DE SOUZA PONTES FILHO
 Ordenador de Despesas

WALTER AUGUSTO DE MATOS
 Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira, em exercício

ANAFITA GONÇALVES LARA
 Chefe do Núcleo de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

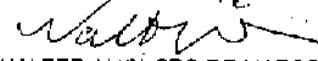
RF, an. 48 - Anexo VII

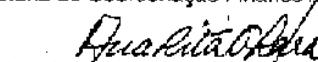
	R\$ MIL	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	737.152	0,119486
Salário Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.064.740	0,334678
Salário Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.961.503	0,317544
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Área Consolidada Líquida	VALOR	% SOBRE A RCL
Saldo Definido por Resolução do Senado Federal	VALOR	% SOBRE A RCL
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Saldo das Garantias Concedidas	VALOR	% SOBRE A RCL
Saldo Definido por Resolução do Senado Federal	VALOR	% SOBRE A RCL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito por Antecipação de Recursos	VALOR	% SOBRE A RCL
Saldo Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	VALOR	% SOBRE A RCL
Saldo Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Recursos	VALOR	% SOBRE A RCL
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Total	35.272	42.463

ONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo dos Restos a Pagar, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.


DEOCLECIA AMORELLI DIAS
 Desembargadora-Presidente do TRT 3ª Região


ANTÔNIO DE SOUZA PONTES FILHO
 Ordenador de Despesas


WALTER AUGUSTO DE MATOS
 Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira, em exercício


ANA RITA GONÇALVES LARA
 Chefe do Núcleo de Controle Interno

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – As matérias serão publicadas no Diário do Senado Federal de 23 de fevereiro corrente.

Os expedientes vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se segunda-feira, dia 25, às 11 horas, destinada a comemorar os trinta e quatro anos da criação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, nos termos do **Requerimento nº 1.046, de 2012**, do Senador Eduardo Amorim e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 66, de 2013**, na origem, comunicando a ausência da Senhora Presidente da República, no período de 21 a 23 de fevereiro, em viagem oficial a Malabo, Guiné Equatorial, por ocasião da III Cúpula América do Sul – África; e a Abuja, República Federal da Nigéria.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 66

Em 12/2013

Senhores Membros Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País, no período de 21 a 23 de fevereiro de 2013, em viagem oficial a Malabo, Guiné Equatorial, por ocasião da III Cúpula América do Sul – África, e a Abuja, República Federal da Nigéria, em visita Oficial.

Brasília, 21 de fevereiro de 2013. – **Dilma Rousseff.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado e os Senadores presentes no plenário.

De acordo com a lista de oradores, o Senador João Durval será o primeiro orador a ocupar a tribuna.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 20 minutos.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho, outra vez, a esta tribuna falar da necessidade de apoio à população do Semiárido brasileiro.

Há alguns meses, fiz aqui uma reflexão sobre a possibilidade da produção de energia solar e dos benefícios que essa nova indústria poderia trazer para o sofrido povo que habita o Semiárido brasileiro. E cha-

mei a atenção para a perenidade e a constância da oferta de irradiação solar nessa região.

Pela minha vivência, nascido e criado no sertão da Bahia, e, depois, andando por todo Semiárido baiano, ao longo dos meus 59 anos de vida política, conheço de perto o sofrimento e as dificuldades enfrentadas por esses cidadãos.

Posso falar com autoridade sobre a seca inclemente a que o Semiárido nordestino é submetido de forma recorrente.

Quando fui Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Governador da Bahia, implantei diversos programas e ações para minorar o sofrimento do povo sertanejo, como a construção de barragens, minibarragens, cisternas e poços artesianos.

Acompanhando as notícias mais recentes, ficamos sabendo que os reservatórios de água das usinas hidrelétricas estão muito abaixo do limite de segurança para o abastecimento do mercado – um mecanismo criado pelo Governo para alertar sobre o limite das represas.

Matéria do Jornal *Tribuna da Bahia*, de 04 de janeiro deste ano, alertava que, de acordo com relatórios do Operador Nacional do Sistema Elétrico, a capacidade de armazenamento das usinas da região nordeste fechou o mês de dezembro de 2012 em 32,2%, quando o limite mínimo estabelecido era de 34%.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico utilizou todos os recursos disponíveis para evitar uma interrupção no fornecimento de energia elétrica. Todas as usinas térmicas existentes no País (a óleo ou gás) entraram em operação.

Em caráter emergencial, o Ministério das Minas e Energia autorizou a reativação da usina termoelétrica de Uruguaiana, que estava parada por falta de combustível, para funcionar com gás natural liquefeito importado pela Petrobras.

A ação visou reduzir o consumo de água; dos reservatórios existentes, de forma rápida, para que não ficassem abaixo do limite de segurança. É uma medida paliativa e de alto custo para o país.

As chuvas estão abaixo das médias e das previsões e o consumo de eletricidade cresceu, em razão das altas temperaturas.

Em caráter emergencial, o Ministério das Minas e Energia autorizou a reativação da usina Termoelétrica de Uruguaiana, que estava parada* por falta de combustível, para funcionar com gás natural liquefeito importado pela Petrobras.

A ação visou reduzir o consumo de água dos reservatórios existentes de forma rápida, para que não ficassem abaixo do limite de segurança; uma medida paliativa e de alto custo para o País.

As chuvas estão abaixo das médias e das previsões e o consumo de eletricidade cresceu, em razão das altas temperaturas.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em novembro de 2012, o consumo ficou 6,3 % acima do verificado no mesmo período/no ano de 2011.

Ainda segundo a EPE, a ocorrência de altas temperaturas impulsionou o consumo dos setores de comércio e serviços e, obviamente, também nas residências. Nos principais reservatórios do País, o volume de chuvas ficou em apenas 64 % da média histórica.

Se no Sul e Sudeste do País foram registradas fortes chuvas mais recentemente, o mesmo não ocorreu no Nordeste. Nessa região as chuvas ainda são raríssimas. Os reservatórios continuam perdendo água, com a seca que vem castigando severamente toda a região.

O programa Fantástico, da Rede Globo, no último dia 06 de janeiro, apresentou excelente reportagem sobre a crise energética que vivemos.

O Jornal *A Tarde*, do último dia 13 de janeiro, trouxe notícia da Agência Estado com levantamento elaborado pela consultoria Económática, no período de 06 de setembro de 2012 a 10 de janeiro de 2013.

Na pesquisa, constata-se que a redução das tarifas de energia, somada aos temores de que o País passe por um racionamento de energia, em função do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, afeta as ações das empresas do setor elétrico, fazendo com que o preço das ações e o valor de mercado das 34 empresas do setor elétrico tivessem perda significativa.

Ainda segundo a reportagem, a companhia mais atingida foi a Eletrobrás, seguida da Afluente, da Cesp, da Cemig, da Eletropaulo, da Emae, da Cosern e da AES Tietê.

Chamo a atenção dos membros desta Casa para a importância que o Governo Federal deve dar à implantação de usinas geradoras de energia solar no Semiárido nordestino. Como é comum a ocorrência de longos períodos de estiagem, é claro que sol não falta naquela região.

O site Jornal da Energia, constata que, mesmo sem sinalização por parte do Governo Federal de realização de um leilão para compra de energia solar, esse setor demonstrou que está preparado e disposto a investir em novos empreendimentos.

De novembro até a terceira semana de dezembro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) confirmou o recebimento de mais de 1,6GW em projetos de geração de energia solar e termossolar.

Estamos ainda muito atrasados na exploração da tecnologia de geração de energia solar – pelo menos 30 a 40 anos distantes de países como Espanha,

Estados Unidos e Alemanha, sem contar que países como Arábia Saudita e África do Sul têm programas de governo muito abrangentes e já consolidados para essa fonte.

O Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, Eduardo Salles, em entrevista à Rádio Band News, no dia 16 de janeiro, afirmou que a seca que castiga o Estado da Bahia é gravíssima e seu impacto é sério em toda produção animal e agrícola.

Segundo dados levantados pela Seagri, está havendo intenso abate de fêmeas bovinas, e a produção de leite já caiu 40%, se comparada ao mesmo período do ano passado. A estimativa é que haverá perdas de 80% na produção de caju, 60% na de umbu e 75% na de sisal, culturas extremamente resistentes à seca.

Na Bahia, tivemos uma situação calamitosa para toda a agropecuária no ano de 1993. Era o terceiro ano consecutivo de seca. Hoje, 20 anos depois, a situação voltou a ficar grave. Posso afirmar que todas as ações desenvolvidas daquela época até hoje foram paliativas e absolutamente não foram suficientes para resolver o problema da permanência do homem no campo, nem para aproveitar a água que, sabemos, existe no subsolo do Semiárido nordestino.

Os programas sociais do governo alcançam o homem do campo, mas, com toda tecnologia que temos à disposição, é preciso dar condições para que esse homem tenha acesso à energia e à água, para produzir, se alimentar e gerar renda no sertão nordestino.

Vários países estão adequando a sua matriz energética, investindo nas fontes renováveis, incluindo fortemente entre elas as energias solar e eólica.

E inacreditável admitir que a Alemanha seja líder mundial na geração de energia solar, comparando as condições daquele país com a disponibilidade de sol que existe no Brasil.

O site Jornal da Energia noticiou também que mais uma vez a China liderou o ranking mundial, tendo investido US\$67,7 bilhões em energia limpa, especialmente no segmento de energia solar. A cifra é cerca de 50% superior aos US\$44,2 bilhões aplicados pelos Estados Unidos no ano passado. Para se ter uma idéia, os norte-americanos eram os que mais investiam em fontes renováveis no mundo, mas perderam a primeira posição para os chineses em 2011.

A África do Sul, por sua vez, apresentou forte desempenho com aportes de aproximadamente US\$5 bilhões em 2012, montante muito maior do que as dezenas de milhões observados no ano anterior. Por lá, o bom desempenho foi puxado por processos licitatórios para inserção das fontes eólica e solar na matriz, o que levou a uma série de financiamentos de projetos de grande porte.

Outro absurdo é sabermos que temos empresas nacionais que dominam a tecnologia e instalam usinas em outros países como Peru e África do Sul, mas não são incentivados a implantar seus projetos, aprovados pela Aneel, para geração de energia solar em nosso País.

É preciso ampliar a matriz energética brasileira, para que não tenhamos o problema que estamos vivendo agora, no futuro. É necessário investir numa tecnologia que não tem impacto ambiental e é de rápida implantação, caso da energia solar.

Uma coisa é certa: o aumento do PIB está relacionado ao aumento da oferta de energia. Estudo publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) revelou que, entre 1990 e 2011, a quantidade de energia necessária para produzir uma unidade monetária de produção caiu de 1,42 para 1,28, na região, enquanto que, no Brasil, esse indicador subiu de 1,38 para 1,42.

De acordo com a comissão, a relevância do indicador está no fato de que o aumento do consumo energético para alcançar um Produto Interno Bruto (PIB) maior se traduz em mais pressão sobre os recursos naturais.

Todas as fontes iniciaram suas operações com preços mais altos e, depois, os preços diminuíram, ao longo do tempo. Com a energia solar, não será diferente. A redução dos custos virá com o aumento na escala de produção.

É de conhecimento público, por notícias publicadas na grande mídia, o interesse de diversas empresas da Alemanha, Itália, Estados Unidos e China, de se instalarem no Brasil, exatamente por termos um dos maiores potenciais de geração de energia solar do mundo.

Basta olhar um mapa térmico do potencial solar do Brasil. Nele vemos uma grande mancha vermelha, o ano inteiro, em todo Semiárido nordestino, da Bahia até o Ceará – uma imensa área, a mais adequada do mundo para a geração de energia solar.

Quero registrar que não estou me posicionando contra as outras fontes de geração de energia, mas defendendo a ampliação da nossa matriz energética em um momento de crise.

Defendendo as fontes renováveis, faço, aqui desta tribuna, um apelo para que o Governo Federal realize um leilão específico para fomentar a implantação de usinas de geração de energia solar, especialmente, no Semiárido nordestino o mais rapidamente possível.

Obrigado.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador João Durval, faço um aparte a V. Exª pela primorosa abordagem do tema, especialmente no setor energético,

pela referência que V. Exª fez ao caso de Uruguaiana, da termoelétrica que usa o gás natural da Argentina. Foi um processo muito lento, demorado, para resolver os problemas de fornecimento do gás natural, com o rompimento unilateral de um contrato, por parte do governo argentino – agora foi restabelecido, felizmente – para o fornecimento dessa energia térmica. Então, agradeço a V. Exª por ter mencionado esse fato. Houve uma participação muito intensa inclusive de um Deputado de meu Partido, Frederico Antunes, nesse processo. O Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, teve um papel fundamental, da mesma forma, a Presidente da Petrobras, Graça Foster. Então, agradeço a V. Exª. E, de outra parte, queria me solidarizar, como brasileira, com o drama que os produtores rurais, especialmente do Nordeste, da sua Bahia, de toda a região nordestina, que vêm sofrendo com a seca. Lamento a notícia que ouvi de que, daqui a 45 dias, haverá um programa para fornecer ração para os animais que estão morrendo por falta de água, de alimentos e de ração. Em 45 dias, vão morrer muito mais animais, Senador. Então, é preciso que essa medida venha mais rapidamente, com o fornecimento também de água para a população daquela região tão sofrida. Cumprimento-o, Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Muito obrigado, minha cara Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento o Senador João Durval e devo fazer esse registro de que V. Exª acerta quando sugere que haja leilão diferenciado para determinados tipos de geração de energia sustentável.

No caso de eólica, no caso de solar ela é necessária e, mesmo em pequenas centrais hidrelétricas, é necessário que a Aneel e o próprio Ministério façam leilões exclusivos sob pena de o Brasil deixar de aproveitar um potencial enorme que tem de geração de energia, de forma sustentável inclusive para dar suporte ao crescimento que todos nós esperamos que o Brasil tenha neste ano.

Cumprimento mais uma vez V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia. Em seguida, estou inscrito e solicito à querida Senadora que possa, logo após fazer o pronunciamento, assumir a Presidência, porque serei eu o próximo inscrito e, depois, o Senador Paim que está quase morando nesta Casa, não é Senador?

Eu saio daqui 10 horas da noite e V. Exª está aqui, eu chego 8 horas da manhã e V. Exª já está aqui

com a Senadora Ana Amélia. O Rio Grande madruga aqui no Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Me permita. Nós dois seguimos sempre a sua orientação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Mas é fato, para os que estão nos todos assistindo, o Rio Grande madruga aqui. Como o brasileiro trabalhador.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Possivelmente pela história do Acre, Senador, a região tem muito a ver com o Rio Grande. Plácido de Castro, uma figura gaúcha que está intimamente ligada à história do Acre, desse Estado que eu tive a honra de conhecer em dezembro. Agradeço também a hospitalidade do Senador Jorge Viana, da Dolores, que é uma gaúcha que ele levou para o Acre. Ela fez, está fazendo e continua trabalhando. Modificou Rio Branco, deixou a capital muito bonita e muito acolhedora.

Srs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, o Senador Paulo Paim, que é de Caxias do Sul, sabe bem do que vou falar agora. No dia 7 de fevereiro, tive a satisfação de participar, com o Secretário Nacional de Política Agrícola, de uma audiência com todo o segmento da vitivinicultura ou da cadeia produtiva da vitivinicultura do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, que na região da Serra, região de Caxias, onde nasceu o Senador Paulo Paim, e na região de Bento Gonçalves... Caxias faz a Festa Nacional da Uva; Bento, a Festa Nacional do Vinho, que está suspensa por conta das dificuldades financeiras do Município. Assumi, agora, o Prefeito, meu correligionário, Guilherme Pasin. Esse é apenas um detalhe de dois Municípios que estou citando, mas toda a região da Serra tem um papel fundamental não só na imigração italiana, mas no que esses imigrantes trouxeram de experiência para fazer o desenvolvimento daquele setor. E até, Senador João Durval, esses mesmos gaúchos, como pioneiros e empreendedores, acabaram levando a experiência da uva e do vinho lá para o Nordeste, ali para o enclave, num pedaço da Bahia com Pernambuco, abrindo outras regiões para o cultivo da uva e do vinho.

O Sr. João Durval (Bloco/PDT – BA) – Permite um aparte? Vale para a Bahia também. Hoje a Bahia é grande produtora de soja... (Fora do microfone.) Trabalham hoje muitos, milhares de gaúchos na região oeste do Estado, produzindo soja.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe muito. Conheço bem essa grande parte. São até meus amigos esses produtores que foram ali para a região de Barreiras, atraídos inclusive, porque o Governo – e V. Ex^a teve parte importante nisso – da Bahia criou

programas muito inteligentes de incentivo à compra de máquinas agrícolas que atraíram os produtores para desenvolver enormemente aquela região. Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, aquela região toda ali está demonstrando a sua capacidade e alta produtividade. É uma região muito própria para essas culturas. Não só a de soja, mas também a de algodão e outras culturas que estão fazendo a riqueza.

Fico feliz que esse Brasil seja grande e seja um País de oportunidades. Obrigada, Senador João Durval, que foi governador da Bahia e teve grande participação nesse processo.

Mas, voltando à questão da uva e do vinho, entre as medidas que o setor solicitou, encaminhou ao Ministério da Agricultura, estão ações para baixar os estoques de vinho, que hoje são superiores a 300 milhões de litros, volume considerado elevado conforme informação transmitida ao Secretário Neri Geller.

A estabilidade do consumo dos vinhos nacionais e o baixo preço pago ao produtor de uva são apontados como algumas das causas para elevação do estoque de vinho.

Com o programa de escoamento do Governo Federal – e aí faço um registro especial ao nosso Ministro Mendes Ribeiro Filho –, que será anunciado, por decisão do Ministro e apoio do Secretário Neri Geller, nesta manhã, lá em Bento Gonçalves, estará sendo anunciado o novo preço mínimo do vinho e, segundo os dados da Conab, vai estimular e corrigir a defasagem para estimular, ainda mais, os produtores. O objetivo é diminuir os estoques, facilitar o escoamento da produção do vinho nacional e, claro, melhorar os preços, não só para os vinhos, mas, especialmente, para os produtores de uva que são os responsáveis pela matéria-prima.

E veja, Senador, o Senhor que aprecia os vinhos do nosso Estado, a Rússia, Senador Jorge Viana, que, recentemente, teve uma missão oficial – o Primeiro Ministro Medvedev esteve aqui no Brasil –, deve ser o destino de parte do excesso da produção do nosso vinho.

Acho que é perfeitamente possível, quando não se tem divisas, fazer um escambo internacional, trocar produto por produto, e aí está uma saída inteligente para resolver esse problema do excesso de estoque.

Essa importante medida do Ministério da Agricultura só foi possível graças a essa reunião a que me referi há pouco, realizada no dia 7 de fevereiro, da qual também fiz parte. Essa audiência foi no gabinete do Secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, e envolveu também o Presidente da Comissão Interestadual da Uva, Oílir Schiavenin; o Diretor Executivo da Associação Gaúcha de Vinicultores (Agavi), Darci Dani; o Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro do Vinho

(Ibravin), Alceu Dalle Molle; e o Diretor Executivo do Instituto, Carlos Raimundo Paviani.

Além de melhorar preços, os produtores de uva e vinho estão empenhados em aumentar a popularização do produto em todo o Brasil. Nos últimos anos, o vinho passou a fazer parte dos hábitos alimentares de muitos brasileiros. No meu Estado, por causa da influência imigração italiana e de outras etnias, a bebida, derivada da uva, é muito comum, é um aspecto até cultural. Não só o vinho, mas especialmente, também, o suco da uva. E isso é importante. Hoje, o suco de uva está entre os sucos naturais de maior consumo no Brasil, o que é estimulador e estimulante, não só para a saúde, pelo alto grau nutritivo que tem o suco de uva, mas também pelos aspectos econômicos e sociais na geração de mais emprego e renda.

Nas regiões mais quentes e distantes, ainda há espaço para ampliar a produção e o consumo de uva e vinho como já ocorre no Vale do São Francisco, como referi agora na conversa com o Senador João Durval, pedaço do Sertão da Bahia e de Pernambuco que produz vinho de excelente qualidade há mais de 20 anos.

São produtos fabricados em solo nordestino que chamam a atenção de especialistas do mundo inteiro pela sua excelência. Inclusive, neste ano, a tradicional Escola de Samba Vai-Vai, do grupo especial de São Paulo, 14 vezes campeã do carnaval paulista, escolheu "Vinhos do Brasil" como tema do seu enredo. Com o enredo, aliás, "Sangue da terra, videira da vida: um brinde de amor em plena avenida", a escola lembrou a história do vinho e a importância desta atividade para a economia de nosso País.

No exterior, os investimentos para a promoção do vinho são enormes e envolvem até os grandes atores no cinema mundial. Na semana passada, o famoso Brad Pitt e Angelina Jolie, todo mundo conhece, pela beleza e competência e talento como artistas do cinema, anunciaram grandes investimentos no ramo de vinhos. O casal mais famoso do mundo do cinema acha que produzir vinhos na França é uma importante fonte de renda e de diversificação dos negócios.

Até amanhã, especialistas brasileiros vão mostrar, no Madrid Fusión, um dos mais importantes congressos de gastronomia do mundo, a qualidade dos vinhos brasileiros. Não adianta produzirmos bem, vinho de qualidade, se não mostrarmos este produto ao mundo. É o famoso *marketing*.

Recentemente, o jornal *Valor Econômico* fez uma análise sobre o mercado mundial do vinho. Essa reportagem mostrou que o setor de vinhos passou, há 40 anos, por uma crise de preços no mercado, especialmente dos Estados Unidos – a região da Califórnia

é a tradicional produtora de vinhos naquele país –, a maior economia do mundo.

O aumento exagerado dos preços dos vinhos oriundos da região de Bordeaux, na França, causou um forte desequilíbrio de preços, prejudicando as vendas e diminuindo o consumo da bebida francesa no mercado norte-americano. E, lá por 1974, no auge da crise, as importações americanas de vinhos da França despencaram, com queda de 50%. Foi uma péssima notícia para produtores e produtoras de uva e vinho, os maiores prejudicados pela má administração dos preços e, claro, dos estoques.

Portanto, quando o Governo Federal atua e interfere nos preços desse importante mercado, como pretende fazer agora, hoje, lá em Bento Gonçalves, o Ministério da Agricultura, aumentam as chances do setor privado de gerenciar melhor os imprevistos e as variações na safra de uva. O Governo deveria fazer isso com todos os setores da produção agrícola e ter uma política de longo prazo, porque sabemos sobre o ciclo dessas culturas, Senador Jorge Viana. Então, acho extremamente prudente e é extremamente oportunno que o Ministério da Agricultura tome essa iniciativa, anunciando, hoje, os novos preços mínimos para a uva, o que vai estimular os nossos produtores.

Mas esse importante setor do agronegócio ainda tem mais desafios: os produtores querem melhores condições para produzir. O setor já me apresentou uma sugestão de um projeto de lei para tributar as bebidas de modo proporcional à quantidade de produtos naturais contidos na bebida que compramos. Para o setor, por exemplo, quanto mais uva, menores devem ser os impostos no suco produzido; quanto mais artificial o produto, maior o imposto – é a defesa que fazem os produtores.

Penso que essa medida tem lógica. De um lado, é benéfica para a saúde do consumidor, porque a fruta natural tem um valor nutricional e nutritivo melhor do que qualquer produto artificial, sabor ou aroma e, além do mais, estimula os produtores a ampliar e a diversificar a sua produção. É também geradora de emprego, e poderemos pensar na exportação.

A pesada carga tributária brasileira, ainda, é uma limitação para o desenvolvimento da produção de vinhos não apenas na Serra Gaúcha, mas em outras regiões produtoras do nosso País. É um problema grave, que desmotiva os produtores e inviabiliza a atividade. A regulamentação do vinho colonial artesanal também é uma necessidade do setor, tal qual a da cerveja artesanal.

E, aqui, tenho que chamar atenção, Senador Jorge Viana, V. Ex^a é de um Estado que tem *free shop*, que conheci, La Cobija, do outro lado, no território boliviano. E temos também, na fronteira do Rio Grande, seis Municípios de fronteira e temos, no Uruguai, os *free*

shops. Ali se vende vinho uruguai, argentino, chileno, a preços absolutamente menores do que o preço do vinho nacional.

Então, essa concorrência é boa para o consumidor – não resta a menor dúvida, pagar menos por um vinho de qualidade –, mas, aí, criamos uma competição desigual. Mas não é só isso: ainda assim, é dentro do mercado comercial de legalidade, porque ali é legal, tudo é legal, os consumidores saem de Porto Alegre para ir até lá – já, muitas vezes, eu mesma fui aos *free shops* –, o consumidor é beneficiado por isso. Mas nós temos de pensar também na outra ponta, no nosso lado.

Nesse aspecto, há um detalhe que não podemos esquecer: é o contrabando. Aí está o grande perigo e o grande risco! Quanto ao *free shop*, nós teremos agora *free shops* do nosso lado. Então, ficaremos de igual para igual, e vamos regulamentar, com o seu apoio, com o apoio do Deputado Marco Maia, que foi autor do projeto – eu tive o prazer de ser a Relatadora aqui. Vamos resolver essa questão ao longo deste ano com a regulamentação pela Receita Federal, que tem sido extremamente receptiva ao assunto.

Mas o problema é o contrabando. Aí, renovo – conheço também as fronteiras dos nossos portos secos – um maior investimento em pessoal, na Receita Federal, nas nossas aduanas, no sistema aduaneiro dos controles de fronteira, porque precisamos não permitir que a nossa fronteira continuem sendo um verdadeiro queijo suíço, cheia de buracos. E aí, o contrabando acaba sendo prejudicial também aos nossos produtores.

Nesse aspecto, nem comparo, do ponto de vista da assimetria no Mercosul, o nível de tributação para o vinho brasileiro, no Brasil; com o vinho chileno, no Chile e o vinho Argentino, na Argentina. Não dá nem para pensar. É muito menor a tributação! Além do mais, as condições competitivas deles em matéria de financiamento, em matéria de logística. Todos esses custos são menores. Também por isso, precisamos tratar com zelo esse setor que é tão importante para a nossa economia.

Aliás, já solicitei à consultoria legislativa um estudo aprofundado sobre esta questão. Brevemente, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras terão dados sobre esse segmento.

Isso vai ajudar na formulação de propostas legislativas capazes de desenvolver essa importante atividade. Acredito até que produtores de outras frutas como maçã, goiaba, laranja, kiwi, maracujá, pêssego, frutas vermelhas, limão, manga, tão brasileiras, entre outros, poderão se beneficiar dessa proposta ainda em estudo nesta Casa: Aquela que tributa mais os produtos artificiais e reduz o tributo para aquelas bebidas que usam um percentual maior ou total de frutas naturais. Isso ajuda a saúde, o bolso e, sobretudo, os produtores.

Os representantes das entidades vitivinícolas do meu Estado também estão preocupados com o registro de bebidas pelo Ministério da Agricultura – e aí vem exatamente a origem dessa minha proposta – com as com as informações nos rótulos. A reclamação é que muitas bebidas anunciam conter uva ou outras frutas, inclusive, isso vem no nome, na cor da embalagem, mas a composição não contém um grão de uva.

Isso é um engodo! Isso é comprar gato por lebre! É uma questão relevante, que merece a atenção não apenas do Legislativo, mas também do Poder Executivo.

Isso quer dizer que o produto que o consumidor compra tem a cor da uva, tem o cheiro da uva, mas de uva não tem nada. E são empresas muito importantes!

Neste ano, a indústria nacional de vinhos espera um crescimento nas vendas. A expectativa é de um aumento de 20% na comercialização de vinhos finos, aproximadamente 27 milhões de litros. No caso do vinho de mesa, o setor imagina um crescimento um pouco menor nas vendas, de 6% aproximadamente.

Como a previsão é de uma quebra de safra entre 10% e 20%, a avaliação do setor é de que as dificuldades para armazenar os produtos não será tão grande.

Entretanto, os investimentos de longo prazo precisam ser feitos. Como tenho dito, o Brasil precisa apostar nos setores competitivos, e o vinho é um bom exemplo importante para o agronegócio. Caso contrário, estaremos vivendo problemas com os embargos russos também à carne bovina brasileira. Por causa de dúvidas sobre a rastreabilidade da nossa carne, o mercado russo se fechou. O Brasil precisou anunciar que vai comprar equipamentos sofisticados de defesa antiaérea de fabricação russa para ganhar a promessa de que as autoridades russas retirarão restrições à compra de carne brasileira e de soja.

Aliás, a queixa dos russos, Senador Jorge Viana, Senador Paim, Senador Durval, é de que é deficitário o sistema de rastreabilidade bovina em três Estados: Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

Há pouco, o Senador Ruben Figueiró, nosso colega Mato Grosso do Sul, que conhece profundamente esta matéria, quando argumentei sobre essa deficiência, S. Ex^a contra-argumentou, dizendo que, ao contrário, no Mato Grosso do Sul, todo rebanho que é vendido aos grandes frigoríficos que trabalham com exportação é rastreado. Há uma certificação da entidade responsável para fazer este processo, numa parceria entre o setor público e o setor privado, ou seja, o Estado e os produtores rurais.

Então, se esse sistema é eficaz, do ponto de vista sanitário, com a rastreabilidade, nós aqui, também. O Brasil é o maior mercado para a carne bovina brasileira. Então a rastreabilidade é importante para os nossos

consumidores, porque o famoso abate clandestino é um grande risco para a saúde dos nossos consumidores brasileiros.

Quero também registrar que não só caso dos frigoríficos, mas também no caso dos vinhos, as cooperativas têm um papel relevante numa região, Senador Paim, que o senhor conhece tanto quanto eu, em que a agricultura familiar é predominante. Ali na região da Serra nem pode ter grandes áreas, são pequenas propriedades. E ali é que a uva começou toda a sua história, ali é que ela se desenvolve, levando renda e geração de riqueza para aquela região, que é muito desenvolvida. Toda a região da Serra, que envolve Caxias, Bento, Garibaldi, Flores da Cunha, Nova Prata, Carlos Barbosa, Farroupilha, toda aquela região tem um grande papel nesse processo da produção de vinhos.

Portanto, espero que as políticas de médio prazo em favor da indústria nacional da vitivinicultura e também do cuidado com a balança comercial brasileira sejam realmente colocadas em prática.

Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sinalizou com a possibilidade de ampliar os negócios com a China, com a Rússia e com a Índia. E vinho está entre os produtos da pauta brasileira de exportações. Pode ser um passo importante para retomar as vendas externas, que, ao final de 2012, apresentaram o pior resultado das últimas décadas.

Penso que nós podemos fazer muito, mas eu queria até aproveitar para agradecer o que fizeram o ex-Embaixador do Brasil no Reino Unido Sérgio Amaral e também a nossa Embaixadora Leda Lúcia Camargo, que hoje está na Suécia. Quando estava em Praga, na Tchecoslováquia, ela fez um grande trabalho de promoção dos nossos vinhos.

Penso que os nossos diplomatas, que têm o compromisso de representar o Brasil, têm um papel relevante. Os países desenvolvidos, Senador Aloysio Nunes Ferreira, têm um núcleo de comércio nas embaixadas que é um verdadeiro *showroom* para mostrar o que nós temos de qualidade para oferecer. Às vezes, por falta de conhecimento, de informação, o comprador lá de fora não olha o que nós temos aqui.

Dou um testemunho pessoal do que esses embaixadores fizeram, porque acompanhei o seu esforço, nomeadamente da Embaixadora Leda Lúcia Camargo, que está agora na Suécia. E até o faço com prazer, porque ela é gaúcha, de Porto Alegre.

Então, penso que a diplomacia brasileira poderia, como já está fazendo hoje, ter um papel também relevante na promoção dos produtos brasileiros em setores relevantes, por exemplo, fazendo com que todas as recepções oferecidas pelas embaixadas, no dia 7 de setembro, forneçam aos convidados os nos-

sos espumantes, que hoje são reputados como os melhores do mundo.

Nessa área, particularmente, fico feliz, pois há uma década, de cada 10 litros ou 10 garrafas de espumante...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...oito eram importadas. Hoje essa proporção se inverteu, Senador. De cada 10 garrafas, oito são nacionais, produzidas no Rio Grande do Sul e também no Nordeste.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP. Fora do microfone.) – E em Santa Catarina.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em Santa Catarina também. O senhor conhece. Já conhece bem a produção excelente de Santa Catarina. Os Senadores Luiz Henrique, Casildo Maldaner e Paulo Bauer ficarão muito contentes por essa referência que V. Ex^a fez.

Então, nós estamos hoje, na área dos espumantes e também dos vinhos brancos, num passo acelerado para termos um protagonismo internacional, rivalizando com os melhores e mais conceituados produtores do mundo, seja o champanhe da França, que tem o direito desse registro, ou as cavas espanholas, que também são espumantes. Os nossos são simplesmente espumantes e todos de excelente qualidade.

Com esse registro, eu queria cumprimentar o Ministério da Agricultura, que hoje está definindo o preço mínimo da uva, o que vai impactar também sobre o estímulo aos nossos produtores na melhoria da qualidade das nossas viníferas, das variedades e também da indústria vitivinícola, que está fazendo um papel relevante na geração de empregos e também na geração de divisas, exportando mais.

Muito obrigada, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Senadora Ana Amélia assume a Presidência.

Os próximos oradores inscritos são o Senador Paulo Paim e o Senador Aloysio Nunes. Agora eu faço uso da tribuna.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A palavra é sua, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr^a Presidente.

Queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui do Plenário, todos que nos visitam e também cumprimentar os que nos acompanham pela TV e Rádio Senado.

Venho à tribuna, Sr^a Presidente, para falar da decisão da Mesa Diretora do Senado, tomada ontem.

Vi que o que deliberamos na Mesa Diretora foi trazido ao Plenário pelo Presidente Renan e recebeu manifestação de líderes de vários partidos, de Senadoras e Senadores, cumprimentando a Mesa Diretora do Senado pela iniciativa. E quero aqui repercuti-las, reproduzi-las, porque talvez setores importantes ainda não tomaram conhecimento da deliberação da Mesa Diretora do Senado tomada ontem. Ela vem no sentido de prestar contas para a sociedade e melhorar a atividade parlamentar aqui no Senado Federal. Vou procurar, de maneira sucinta, reproduzir as medidas adotadas.

A primeira delas diz respeito às sessões de debates temáticos no Senado Federal.

Vários Senadores se manifestam, pedindo que o Senado volte a criar mecanismo pelo qual se permita o debate sobre temas nacionais.

O Senado é a instituição mais antiga do nosso País. Foi criado em 1826. Já se vão 187 anos da criação do Senado. O Senado, na época do Império, tinha debate. O Senado, em alguns bons momentos da República, também teve debate. Hoje, com as regras que nós mesmos estabelecemos, os Regimentos da Casa são da década de 70. Posso dizer sem medo de errar que são raras as oportunidades em que temos aqui um debate. Esta semana mesmo, o Senador Aécio Neves, como é da sua atuação ativa, veio aqui fazer um contraponto com uma atividade desenvolvida pelo meu Partido, o PT, que celebrou, que festejou, que segue celebrando e festejando os dez anos da coalizão de partidos liderados pelo PT que mudaram a história do Brasil. O Senador Aloysio fez um posicionamento, cobrou, o Senador Aécio cobrou, nosso Líder, Wellington Dias, veio e colocou um contraponto, mas tudo isso engessado dentro de regimentos que não permitem que o debate possa fluir.

Na reunião da Mesa Diretora, ontem, nós decidimos trazer para apreciação do Plenário – e vamos aprovar no Plenário, não tenho dúvida – que, a partir de agora, o Senado vai criar mecanismos que vão estimular, permitir, facilitar o debate de grandes temas nacionais.

Este é o primeiro ponto. Já, já voltarei a ele.

Outro. Nós precisamos promover mudanças, a sociedade nos cobra e nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado, mecanismo que hoje dá transparência para a atividade parlamentar, que faz com que haja uma possibilidade de a sociedade participar da vida parlamentar, porque todos nós trabalhamos com o mecanismo das novas mídias, pelas quais a sociedade se manifesta, opina, ajuda inclusive no debate. E essa outra medida é a reforma do Regimento do Senado.

Mudar o Regimento, propor. O Presidente Renan vai fazer contato com o Presidente da Câmara – ele assumiu esse compromisso ontem, aqui – para que se possa fazer uma atualização tanto do Regimento do Senado

quanto do Regimento Comum, Senador João Durval. O que muito se reclama nas comissões – veja o Senador Aloysio, todos –, nós estamos sempre engessados nesses regimentos. E há uma proposta já em fase final: crie-se uma comissão. Mas o mais importante é que a gente possa trazer esses regimentos para o século 21, para os tempos de hoje, para o tempo da transmissão ao vivo da sessão do Senado, para o tempo em que a sociedade não fica à margem, ela que está no centro, debatendo, participando. O mundo é outro, o Brasil é outro, a sociedade brasileira, felizmente, já é outra. E penso que é uma medida que vem em boa hora.

E uma outra medida que eu espero ainda tenha uma repercussão ainda maior. Talvez os profissionais dedicados da imprensa ainda não tenham dado ou entendido a dimensão que essa outra medida traz para o fortalecimento do Senado como instituição fiscalizadora. E mais ainda, se nós nos colocarmos praticando essa outra proposta aprovada pela Mesa Diretora, não será só o Senado que crescerá. Não tenho dúvida de que nós vamos ter mais eficiência nas agências reguladoras.

Nós fazemos sabatinas aqui. Agências que começaram a ser criadas no Governo do Presidente Fernando Henrique seguiram sendo criadas, um instrumento moderno, importante. E o Senado faz a sabatina daqueles que são indicados para ocupar cargo de direção nessas agências. Depois esses profissionais sabatinados assumem suas funções, e o Senado segue a sua vida normal.

Há uma mudança, uma proposta concreta adotada pela Mesa Diretora.

Vejam só, Srªs e Srs. Senadores, todos que me acompanham. O Presidente do Banco Central vem aqui, a cada seis meses, prestar contas sobre a vida, a atividade econômica do País, sobre as atribuições do Banco Central. Ele também é sabatinado. Os dirigentes de agência, não.

O Senado, a partir de agora, estabelece que, pelo menos uma vez por ano, todos aqueles que ocupam cargos e funções de direção nas agências vão ter de vir aqui prestar contas aos Senadores, às Senadoras e à opinião pública sobre o seu trabalho. Criamos um mecanismo em que teremos, no mínimo, três comissões nessa prestação de contas: a comissão específica, onde houve a sabatina dos indicados para aquela determinada agência, e mais a CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, que trata de regulamentação e do amparo legal, e a CAE – Comissão de Assuntos Econômicos, porque tem uma repercussão econômica e uma repercussão jurídica.

Vejam só, é o Senado começando a desenvolver a sua atividade. Eu vejo Senadores da Base do Governo e da oposição sempre questionando algumas

agências: o que estão fazendo, por que não adotaram medidas. Só que agora vai virar uma rotina: todo ano, os dirigentes das agências vão vir aqui debater, discutir, prestar contas ao Senado, que é a Casa da Federação, e à sociedade sobre as suas atividades.

Outra decisão tomada pela Mesa Diretora que merece destaque: já ficou acertado – obviamente, com o aval dos Líderes e, ontem, aqui, ocorreram manifestações – que, no próximo dia 19 de março, vamos iniciar um processo definitivo de apreciação e votação do Fundo de Participação dos Estados. Isso é discutir, debater a Federação, é debater a Constituição, que estabelece que nós temos de ter políticas que diminuam as desigualdades regionais no nosso País.

Há mais de dois anos, houve uma decisão do Supremo estabelecendo um prazo de dois anos, no máximo, para que o Senado Federal estipulasse novas regras para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados. Isso porque não estava sendo atendido o preceito constitucional de ter um dinamismo nessa distribuição de recursos, um dinamismo que garanta que os repasses sejam feitos de maneira a diminuir as desigualdades, de forma que, quando um Estado alcançar um determinado nível econômico, ele tem de ter diminuída a sua participação, para que outros que ainda estão mais defasados possam ter mais.

O nosso Relator Walter Pinheiro, que está construindo uma proposta na busca do entendimento, certamente, vai ter muito trabalho já no dia 19 de março.

O Presidente Renan estabeleceu fazer dia 19 de março – nós decidimos –, em função de que, no dia 13, teremos uma reunião de todos os governadores com o Presidente da Câmara e o do Senado. Logo em seguida, então, uma semana depois, nós vamos estar aqui votando, decidindo, deliberando.

E, mais ainda, com a ideia de fazer os debates temáticos aqui no Senado, o primeiro tema nacional que vamos trazer para debate seja este: debater a Federação, debater a regulamentação, a aprovação e a discussão de matérias que mais bem estabeleçam a relação entre os entes federados. A ideia é inaugurar a sessão de debates temáticos com o tema da Federação. Como o Senado é a Casa da Federação, entendo que não há ideia melhor para iniciarmos.

E aí há outro aspecto importante, que é regulamentar o inciso XV, do art. 52, da Constituição, que confere ao Senado a atribuição de avaliar periodicamente o funcionamento do sistema tributário nacional.

Senador Aloysio, V. Ex^a, que ajudou a fazer a Constituição, sabe e cita sempre que há muitas matérias que estão na Constituição dependendo de regulamentação.

Na Mesa Diretora, ontem, foi estabelecido que nós vamos tentar priorizar a regulamentação da Constituição de 1988. E um dos aspectos é este: o art. 52 da Constituição, que se refere ao sistema tributário nacional, que temos aí em vista.

Então, com satisfação, ouço o aparte de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP)

– Meu caro amigo Senador Jorge Viana, V. Ex^a aborda temas relevantíssimos, entre eles essa necessidade de o Senado, realmente, exercer as prerrogativas que a Constituição lhe confere. Uma das mais relevantes é esta que V. Ex^a acaba de mencionar: a avaliação periódica do sistema tributário nacional em todos os seus componentes. Houve já tentativas, na Legislatura passada e nesta Legislatura, de levarmos adiante essa tarefa. Na Legislatura passada, uma subcomissão, encabeçada pelos Senadores Dornelles e Tasso Jereissati, chegou a trabalhar – e trabalhou bem durante 2 anos – e produziu um documento muito interessante, que deveria servir de subsídio para qualquer debate sobre reforma tributária no País. Trata não apenas da distribuição dos recursos tributários recolhidos pelos entes federativos, como também da estrutura dos tributos brasileiros, do seu caráter de classe, digamos assim. Nesta Legislatura, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu propus, por minha iniciativa, e foi criada uma subcomissão para a avaliação do sistema tributário, exatamente para exercer essa competência, o que havia sido um compromisso meu na última campanha eleitoral – coloquei esse tema no debate público na campanha em São Paulo. Infelizmente, não houve grande eco; essa é a realidade dos fatos. Essa subcomissão se reuniu penosamente, com pouco quórum. Como toda boa ideia, no início todos correm e querem participar, mas, depois, a exigência de um trabalho constante e metódico e também a plethora de comissões – a agenda absolutamente irracional a que o nosso trabalho está submetido – acabaram esvaziando a subcomissão. De modo que eu penso que a assunção, pela Mesa Diretora do Senado, dessa tarefa e o prestígio que a Mesa Diretora do Senado poderá conferir a essa iniciativa me fazem renovar as minhas esperanças de que poderá haver, ainda nesta sessão legislativa, dentro do Regimento Interno do nosso Senado, os dispositivos que nos levem a participar e a tratar, com método, com consequência, desse tema tão importante. Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu que agradeço e fico lisonjeado com o aparte de V. Ex^a, que tem uma história na construção da Constituição e luta pela sua efetiva implementação. Sem regulamentarmos não só esse artigo, mas também diversos dispositivos constitucionais, nós não vamos ter como implementar, na plenitude, a nossa própria Constituição.

Então, eu queria aqui, Srª Presidenta, chegando ao final da minha fala, relembrar que estou aqui tornando o mais público possível a deliberação de ontem da Mesa Diretora no sentido de melhorar a atividade parlamentar, fazendo com que o Senado comece a se reencontrar com a agenda nacional para que possa iniciar um processo de valorização desta Casa, dos seus servidores, dos Parlamentares. Mas isso só virá se começarmos a cumprir com as nossas tarefas. Eu falo sempre que, se não trouxermos para a agenda da Câmara e do Senado a reforma política, nós não vamos dar os passos que promovam mudanças pelo menos no sentido de trazer de volta o respeito, o prestígio perdido pela atividade política, o que é lamentável. A atividade política é a essência da democracia.

Eu espero, como está colocado também no último item da nossa reunião da Mesa Diretora, a agenda legislativa para o primeiro e segundo semestres, que será feita, Senador Aloysio – e V. Exª agora é Líder do PSDB – com a eleição dos presidentes das comissões na semana que vem. E, em seguida, a ideia é a Mesa Diretora ter uma reunião com os presidentes das comissões, para estabelecer uma pauta matérias, para quais delas estabelecer urgência, e, logo em seguida, uma agenda com os líderes partidários, para que estabeleçamos aí uma agenda legislativa que atenda os interesses nacionais, que atenda as expectativas da opinião pública.

Espero, sinceramente, que o tema da reforma política seja colocado como prioridade. É um ano em que não temos eleição. Não é possível. A eleição no País não termina. Eleição no País está virando sinônimo de confronto jurídico. Existem candidatos e partidos que se pegam em grandes bancas de advocacia para poderem disputar eleição. Em vez de se pegarem com propostas para conquistar a confiança dos eleitores, buscam grandes advogados para poderem atravessar o período eleitoral. Essa é uma afronta, é um absurdo.

Então, eu concluo as minhas palavras só lendo aqui e dando essa transparência.

O Art. 154 do Regimento do Senado Federal estabelece:

As sessões do Senado podem ser:

I – deliberativas:

a) ordinárias;

b) extraordinárias;

II – não deliberativas; e

III – especiais.

Essa alteração, Senador Aloysio, é fruto, inclusivo, de cobrança de V. Exª, do Senador Aécio, de Pedro Taques, do próprio Wellington Dias, de Lindbergh, de colegas que estavam aqui e de vários outros Colegas

Senadores. O Senado tem de ter debate – ele só cresce com isso – de grandes temas nacionais.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E a mudança é exatamente no art. 154, incluindo o inciso IV, de debates temáticos, fazendo a justificativa de que é uma dessas prerrogativas desta instituição, que tem 187 anos – foi criada em 1826 –, e deverá ter grandes temas nacionais e deliberar sobre eles. Ou seja, um debate sobre um tema importante nacional também vai vasculhar aqui quais matérias há sobre esse tema, quando vamos deliberar e ao vivo. Eu penso que vamos começar a trazer de volta o respeito para grandes quadros que nós temos aqui, compondo esse conjunto de 81 Senadores e Senadoras.

E só concluo uma coisa com isso: nós temos que ter uma reunião. Proporei ao Presidente Renan que convide quatro, cinco Senadores, e que façamos aí as regras mínimas que não engessem o debate, ao contrário, estimulem. Mas nós vamos ter que ter regras para que esse debate possa fluir, diferentemente das sessões ordinárias deliberativas, que, com as regras atuais, inabilitam qualquer debate mais intenso aqui na Casa.

Então, agradeço à Presidenta e compartilho aqui. Queria cumprimentar...

O Senador Paim pede um aparte, Srª Presidente. Rapidamente, ouço o aparte do Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jorge Viana, quero só cumprimentá-lo por trazer esse tema à tribuna do Senado. Alguns podem pensar que ele não tem toda aquela importância, mas eu entendo que tem, como está fazendo neste momento V. Exª esse esclarecimento, mostrando o novo momento do Senado, fortalecendo principalmente os debates, fortalecendo o Plenário, fortalecendo que cada Senador e Senadora possam expressar o seu ponto de vista, inclusive num tempo um pouco maior no momento do bom debate. V. Exª, com essa exposição que faz agora, fortalece a Mesa Diretora, fortalece a Casa, fortalece a democracia e, com certeza absoluta, o Senado, a partir da gestão desta Mesa, de que tenho orgulho. E V. Exª, como 1º Vice-Presidente, vai se aproximar do povo. Coisa que nós queremos tanto, pela qual trabalhamos tanto e que agora vai se tornar realidade. Parabéns a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço o aparte de V. Exª, Senador Paim. Estou seguro de que se nós começarmos a fazer aquilo que é a prerrogativa desta Casa, se nós demonstrarmos para a sociedade nossa disposição de ter uma agenda legislativa, uma agenda parlamentar que atenda as expectativas do cidadão brasileiro, não tenho nenhuma

dúvida de que vamos começar a resgatar o respeito, o prestígio que esta Casa não pode perder.

O Senador Aníbal pede para também fazer um aparte. Peço a compreensão da Presidenta, já que temos oportunidade aqui, no plenário.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É porque temos que inaugurar, antecipadamente, o processo de maior debate sobre um tema tão importante quanto esse, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora.

O SR. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – O meu aparte começa exatamente nesse sentido. Começamos exercitando já o debate, sem tanta preocupação com a sineta, mas muito mais tentando estar de coração aberto e de mente aberta para buscar as melhores saídas para o País. Ontem, quando o Presidente Renan Calheiros anunciou essa medida da Comissão Diretora do Senado, realmente várias Lideranças se posicionaram aplaudindo a decisão. Ao mesmo tempo, já começaram a surgir situações que podem ser armadilhas, que vamos ter que ter todo o cuidado para tratar. Por exemplo, o assunto FPE, que vamos discutir no próximo dia 19, é um assunto que tem a obrigatoriedade de uma decisão do Senado. Já o assunto *royalties* do petróleo já foi deliberado e teve um veto. Quer dizer, é um assunto que não está no mesmo patamar, é um assunto diferenciado. E quando já existe uma proposição quase que unânime de que todo o assunto do Pacto Federativo tem que estar no mesmo pacote, eu sinto que vai ficar tudo como está, se a gente não separar os assuntos. Eu acho que o assunto FPE merece tratamento à parte, específico, porque nós temos a obrigação de deliberar sobre ele. Um assunto relacionado aos vetos está em outro patamar, porque requer quórum qualificado, requer outro tipo de tratamento. Então, eu quero cumprimentar aqui o Senador Jorge Viana, porque ocupa a Vice-Presidência já mostrando a que veio. V. Ex^a é uma liderança nacional, tem uma experiência acumulada nos 8 anos de governo do Estado do Acre, mais 4 anos na prefeitura de Rio Branco. Suas gestões foram todas muito bem-sucedidas e mudaram para melhor a história de Rio Branco, a história do Estado do Acre. Eu tenho certeza de que, com esse acúmulo, V. Ex^a vai, permanentemente, dar contribuições muito qualificadas para que o Senado Federal esteja mais próximo do povo e respondendo um pouco mais positivamente aos anseios que o Brasil tem em relação a esta Casa. Parabéns a V. Ex^a. Acho que V. Ex^a inicia muito bem esse mandato como Vice-Presidente do Senado Federal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, querido colega Senador Aníbal, bom companheiro de lutas e de sonhos.

De fato, eu tenho essa missão partidária, dada também por 65 votos do Plenário do Senado, de ser Vice-Presidente, ou seja, fui acolhido pelos colegas, e não quero cumprir o formalismo da Vice-Presidência. Eu quero colaborar com meu local de trabalho, cuidar dele, ajudar para que ele possa resgatar esse respeito que o Senado não pode perder, ter uma boa relação com os funcionários, com todos os setores. Esse é o propósito.

V. Ex^a tem razão, Senador Aníbal. O debate tem que ser sobre o Fundo de Participação dos Estados. O Governador Tião Viana, nosso Governador do Acre, está lá, apreensivo, zeloso pela boa gestão, esperando as novas regras do FPE. Não sabe se vai haver uma piora para os Estados, principalmente do Norte e do Nordeste, ou uma melhora nos recursos. E aí não pode ficar nessa apreensão, sem organizar o seu trabalho.

O Acre é um Estado que começou a se livrar desta armadilha de ficar refém dos repasses constitucionais. Quando assumi o governo, mais de 90% dos repasses do dinheiro do Acre eram repasses constitucionais. Agora, são perto de 60%. Ainda é muito, mas já são quase 40% gerados pelo próprio Estado. Isso é uma mudança significativa. Mas o governador e tantos outros governadores estão esperando essa decisão. Eu acho que cabe ao Senado, então, trazer esse tema para cá como primeiro tema. Deve ser exclusivo...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ...o debate sobre o FPE e a deliberação sobre ele, para que a gente possa cumprir a Constituição, definindo regras que diminuam as desigualdades regionais no nosso País.

Então, Sr^a Presidente, obrigado pelo tempo, pela tolerância. Devo dizer que essas mudanças parecem pequenas, mas elas são um bom começo para que o Senado possa ter um debate aqui, possa atender as expectativas da sociedade e possa cumprir sua função de Casa da Federação, trazendo para cá, para prestar contas, todos os dirigentes das agências reguladoras, pelo menos uma vez por ano. Isso vai ajudar o País.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido a fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Paulo Paim.

A Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, pelo tempo regimental de vinte minutos, mas, obviamente, com a tolerância necessária. V. Ex^a que é tão atuante, como falei ainda há pouco, madruga no Senado e

sai daqui depois que o expediente acaba. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, primeiro, permita que eu me refira a V. Ex^a. Quando eu dei o meu voto na chapa chamada oficial, quero dizer a V. Ex^a que o principal argumento que eu usei foi a sua figura – foi a sua figura. Votei, porque sei da história, da vida, convivi aqui com o Tião Viana e com V. Ex^a. Esse foi o argumento mais forte que eu encontrei para aquela decisão que o nosso partido tomou por unanimidade.

V. Ex^a tem ido à tribuna quase diariamente, fala do trabalho da Mesa Diretora, como tem levado para a Bancada o que está acontecendo, para onde vai, qual é o projeto, qual é a proposta. E como disse lá na Bancada a V. Ex^a, V. Ex^a vai dialogar com o País sobre a importância e a imagem do Senado da República. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Estou muito feliz com a sua atuação e tenho certeza de que o povo brasileiro vai conhecê-lo ainda mais a partir da sua atuação aqui na Mesa do Senado da República.

Senadora Ana Amélia, aqui presente, Senador Aníbal Diniz, Senador Aloysio Ferreira, Senador Ruben Figueiró, enfim, todos os Senadores que se encontram neste momento aqui no plenário.

Sr. Presidente, eu, nesta semana, vim à tribuna – e tem uma frase do Presidente Lula, Senador Aníbal Diniz; ele diz que a gente precisa ter um pouco de sorte também na vida, a sorte ajuda – falar de um julgamento que o Supremo faria sobre a questão dos aposentados.

Por que eu falo dos aposentados? Eu falo muito dos aposentados porque tenho clareza de que quem é aposentado quer melhorar o benefício e quem não é aposentado sonha com o dia em que terá uma boa aposentadoria. E é o papel também do parlamentar de mexer na legislação, de ir ao Supremo, se necessário, de dialogar com o Executivo, na sentido de melhorar a vida, eu diria, do conjunto da população do País, que quer um benefício decente.

Estive junto ao Presidente do Supremo também esta semana discutindo a questão do Aerius. Lembro-me de que todas as vezes, Senador Aníbal Diniz, em que estive dialogando sobre esse tema no Executivo – isso é coisa que vem lá do passado, mas caiu para o Governo Lula e Dilma ter que fazer o ajuste ou o pagamento –, a resposta que sempre recebi: “Paim, nós precisamos de um conforto jurídico, o Supremo que decida e nós pagamos, não há problema nenhum. Agora, nós, pela responsabilidade de Governo, temos que fazer todos os recursos junto às instâncias do Judiciário, mas no momento em que decidir, nós pagamos, não há problema nenhum.”

E vi com felicidade, primeiro, que o Supremo vai se debruçar para resolver – pelo que percebi, claro, não posso, aqui, ser uma irresponsabilidade minha, dizer que eles vão decidir como eu quero, como eu gostaria –, decidir a questão do Aerius, seja qual for a solução, e daí o Executivo terá o conforto legal, jurídico para fazer o devido pagamento, se essa for a decisão, que espero que assim seja.

Mas no dia de ontem, e foi essa a minha fala aqui, se não me engano na terça-feira, haveria no Supremo Tribunal Federal uma decisão sobre a questão da revisão ou não das aposentadorias.

Ontem, o Supremo, por uma diferença de somente dois votos – foi pequena, mas foi importante – decidiu favoravelmente e é manchete no *Correio Braziliense*: “Aposentadoria será revisada.”

Eu cheguei aqui na terça-feira e disse – essa votação aconteceria na quarta ou na quinta e aconteceu na quinta – que eu ia torcer, ia rezar, ia me ajoelhar para que o Supremo decidisse favorável, para que pudesse acontecer a revisão do benefício do aposentado para melhor, de acordo com seus interesses. E, assim, o Supremo decidiu beneficiando milhares de aposentados e pensionistas. Eu diria incluindo aqueles que já estão aposentados e aquele que estão em via de se aposentar, que ele possa escolher a melhor data.

Vou dar um exemplo: o cidadão já completou o tempo para se aposentar. Tem lá, digamos, vamos pegar o caso da mulher, 56 anos de idade e 30 de contribuição, mas resolveu continuar trabalhando. Ela resolveu continuar trabalhando e não pediu o benefício na expectativa de que, uma vez que o fator faz um cálculo com idade maior e com contribuição maior, ela tem um benefício maior no ato da aposentadoria. Ela não pediu o benefício, continuou trabalhando, mas acontece que ela perdeu o emprego e teve que pegar o emprego onde o salário foi menor. E ela viria a se arrepender para o resto da vida: “Poxa, deixei de me aposentar em tal data, continuo trabalhando, a minha renda diminuiu, a contribuição, consequentemente, também diminuiu e, agora, o benefício vai ser menor”.

Não, a partir dessa decisão que se estende a todo o País, a todo o País, ela vai poder recorrer para que a sua aposentadoria seja a partir do momento que mais lhe interessar para fazer o cálculo do benefício. Vamos pegar outro caso: o de quem já se aposentou, mas se aposentou antes. Digamos que em janeiro houve o cálculo do novo salário mínimo que teve inflação mais PIB e ele se aposentou antes. Ele poderá pedir revisão para que a aposentadoria dele seja calculada com o novo prazo ou com a nova data. Então, antes ou depois, a partir dessa decisão, os aposentados terão o benefício.

Por isso, Sr. Presidente, eu faço questão de deixar nos Anais da Casa o meu pronunciamento, que aqui comentei que vai nessa linha. Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, com alegria registro a decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal que concedeu o direito à revisão das aposentadorias. Leia-se, projeto nesse sentido eu tenho tramitando aqui no Senado, ou seja, para trabalhadores que mesmo em condição de requisitar o benefício continuaram a trabalhar e acabaram ficando com benefício menor do que se tivessem aposentado quando atingiram as mínimas condições necessárias para pedir o benefício.

Essa é uma boa notícia. Como a decisão tem repercussão geral, deve ser aplicada em processos que tramitam em instâncias inferiores, ou não, porque é antes e depois, beneficiando assim milhares de contribuintes da Previdência Social já aposentados ou em vias de se aposentar.

Vale salientar que a decisão da Corte não abarca valores retroativos. O valor do novo benefício contará da data do pedido de revisão. No caso analisado, o trabalhador esperou para se aposentar com mais idade e percebeu que o valor da aposentadoria ficou menor do que se tivesse pedido o benefício no momento em que atingiu todos os requisitos para se aposentar.

Tal instituto pode ser definido como uma desaposentadoria reflexa, porque não é aqui não, que fique bem claro, eu não estou dizendo isso, que já está garantido o instituto da desaposentadoria, para o qual também apresentamos projeto, que está para o Supremo decidir com parecer favorável do relator. Porque o objetivo e a tese jurídica são os mesmos de desaposentadoria propriamente dita. Mas não é o julgamento ainda da desaposentadoria. Como foi dito, perquirir um benefício mais vantajoso para o contribuinte do sistema é claro que é legítimo.

Quero ainda ressaltar, Sr. Presidente, inclusive cumprimentar os excelentíssimos ministros pelos efeitos que a Corte deu à decisão.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não concedia esse tipo de revisão, alegando que não havia uma norma legal, que agora passa a haver. Desta feita, o tribunal determinou que todos os aposentados em situação semelhante, porém que ainda não ingressaram com ações na Justiça, poderão, agora sim, requisitar, de forma administrativa, a revisão do seu benefício.

Tal medida visa a acelerar o procedimento, evitando assim que uma enxurrada de ações cheguem ao Tribunal, já que o próprio INSS está autorizado a fazer a devida revisão.

As ações que tramitam nos tribunais devem receber tratamento jurídico igual, devolvendo milhares de lides suspensas em instâncias inferiores. O julgamento dessa tese estava suspenso, a pedido de vista do Mi-

nistro Toffoli, mas finalmente a decisão foi votada, foi vitoriosa, foi dada, ontem, por 6 votos a 4.

Parabenizo, mais uma vez, os ministros que votaram com a visão do social. Sempre defendi que o aplicador do direito deve dirigir o olhar para atender aos fins sociais e que a norma se dirige às exigências do bem comum.

Aqui, repito as palavras que foram ditas lá no Supremo: um trabalhador não pode ser punido por ter decidido esperar antes de se aposentar, já que havia preenchido todos os quesitos. Estou feliz por essa decisão.

Aí, Senador Jorge Viana, aqui também, na linha de V.Ex^a, falamos que, muitas vezes, estamos levando as questões para o Supremo, mas entendo que, a partir do discurso de V.Ex^a, esta Casa pode se antecipar a uma série de fatos, não é o Supremo que tem que decidir. Que nós decidimos aqui. Mas, quando não nos antecipamos e a situação fica... num momento que há que haver decisão, o Supremo decide. Por isso que acho que, mais do nunca, que temos que decidir todas as questões ligadas à legislação. E repito, em algumas questões que tenho dialogado com os ministros do Presidente Lula e da Dilma, eles dizem: "Paim, tem que haver o conforto legal. Se não houver uma norma jurídica, podemos ser punidos pelo crime de responsabilidade". Por isso que é fundamental que esta Casa aprecie, por exemplo, o projeto da desaposentadoria e tantos outros projetos que estão na Ordem do Dia.

Repto, mais uma vez, as teses são as mesmas da desaposentadoria e, por isso, acreditamos que estamos cada vez mais perto de uma decisão favorável, aí sim, à desaposentação real ou propriamente dita, que fará com que aqueles que insistem no famigerado fator previdenciário joguem a toalha a favor do povo. Porque se for aprovado, como espero que aconteça, a partir dessa luz que surge agora, o instituto da desaposentadoria acabou com o fator, porque todos verão que com o instituto da desaposentadoria aprovado o fator acaba sendo um instrumento que trará prejuízo aos cofres da própria Previdência.

Por isso, eu tenho conversado muito com o Senador Wellington Dias, e ele está contribuindo para que haja uma reunião, onde nós construiríamos uma alternativa ao fim do fator previdenciário.

Sr. Presidente, eu quero concluir minha fala nesses 7 minutos que me restam, primeiro, dizer que foi com alegria que recebi da OAB de São Paulo a seguinte carta: "Sr. Senador Paulo Paim, encaminhamos esse ofício a V. Ex^a..." E aqui eu comento o ofício que recebi e que deixo registrado em Plenário. Eu gostaria, então, de registrar, no Plenário da Casa, o ofício que recebi da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo.

Nesse ofício, a Comissão de Diversidade e Combate à Homofobia de São Paulo – e aqui fala as cidades

que abarca – informa que foi com orgulho e alegria que receberam a notícia de que eu assumi a responsabilidade de relatar do PL nº 122, um PL polêmico, mas que faremos de tudo para construir uma nova redação – porque eu noto que muitos dizem ser contra ou a favor do 122, mas não perguntam qual será a nova redação.

O que importa numa lei é o que está escrito e não o número. Parece que resolveram somente dizer que o 122 é o inferno ou é o céu, o número 122. Eu quero saber o que está escrito, qual é o conteúdo, qual é o mérito, e é isso que a relatoria vai fazer, pela responsabilidade de um tema tão polêmico.

Mas diz a OAB São Paulo:

“Essa postura certamente reacendeu a chama da esperança no coração de cada brasileiro, que, com dignidade e consciência, sabe da sua responsabilidade social. Sabe, e V.Exª tem lutado arduamente pela causa, com o objetivo de livrar nossa sociedade das amarras da intolerância, do ódio, da perseguição, do desprezo e dos assassinatos que acontecem contra nossos irmãos. Enfim, livrar a todos da homofobia”.

Fico feliz com essa decisão da OAB. Tenho conversado com todo o setor, os que são contra ou a favor, eu diria, o número 122. O mérito vai ser a redação nova que nós faremos.

Repto aqui de novo, conversava ontem ainda com o Senador Magno Malta e com o Senador Walter Pinheiro, como conversei com os outros setores da comunidade LGTB, na busca de construirmos uma nova redação que combata a homofobia, combata o ódio e a violência.

Enfim, cumprimento a OAB, agradeço o apoio que dão à nossa relatoria e querem colaborar, inclusive, na construção da redação final; vamos convidar, sim, a OAB, para construirmos juntos essa redação.

Enfim, Sr. Presidente, todos sabem que tenho compromisso com os direitos humanos e um enorme respeito às diferenças – isso vem de toda a minha vida, esse compromisso com os direitos humanos – e em combater todo tipo de preconceito: preconceito contra as religiões, seja o evangélico, seja religião de matriz africana, seja católico apostólico romano, ou seja, a orientação sexual, ou mesmo pela cor da pele. Por isso, falo, aqui, com muita tranquilidade, àqueles que estão questionando o PLC 122, só pedindo que esperem a redação, a nova redação que queremos construir, a partir não de audiências públicas – porque já fizemos dezenas de audiências públicas, e presidi, inclusive, dezenas dessas audiências públicas, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos –, mas vamos debater, a partir da nova redação que vamos apresentar a toda sociedade brasileira, na linha, repito, de combater o ódio, a violência e a homofobia.

Como dizem, aqui, os setores que são contra ou a favor, ninguém é a favor da homofobia, todos são contra; todos são contra o ódio; todos são contra a violência, todos, todos.

Por isso que estou animado, Sr. Presidente, e, ontem mesmo, quando uma jornalista me perguntou se eu iria aceitar esse desafio, disse: “Aceitamos tantos desafios e, no fim, deu certo”. Claro que, em muitos momentos, com o apoio do Presidente Lula, como, por exemplo, no Estatuto do Idoso, que estava parado há nove anos aqui, todo mundo dizia que nunca mais iria ser votado. E conto a história que um dia o Lula me liga e a minha Secretária, em casa, me diz: “Você atende uma ligação do Palácio, do Presidente Lula?”. Digo: “Claro que atendo! Cadê ele? Onde?”. E o Lula diz: “Olha, Paim, fica tranquilo. Li o Estatuto; vamos aprovar o Estatuto”. E o Estatuto está aí, elogiado, aplaudido por toda a sociedade brasileira e até por congressos internacionais. E houve ali a marca e o apoio do Presidente. Isso eu nunca vou negar, porque acho que a verdade tem que ser dita para aquele que, às vezes, não gosta que lembremos esses fatos. Mas lembro, com muita alegria, como me lembro do salário mínimo. Queríamos tanto ter uma política de salário mínimo!

Viajei o País naquela tese da inflação mais PIB. É claro que na redação que colocamos para estabelecer a negociação era a inflação mais o dobro do PIB.

Lula reuniu todas as centrais, todas as confederações, fez o acordo. Votamos, por ampla maioria, a inflação mais PIB, e está aí um salário-mínimo que ninguém mais questiona. Pelo contrário, a perspectiva é que até 2023 estaremos com um salário-mínimo combatendo o salário-mínimo de qualquer país de primeiro mundo.

Por fim, Sr. Presidente – o meu tempo já terminou – quero apenas registrar a carta de Florianópolis que recebi.

No mês de novembro do ano passado, mais precisamente nos dias 27 e 29, aconteceu o 16º Congresso Federativo Interestadual Sindical da Federação Sindical dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do Brasil.

O congresso contou com a participação da maioria dos Estados Brasileiros, e as conclusões foram muito interessantes, porque vão em uma linha afirmativa. São propostas positivas, em que os sindicalistas rodoviários trazem a público todas as suas propostas que entendem serem capazes de melhorar as nossas rodovias e diminuir o número de acidentes, inclusive, no trânsito.

E já vou ao final do texto onde eles dizem que, devido ao programa internacional das rodovias da América do Sul, será feito um intercâmbio com as entidades sindicais dos países envolvidos, visando à defesa dos

interesses comuns dos trabalhadores rodoviários e no combate a todo tipo de acidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A Fasderbra irá incorporar-se à Campanha de Ativismo Mundial pelo Fim da Violência Contra a Mulher, tendo em vista as estatísticas de violência contra ela.

Eu casualmente comentei aqui e falei de uma iniciativa muito bonita do Deputado Edegar Pretto, filho do falecido, grande e querido Adão Pretto. É uma frente parlamentar dos homens em defesa das mulheres, ou seja contra a violência em relação às mulheres, que ele já implantou no Rio Grande, com o apoio de toda a Assembleia Legislativa. Mais de 50 câmaras de vereadores já aderiram e implantaram. Nós temos aqui, a partir de uma iniciativa dele, a implantação dessa mesma frente no Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço considerar na íntegra os meus pronunciamentos.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que concedeu o direito do trabalhador que adiou aposentadoria ter benefício revisado.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de registrar a decisão de ontem do Supremo que concedeu o direito de revisão da aposentadoria.

Ou seja, o trabalhador que mesmo em condições de requisitar o benefício, continuou a trabalhar e acabou ficando com benefício menor do que teria se tivessem se aposentado quando implementou as condições mínimas necessárias, tem direito a revisão.

Essa é uma excelente notícia.

Como a decisão tem repercussão geral, deve ser aplicada em processos que tramitam em instâncias inferiores, ou não, beneficiando milhares de contribuintes da Previdência Social já aposentados ou vias de se aposentar.

Vale salientar que a decisão da corte não abarca valores retroativos, o valor do novo benefício contará da data do pedido de revisão.

No caso analisado o trabalhador esperou para se aposentar com mais idade e percebeu que o valor da aposentadoria ficou menor do que se tivesse pedido o benefício no momento em que atingiu os requisitos para pleiteá-lo.

Tal instituto pode ser definido como uma desaposentadoria reflexa, porque o objetivo e a tese jurídica são os mesmos de desaposentadoria propriamente dita: perquerir um benefício mais vantajoso para o contribuinte do sistema.

Quero ressaltar ainda, e inclusive parabenizar os excelentíssimos ministros, pelos efeitos que a Corte deu a decisão.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não concedia esse tipo de revisão.

Desta feita o tribunal determinou que todos os aposentados em situação semelhante, porém que ainda não ingressaram com ações na Justiça poderão requisitar a revisão do benefício ao INSS.

Tal medida visa acelerar o procedimento, evitando uma enxurrada de ações nos tribunais.

As ações que tramitam nos tribunais devem receber tratamento jurídico igual, resolvendo milhares de lides suspensas em instâncias inferiores.

O julgamento dessa tese estava suspensa com o pedido de vista do Ministro Toffoli, mas finalmente a decisão foi vitoriosa por seis (6) votos a quatro(4).

Parabenizo os excelentíssimos ministros que votaram com a visão social.

Sempre defendi que o aplicador do direito deve dirigir o olhar para atender aos fins sociais a que a norma se dirige e às exigências do bem comum.

Aqui, repito as palavras do Presidente Joaquim Barbosa, que refletem exatamente esse entendimento, disse ele: “um trabalhador não pode ser punido por ter decidido esperar antes de se aposentar.”

Estou feliz, muito feliz e acredito que este foi um importante passo a caminho da desaposentação propriamente dita.

As teses são as mesmas, e por isso acreditamos que estamos cada vez mais perto de uma decisão favorável a desaposentação real ou propriamente dita que fará com que aqueles que insistem no famigerado Fator Previdenciário joguem a toalha em favor do povo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre cumprimentos recebidos da OAB pelo Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de registrar neste Plenário o Ofício que recebi da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção São Paulo).

Nesse Ofício a Comissão da Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da 80^a (octogésima) Subseção da OAB (Sertãozinho/SP), que responde também pelos Municípios de Pontal/SP, Barrinha/SP e Dumont/SP, e também, pelos Distritos de Cruz das Posses e Cândia, informa que foi com orgulho e alegria que receberam a notícia de que assumi a relatoria do PLC 122.

Eles dizem que: “*Esta postura certamente reacendeu a chama da esperança no coração de cada brasileiro que, com dignidade e consciência de sua responsabilidade social, tem lutado arduamente pela causa com*

o objetivo único de livrar nossa sociedade das amarras da intolerância, do ódio, da perseguição, do desprezo e dos assassinatos que acometem nossos irmãos homossexuais, e enfim, livrar a nós todos da homofobia!

Sr. Presidente, fiquei sensibilizado com a correspondência que a 80ª (octogésima) Seção da OAB enviou e agradeço pelo apoio e a demonstração de confiança que eles empenharam na mesma.

Todos sabem, Sr. Presidente, que minha luta pelos direitos humanos e pelo respeito às diferenças vem de longa data e eu me orgulho dessa minha coerência.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre a “Carta de Florianópolis”.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no mês de novembro do ano passado, mais precisamente no período de 27 a 29, aconteceu o XVI (décimo sexto) Congresso Federativo Interestadual Sindical da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estrada de Rodagem do Brasil (FASDERBRA).

O Congresso contou com a representação de 15 estados e foram debatidos assuntos de interesse nacional e estadual.

A conclusão a qual os participantes chegaram foi de que é urgente a ação governamental na valorização dos órgãos rodoviários, dotando-os das condições necessárias para a manutenção, revitalização e construção da malha rodoviária.

A “Carta de Florianópolis”, elaborada na ocasião, inclui a necessidade da adoção de medidas de fortalecimento dos órgãos rodoviários, visando a sua reestruturação com ênfase na aquisição de equipamentos, na realização de concursos públicos e revisão salarial com valores compatíveis com o mercado de trabalho.

Os sindicalistas rodoviários sempre trazem à público o uso abusivo da terceirização nas instituições rodoviárias, acarretando a precarização do trabalho, prejuízos aos cofres públicos e à sociedade como um todo.

Entre as ações estabelecidas no plano de lutas eles decidiram que:

- Será estabelecido o DIA NACIONAL DE CONSCIENCIAMENTO, em que a sociedade tomará conhecimento da situação de sucateamento a que estão submetidos os DER's

- Devido ao Programa de Internacionalização das Rodovias na América do Sul será feito o intercâmbio com as entidades sindicais dos países envolvidos visando a defesa dos interesses comuns dos trabalhadores rodoviários

- A FASDERBRA irá incorporar-se à Campanha de Ativismo Mundial pelo Fim da Violência Con-

tra a Mulher, tendo em vista as estatísticas de violência contra ela.

Sr. Presidente, ao final da Carta de Florianópolis fica estabelecido que “*Com o propósito de contribuir para a construção de uma sociedade justa, a FASDERBRA e os Sindicatos filiados devem atuar como agentes protagônicos na formulação de políticas que assegurem o desenvolvimento de nosso país numa sociedade realmente democrática com efetivação dos direitos e sem discriminação*”.

Tenho repetido nesta tribuna, em diversas ocasiões, que precisamos de ações efetivas para resolver essas questões. Essa questão já se arrasta há muito e os servidores têm lutado com muita garra por isso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A solicitação de V. Exª será atendida nos termos do Regimento.

Cumprimento mais uma vez o Senador Paim.

Sei que essa é uma luta de V. Exª para que tivéssemos o resultado da apreciação dessa matéria pelo Supremo. Essa é uma luta por respeito aos aposentados, uma luta de vida.

Acho que é uma decisão importante. Tem de estar aberta essa possibilidade tanto a favor dos aposentados, como para que eventuais situações esdrúxulas que aparecem também possam ser corrigidas. Mas, essencialmente, que possa beneficiar quem está sofrendo injustiça.

Essa é uma luta de V. Exª.

V. Exª está aqui celebrando a decisão do Supremo, agradecendo-a, porque ela vai fazer justiça àqueles que já dedicaram a maior parte da vida ao trabalho e agora merecem respeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito, obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Líder do PSDB, Senador Aloysio Nunes Ferreira; em seguida o Senador Aníbal Diniz.

V. Exª dispõe do tempo regimental de 20 minutos, mas obviamente na sessão de sexta-feira temos uma tolerância, caso seja necessário.

Com a palavra o Senador, Líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, usualmente venho à tribuna cumprindo o meu dever de senador da oposição para tratar de temas políticos onde geralmente me contrapponho à posição do governo.

Essa é a função da oposição, V. Exª sabe disso.

Mas hoje gostaria de tratar de tema para o qual acho que seria preciso uma enorme convergência de opiniões e de ações do Senado.

V. Ex^a sugeriu, na esteira da decisão da Mesa Diretora, que nós escolhêssemos temas de interesse geral, temas complexos, para debatermos sobre eles entre nós em busca de soluções

Já queria colocar na pauta um desses temas que é talvez mais perto da vida concreta dos cidadãos do que as grandes questões institucionais, mas é problema gravíssimo do que está acontecendo no Brasil hoje.

Refiro-me a crise financeira profunda em que estão mergulhadas as santas casas de misericórdia e os hospitais filantrópicos do nosso País, e afeta de uma maneira dramática a população que a eles recorre para o atendimento médico, e especialmente o atendimento ambulatorial de média complexidade.

V. Ex^a sabe – foi prefeito, foi governador, dos bons, e seu irmão foi Senador, é governador, seu pai foi Deputado Federal – que a Constituição da República de 1988 afirma que a saúde é direito de todos. E, na esteira dessa afirmação, criou-se o Sistema Único de Saúde. Os Constituintes reconheceram que, para atender a saúde do povo brasileiro em todas as suas regiões, em todos os graus de complexidade, o Estado brasileiro, o setor público estatal não teria condições de cumprir essa missão tão generosa que consta da nossa Constituição.

Daí por que, na própria Constituição, chamam à coparticipação nesse atendimento as instituições filantrópicas sem fins lucrativos.

O fato, Sr. Presidente, é que, promulgada a Constituição, foi crescendo a participação dessas instituições no atendimento à saúde.

Hoje as santas casas e hospitais filantrópicos do Brasil são responsáveis por 57% da assistência pelo Sistema Único de Saúde no País, o SUS, segundo dados do Ministério da Saúde.

Em mais de mil Municípios brasileiros, a santa casa é o único ponto para o qual se convergem aqueles em busca de tratamento. Não há outro. É a santa casa. Em mais de mil Municípios do nosso País, repito.

Mais de dois mil Municípios de até 30 mil habitantes têm na santa casa, digamos assim, o fundamento, a base insubstituível do atendimento à saúde.

Nós temos, no Brasil, grandes santas casas de misericórdia. Há a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, uma das mais antigas, a de Santos, a mais antiga do Brasil; a Santa Casa de Misericórdia de Rio Branco; a de Belém; a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. E há ainda pequeninas instituições espalhadas pelo Brasil, instituições antigas, que herdamos dos portugueses, como lembrava ainda há pouco em conversa comigo o nosso querido colega Senador Ruben Figueiró.

Pois bem. Esse atendimento hoje está sob ameaça. O jornal *O Estado de S. Paulo* publica, no dia 18 de fevereiro último, um editorial cujo nome diz tudo: “Santas casas asfixiadas”. O *Globo* também publicou extensa reportagem a esse respeito.

Faça V. Ex^a experiência de andar pelo seu Estado, qualquer um de nós: ao chegar a uma cidade do interior, invariavelmente se apresenta diante de nós com um ofício o provedor da santa casa, alguém que representa a instituição naquele lugar. E sempre – sempre, invariavelmente, nos últimos anos com cada vez maior recorrência – o tema é a ameaça financeira à existência dessas instituições. A ameaça vem de vários lados, mas, na origem de tudo, está a defasagem da tabela do SUS, que precisa de reajuste já. Para ontem. De cada R\$100 despendidos pelos hospitais filantrópicos no atendimento aos pacientes do SUS, apenas R\$65 são resarcidos pelo Sistema Único de Saúde. Isso vai gerando, Sr. Presidente, um acúmulo de déficits que se convertem em dívidas irresgatáveis apresentando a situação de penúria atual.

No ano de 2011, os dados para todos os estados – e eu estou me referindo a dados absolutamente incontroversos – apontam para déficit de R\$5 bilhões nos contratos, nos convênios, mantidos com o SUS. Ou seja, de um custo total pelos atendimentos da ordem de R\$15 bilhões, apenas cerca de R\$10 bilhões foram remunerados. E essa defasagem, repito, está, sobretudo, concentrada na baixa e média complexidade, que é realmente o tipo de atendimento a que o povo recorre, na imensa maioria dos casos que afetam a saúde das pessoas. E aí a dívida aumenta, evidentemente. A insolvência bate às portas.

A dívida dessas instituições, Sr. Presidente, era de R\$1,8 bilhão, em 2005. No ano de 2012, a dívida já ultrapassou a casa dos R\$11 bilhões. E o perfil dessa dívida também é tão preocupante quanto o seu volume, porque 44%, R\$5 bilhões mais ou menos, é dívida de banco, setor financeiro; 25% são fornecedores, que, se não são pagos em dia, deixam de fornecer; e 25%, impostos e contribuições não recolhidas, resultando inadimplência junto a órgãos federais, que, por sua vez, vêm a impossibilidade de receber recursos e transferências voluntárias, por meio de convênios, objeto de tantas emendas parlamentares. Pessoalmente todas minhas emendas parlamentares, são dirigidas ao setor de saúde, com ênfase nas santas casas de misericórdia.

Então, Sr. Presidente, este é o problema: déficit constante, dívida que se acumula, resultante de uma defasagem que precisa ser corrigida já.

É claro, nós temos problemas de gestão? Temos. E são bem-vindos os programas do Governo Federal de qualificação, mesmo de contratualização. Só que a contratualização que está sendo oferecida não pode

ser feita com base numa situação já, de partida, deteriorada. Oferecem-se recursos do BNDES? Ótimo. Acontece que esses recursos vêm, às vezes, socorrer a necessidade de investimentos ou mesmo de custeio no curto prazo, mas, se não houver correção estrutural das causas dessa situação, não adianta. É um mero paliativo. Alivia hoje, mas, amanhã e, no máximo, até depois de amanhã, a situação voltou ao estado de calamidade que hoje vivem essas instituições.

É, por isso, Sr. Presidente, que, no ano passado, reuniu-se na cidade do meu Estado, Votuporanga, um grupo muito grande de Santas Casas do Estado de São Paulo e também de outros Estados do País – a Santa Casa de Rio Branco esteve representada nesse encontro – e formularam a Carta de Votuporanga. Votuporanga que tem uma Santa Casa, aliás, exemplar – exemplar. Vale a pena conhecer a Santa Casa de Votuporanga. Ela foi assumida pela comunidade e trouxe parcerias importantes com o Governo do Estado de São Paulo. O Governador José Serra instalou ali um modelo pioneiro de atendimento ambulatorial. Foi tão bem sucedida a administração da Santa Casa de Votuporanga que um empresário da cidade que se destacou na gestão como trabalhador voluntário para reerguer a Santa Casa e tornou-se Prefeito da cidade, um jovem Prefeito, Júnior Marão, reeleito agora com 94% dos votos – nem Saddam Hussein, nos bons momentos, teve uma votação dessa ordem –, em grande parte pelo renome que ele adquiriu e pelo talento administrativo também na gestão da Santa Casa, que é um orgulho da cidade, uma referência.

Pois bem. A Santa Casa de Votuporanga foi anfitriã desse encontro. Políticos de vários partidos participaram dessa reunião. Essa Carta de Votuporanga foi levada ao Ministro da Saúde pelo Prefeito da cidade. Haverá uma nova reunião segunda-feira e esse movimento se fortalece, cada vez mais, com novas instituições que fazem dela plataforma para suas reivindicações. E essas reivindicações, Sr. Presidente, precisam chegar com muita veemência ao Congresso Nacional. Aliás, já chegaram. A Comissão de Assuntos Sociais da Câmara dos Deputados promoveu audiências públicas e elaborou parecer que é o retrato veemente, um retrato rigorosamente exato da realidade, que serviu, aliás, de plataforma para todo esse movimento, e eu louvo o trabalho de Deputados como João Dado, Darcísio Perondi e Antônio Brito, do PTB da Bahia, e outros companheiros que produziram esse relatório.

Nesse relatório, aliás, Sr. Presidente, são apontados alguns problemas na área trabalhista sobre os quais devemos estar atentos. Quando se fala em jornada de trabalho de profissionais da saúde – e agora os enfermeiros estão em pauta –, é preciso levar em conta o custo que isso terá para os hospitais filantrópicos. Não pode-

mos, aqui, para atender a uma categoria que merece todo nosso apreço e sem a qual não funciona nenhum hospital – talvez os enfermeiros sejam mais importantes que os médicos, até, que me perdoem os médicos –, mas é preciso levar em conta, também, o impacto financeiro que a legislação sobre o horário de trabalho possa ter na vida dessas instituições, já tão combalidas.

Ouço, com prazer, o aparte do Senador Ruben Figueiró.

O Sr. Ruben Figueiró (Bloco/PSDB – MS) – Meu caro Líder, Senador Aloysio Nunes, V. Ex^a me dá a oportunidade de estrear a tribuna de apartes. É a primeira vez que eu me dirijo, como tal, aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, que bom!

O Sr. Ruben Figueiró (Bloco/PSDB – MS) – E o faço para saudá-lo. V. Ex^a traz, neste instante, um problema da mais alta relevância para o nosso País. A história das Santas Casas no País coincide com a própria história do Brasil. No meu Estado, por exemplo, o Mato Grosso do Sul, a Santa Casa de Campo Grande vem da segunda década do século passado. É uma entidade centenária. E o esforço feito pelos seus fundadores foi de tal magnitude que se construiu lá, à época, o maior hospital das Santas Casas do Brasil, com 700 leitos, e que atendia não só a população do meu Estado, na época, do Mato Grosso, o uno, mas se estendia para as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia. Veja, V. Ex^a, o alcance do trabalho benemérito daquela entidade. Há pouco mais de quatro anos, ela sofreu uma intervenção, em virtude das dificuldades que V. Ex^a explanou tão bem aí. Agora, o Governo do Estado e a Prefeitura de Campo Grande se sentiram incapazes de continuar a manutenção da Santa Casa e querem devolver para os antigos provedores. Então, o discurso de V. Ex^a vem somar ao desejo daqueles que desejam reassumir, com todas as dificuldades evidentes, para que o Governo Federal reajuste a participação do SUS na administração das Santas Casas. Tem que pagar os 100%, não os 65%, como V. Ex^a diz. O Governo Federal tem que se encarregar de todas as despesas decorrentes, porque o esforço pessoal dos seus provedores, dos seus associados já é por demais suficiente. É exigir demais deles. Nós temos de fazer com que o Poder Público, como muito bem V. Ex^a está fazendo, seja alertado sobre a obrigação que é dele. Nós temos um dever de dar assistência a todos, mas o maior encarregado desse dever é justamente o Governo – e o Governo Federal. Eu quero me associar às palavras de V. Ex^a e cumprimentá-lo pela luta que V. Ex^a está levantando em favor das Santas Casas. Em nome da Santa Casa – eu me permito dizer assim –

de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, eu agradeço imensamente a solidariedade de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Figueiró. Sou eu que agradeço o aparte de V. Ex^a.

Vejo que, apesar de algum tempo distante do Congresso, V. Ex^a, que foi Deputado Federal e honrou a representação parlamentar do seu Estado na Câmara Federal, volta ao Senado com a forma absoluta. Bem-vindo às lides parlamentares. O senhor é um professor.

Sr. Presidente, sugiro esse tema para discussão entre nós aqui, em uma dessas reuniões que se programam fazer no Senado, que foi objeto de seu pronunciamento agora pouco. Nessa reunião, eu gostaria de propor o seguinte: não vamos dizer “a culpa é desse, a culpa é daquele” e vamos tentar resolver o problema. “Ah, porque a CPMF, isso, aquilo...” Não. Vamos procurar resolver, vamos nos somar. V. Ex^a é o Vice-Presidente do Senado – e está dizendo a que veio, ocupando esse posto – e tem uma posição ímpar de liderança...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...no seu partido e entre nós. Eu creio que esse é um movimento que deve nos unir a todos.

O Ministério da Saúde tem acumulado, no seu orçamento, restos a pagar que hoje já estão em torno de R\$10 bilhões. Vamos conversar com o Ministro da Saúde e ver se é possível – claro que esses recursos já estão empenhados – direcioná-los, de alguma forma, para a correção da tabela do SUS. Façamos nós um esforço, na elaboração do Orçamento, para que haja compromisso de vincular a folga orçamentária que possamos prover ao Ministério da Saúde para o reajuste da tabela do SUS. Essa é uma causa, Sr. Presidente, que deve unir a todos nós, sem nenhuma hesitação, sem nenhuma divergência, entre situação e oposição, porque quem está doente, quem precisa de atendimento médico não é o membro do PT, do PSD...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...do PP, do PSB, mas é, sobretudo, um cidadão, um ser humano, que tem direito a uma vida saudável.

Ôcuço o aparte da nobre Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu queria primeiro endossar a sugestão de V. Ex^a exatamente nessa compreensão de que o tema não é um tema de partido, é um tema do País e é um tema da população brasileira, que vai para as filas de madrugada e não consegue atendimento. O SUS é um sistema inteligente, é um sistema adequado,

porém as limitações financeiras e de gerenciamento, especialmente, têm criado sérios problemas. E hoje os Municípios, que pela lei deveriam aplicar 15% das suas receitas líquidas em atendimento à saúde, estão fazendo muito mais. Eu imagino que no seu Estado de São Paulo os prefeitos – e V. Ex^a tem experiência disso – estejam todo dia falando...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Trinta por cento. Vinte e cinco, trinta, às vezes mais.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – É, eles aplicam na média de 25% a 30%. A lei manda. Os Estados são obrigados pela lei a 12%. No meu Estado não se aplica sequer a metade disso que a lei determina. E aí a pressão sobre os Municípios, onde o povo vive, porque é na cidade, especialmente nas pequenas e médias, que a demanda aumenta. E aí nós vemos uma judicialização também da saúde pública. A pessoa vai ao juiz para determinar a internação. Há o risco de prender um secretário de saúde, até o prefeito, às vezes, dependendo da circunstância. Então, o tema é complexo, o tema é amplo, e eu penso que seja a prioridade aqui, porque não há caso, não há dia em que se não veja na televisão esses horrores que nós estamos vendo. Não só essa história lá no Paraná, mas outros casos, especialmente o atendimento à população que depende do SUS, que é essa que sofre. As instituições hospitalares que atendem ao SUS são as vítimas primeiras. Não só na área das Santas Casas, mas também nos hospitais comunitários do meu Estado.

ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro, filantrópicos em geral.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pelo aparte oportuno e pelo depoimento veemente.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Como dizia ainda há pouco, a Santa Casa de Porto Alegre está engajada nesse movimento, como a de Rio Branco.

Srs. Senadores, para concluir a minha intervenção, gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex^a e todos nós, enfim, nos irmanássemos realmente nessa luta e que sensibilizássemos o nosso Ministro da Saúde para que seja reajustada a tabela do SUS. As reuniões a que me referi, que ocorreram em São Paulo e a que ocorrerá na próxima segunda-feira, têm este caráter, um caráter absolutamente suprapartidário. Fiz referência a alguns Parlamentares. O Senador Eduardo Suplicy já se manifestou; Deputado Eleuses Paiva, do PSD; Deputado Edinho Araújo; Deputado Vaz de Lima. Os políticos to-

dos estão aos poucos se engajando nesse movimento, que precisa chegar ao Senado da República.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Precisa chegar ao Senado da República. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

CARTA DE VOTUPORANGA

As Santas Casas e os Hospitais Filantrópicos do Brasil, responsáveis por 57% da assistência pelo Sistema Único de Saúde - SUS no País, segundo o Ministério da Saúde, portanto imprescindíveis ao setor público, reunidas em Assembléia Geral em Votuporanga - São Paulo, vêm reafirmar a dramática situação econômica e financeira em que se encontram, conforme já expressada e tornada pública, entre outros atos, pelo relatório da Subcomissão Especial da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados e pelo Movimento das Instituições do interior de São Paulo, através da “Carta do Interior”.

A calamitosa situação se expõe pelo público e notório déficit continuado, de longa data, na relação de contra prestação pelos serviços realizados ao SUS. Os levantamentos contábeis indicam que para cada R\$ 100,00 de gastos no atendimento aos pacientes, o SUS resarcir R\$ 65,00, em média, gerando uma diferença de 54%. Em números reais, no ano de 2011, os dados de todo País apontam para um déficit de R\$ 5,1 bilhões nos contratos/convênios mantidos com o SUS, ou seja, de um custo total pelos atendimentos realizados de R\$ 14,7 bilhões, apenas R\$ 9,6 bilhões foram remunerados. A questão central da defasagem existente está relacionada a assistência de baixa e média complexidade, tanto hospitalar como ambulatorial, a qual é superior a 100%.

Esta defasagem vem levando a um crescente endividamento das Instituições, fazendo com que a dívida de R\$ 1,8 bilhão em 2005 atingisse o patamar de R\$ 5,9 bilhões em 2009 e, neste ano de 2012, já ultrapassasse a casa dos R\$ 11 bilhões. Tão preocupante quanto o valor desta dívida é o seu perfil, pois quase R\$ 5 bilhões, ou seja, 44% são relativos ao setor financeiro, outros 24,5% aos fornecedores e mais de 25,5% referem-se a impostos e contribuições não recolhidos. O restante trata-se de passivo trabalhista e outras dívidas.

Especialmente esses dois enfoques — déficit e dívida — estão sendo pautados com os gestores do Sistema, notadamente o Federal, há bastante tempo, sem, contudo, obter-se as respostas na amplitude necessária. Programas como o da contratualização indicaram a possibilidade de um caminho, porém, foi concebido a partir de uma base deficitária, parcial na abrangência, sem adequação de custeio e descontinuado no tempo. Atualmente uma nova política está em consulta pública, a qual, além do estabelecimento de diretrizes que impactam importantemente em processos administrativos e técnicos, caracteriza-se também em uma nova realidade para as instituições de pequeno porte. Entretanto, de nada adiantará esta nova política se a ela não se vincular o alcance do equilíbrio econômico e financeiro nas relações obrigacionais. Pelo que se conhece até aqui, não há cenário da solução do

financiamento ao custeio através deste referido modelo. Também registra-se a extrema preocupação do setor com a perspectiva de aprovação do PL 2.295, referente a jornada de trabalho de 30 horas para os serviços de enfermagem. Diante desses contextos, as Santas Casas e os Hospitais Filantrópicos brasileiros, já exauridos em suas capacidades creditícias, alguns fechando e/ou em processos continuados de restrições assistenciais, outros sob intervenções, vêm expressar veemente apelo ao Governo brasileiro por uma solução imediata e definitiva para a questão do déficit acima apontado, bem como com relação ao endividamento constituído em decorrência do mesmo. Por oportuno, salienta-se a importância para a sociedade brasileira o olhar definitivo para o setor, pois, além dos compromissos sociais de origem, sob o enfoque econômico, são incomparáveis com o setor público em termos de custo (hospitais federais custam 6,77 vezes mais, hospitais estaduais 5,08 vezes mais e as OCIPS são remuneradas, em média três vezes superior aos hospitais).

Dentre as soluções mínimas necessárias a curto prazo, vinculadas a outras de médio e longo prazo, estão:

- a) 100% de reajuste sobre os cem procedimentos (internações) de média e baixa complexidade com maior incidência nos valores pagos pelo SIH/SUS em 2011, os quais corresponderam a 84% do total das internações realizadas no período, devendo ser incluídas as diárias na área da psiquiatria. O impacto dessa medida será de R\$ 6,8 bilhões, se abrangendo a todos os prestadores, ou cerca de R\$ 4 bilhões somente com o setor das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. Tal necessidade poderá ser efetivada através da contratualização ampliada a todas as Instituições;
- b) Anistia das dívidas relacionadas a tributos e/ou contribuições, a partir de Lei específica, bem como, a possibilidade de reestruturação do endividamento bancário, com a transferência das dívidas com bancos privados para bancos públicos e a edição de linhas de créditos de longo prazo e juros subsidiados, sem exigências de certidões negativas a partir das garantias consignadas.

Ao final, as instituições alertam ao Governo Federal de que a situação calamitosa em que se encontram, reiterando-se que é decorrente da insustentável defasagem das tabelas de contraprestação do SUS, levará, inexoravelmente, a paralisação dos serviços de assistência à saúde e de proteção à vida.

Votuporanga, SP, 26 de novembro de 2012.

Subscrevem o presente documento 209 representantes de Instituições nominadas na lista em anexo, constando, inclusive, de Entidades Associativas Estaduais, os quais respondem por 12.629 leitos hospitalares, com abrangência assistencial a 31.554.028 usuários do SUS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) –

O próximo orador é o Senador Aníbal. Antes, eu queria pedir licença para fazer a leitura de Expediente sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Senhora Presidente da República adotou, em 19 de fevereiro de 2013, e publicou no *Diário Oficial da União* de 20 de fevereiro de 2013, **Medida Provisória nº 607, de 2013**, que “Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Bloco Parlamentar da Maioria
(PMDB/PP/PSD/PV)**

Titulares	Suplentes
Eunício Oliveira	Paulo Davim
Francisco Dornelles	Kátia Abreu
Sérgio Petecão	

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**

Titulares	Suplentes
Paulo Paim	Angela Portela
José Pimentel	Rodrigo Rollemberg
Walter Pinheiro	Vanessa Grazziotin
Acir Gurgacz	Eduardo Lopes

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Titulares	Suplentes
Mário Couto	Cássio Cunha Lima
Aloysio Nunes Ferreira	Alvaro Dias
José Agripino	Paulo Bauer

**Bloco Parlamentar União e Força
(PTB/PR/PSC/PPL)**

Titulares	Suplentes
Eduardo Amorim	Alfredo Nascimento
Gim	João Costa

***PSOL**

Titular	Suplente
Randolfe Rodrigues	

DEPUTADOS**PT**

Titulares	Suplentes
José Guimarães	Beto Faro
Janete Rocha Pietá	Valmir Assunção

PMDB

Titulares	Suplentes
Eduardo Cunha	Antônio Andrade
Marcelo Castro	Darcísio Perondi

PSD

Titulares	Suplentes
Eduardo Sciarra	

PSDB

Titular	Suplente
Carlos Sampaio	João Campos

PP

Titular	Suplente
Arthur Lira	

DEM

Titular	Suplente
Dorinha Seabra Rezende	Alexandre Leite

PR

Titular	Suplente
Anthony Garotinho	

PSB

Titular	Suplente
Luiza Erundina	

PDT

Titular	Suplente
André Figueiredo	Ângelo Agnolin

Bloco (PV/PPS)

Titular	Suplente
Humerto Souto	Sarney Filho

PTB

Titular	Suplente
Jovair Arantes	

***PRP**

Titular	Suplente
Jânio Natal	

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

É o seguinte o calendário de tramitação da Medida Provisória:

Calendário

- Publicação no *Diário Oficial da União*: 20-2-2013
- Designação da Comissão: 22-2-2013
- Instalação da Comissão: 24 horas após designação

- Emendas: até 26-2-2013 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: **
- Remessa do processo à Câmara dos Deputados: -
- Prazo na Câmara dos Deputados: até 19-3-2013 (até 28º dia)
- Recebimento previsto no Senado Federal: 19-3-2013
- Prazo no Senado Federal: de 20-3-2013 a 2-4-2013 (42º dia)
- Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 2-4-2013
- Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 3-4-2013 a 5-4-2013 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 6-4-2013 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 20-4-2013

**Declaração incidental de inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

O calendário, conforme previsto, foi publicado. A matéria está publicada em avulsos. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios das lideranças:

Ofício nº 16/2013-GLDBAG

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que o Bloco de Apoio ao Governo indica para compor a Comissão Mista de exame da MP 607/2012 os senadores relacionados na tabela abaixo

Titulares

Paulo Paim
José Pimentel
Walter Pinheiro
Acir Gurgacz

Suplentes

Ângela Portela
Rodrigo Rollemberg
Vanessa Grazziotin
Eduardo Lopes

Senador **Wellington Dias**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

OF. Nº 22/2013-BLUFOR

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Blo-

co Parlamentar União e Força, os Senadores Eduardo Amorim e Gim, como membros Titulares e os Senadores Alfredo Nascimento e João Costa, como membros Suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 607, de 2013, que “Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim** Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

OF.B/21/13.

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação da Deputada Luíza Erundina (PSB-SP), como titular, da Medida Provisória nº 607, de 2013, “Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza.”.

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque**, Líder do PSB.

Ofício nº 23-L-Democratas/13

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados do Democratas que integrarão a Comissão Mista destinada a emitir à Medida Provisória nº 607/12, que “Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza”.

Titular

Deputada Professora Dorinha SEABRA Rezende

Suplente

Deputado Alexandre Leite

Respeitosamente, – Deputado **Ronaldo Caiado**, Líder do Democratas

OF/LID/Nº 27/2013

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista
Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados Humberto Souto – PPS/SP e Sarney Filho PV/MA para integrar como titular e suplente, respectivamente a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 607/13, que “Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza”.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, PPS/PR.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra S. Ex^a, o Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Fora do microfone.) – Eu pediria a V. Ex^a, extemporaneamente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...que a Carta de Votuporanga fosse anexada ao meu discurso e fizesse parte dos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

A Carta de Votuporanga, assinada por todos os que compõem as Santas Casas, constará dos Anais do Senado Federal.

Eu queria cumprimentá-lo e dizer que é pertinente. São mais de mil Municípios que têm como única unidade hospitalar de referência as Santas Casas. O Acre, durante muitos anos, dependeu exclusivamente da Santa Casa de Rio Branco e da de Cruzeiro do Sul.

Devo dizer que essa é uma preocupação da maior importância, porque o financiamento da saúde no País é um problema. O País está envelhecendo, o custo da saúde está aumentando. Esse tem de ser um debate de todos, olhando sempre para o futuro, na busca de soluções.

Com a palavra o Senador Anibal.

Peço desculpas por tê-lo feito esperar na tribuna 1 minuto.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, começo este pronunciamento realçando a importância dos anúncios feitos pelo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e reforçado na sessão de hoje pelo Vice-Presidente, Senador Jorge Viana, no sentido de adotar alguns procedimentos para dar maior eficiência e maior agilidade nas ações do Senado Federal.

E digo isso, Sr. Presidente, porque verdadeiramente precisamos ajustar o compasso das nossas ações.

Tenho certeza de que encontraremos, em algumas Comissões, proposições que foram apresentadas e que, até o presente momento, não tiveram sequer a designação de um relator. E isso tudo é motivo de preocupação para a atual Mesa Diretora. Na próxima semana, serão eleitos os presidentes das comissões

para que possa haver o nivelamento das informações relacionadas a todas as matérias que se encontram pendentes, ou seja, qual é o *status* de cada uma dessas matérias, qual é o estágio de tramitação de cada uma dessas matérias. Assim, poderemos estabelecer uma ordem de prioridades. Dessa maneira, certamente vai ganhar muito mais eco a preocupação apresentada de ter sessões específicas para tratar dos grandes temas.

Hoje, já reforcei aqui a importância de fazermos uma sessão exclusiva, no dia 19 de março, para tratar do assunto Fundo de Participação dos Estados. Esse assunto difere dos demais, e os Srs. Senadores hão de convir que um assunto que tem tamanha relevância e que coloca o Senado Federal no *corner* precisa ser tratado como prioridade.

Ontem, já ouvi a manifestação de alguns Senadores no sentido de que o Fundo de Participação dos Estados tem que ser tratado no rol dos temas relacionados ao Pacto Federativo. Acontece que o Fundo de Participação dos Estados deve ter um tratamento especial. Por quê? Porque nós tínhamos a obrigação de definir essas regras até 31 de dezembro de 2012. Não o fizemos. E não o fizemos por incompetência nossa, incompetência do Senado Federal, incompetência das nossas lideranças de construir um consenso sobre esse tema. Ficamos diminuídos porque tivemos que recorrer ao Supremo Tribunal Federal para reedição de uma resolução para que os Estados não ficassem sem a recepção dos Fundos de Participação dos Estados.

Vejam que esse fundo é fundamental para a sobrevivência dos Estados do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste. Nós tivemos hoje aqui uma revelação do Senador Jorge Viana. O Estado do Acre, por exemplo, há 12, 14 anos, era, em 90%, dependente do Fundo de Participação dos Estados. Hoje, com todo o esforço empreendido nos governos Jorge Viana, Binho Marques e agora no governo Tião Viana, conseguimos reduzir essa dependência. Mesmo assim, estamos muito próximos a 70% de dependência. Imagine o que seria de Estados como Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, se, por acaso, tivéssemos tido uma interrupção dos repasses do FPE. Temos, então, que ter esse assunto como absoluta prioridade. E esse assunto é diferente da tratativa relacionada aos *royalties* do petróleo.

Sobre os *royalties* do petróleo já houve uma deliberação do Senado e da Câmara Federal. Foi à sanção presidencial e houve veto da Presidenta Dilma. Então, ele tem que ser tratado em outro patamar. Esse assunto dos *royalties* do petróleo tem que ser tratado com a fórmula que será dada para tratar a questão dos vetos. Mas o Fundo de Participação dos Estados é uma prioridade.

Então, nós teremos uma reunião dia 13 de março, envolvendo todos os Governadores, o Relator da matéria, Senador Walter Pinheiro, o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, e depois, no dia 19, teremos uma sessão específica para debater esse assunto. Então, faço um apelo a todos os Líderes, ao colegiado de Líderes, para que separem os assuntos. Na sessão do dia 19 de março, nós temos que tratar exclusivamente do FPE. Precisamos ter uma deliberação sobre esse assunto, para a garantia de sobrevivência de todos os Estados.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, reforço aqui o quanto o nivelamento de informação se faz necessário aqui no Senado Federal. Vejam, o Presidente, Senador Renan Calheiros, anunciou a decisão, que foi aprovada pela Mesa, no sentido de que tenhamos a prestação de contas das atividades das agências reguladoras pelos seus respectivos dirigentes. Ainda segundo a decisão, a Mesa apresentará – isso está no discurso do Presidente Renan Calheiros –, ainda hoje, proposição no sentido de promover que as agências reguladoras, através de seus diretores, anualmente prestem contas de suas atividades em reunião conjunta da comissão específica incumbida de sabatinar seus dirigentes, como a CCJ e a CAE.

Mas veja só, Sr. Presidente, como a desinformação prospera neste Senado. Essa matéria já foi objeto de deliberação na Comissão de Constituição e Justiça, e está apenas aguardando entrar em pauta aqui no Plenário. Essa matéria é fruto de uma proposição do Senador Walter Pinheiro, a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que acrescenta o §2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargos públicos que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, devem comparecer a esta Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos e entidades.

Por que eu trago esse assunto aqui, Sr. Presidente? Porque eu fui o relator dessa matéria, que foi aprovada, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça, e está apenas aguardando entrar em pauta aqui no plenário. Então, já havia uma deliberação nesse sentido. É importante que tenha havido essa preocupação de todos os lados, tanto da proposição do Senador Walter Pinheiro quanto da deliberação da Mesa Diretora, mas é uma prova de como temos uma dificuldade de comunicação entre os vários ambientes do Senado Federal e isso tem que ser chamado para uma tratativa da Comissão Diretora e também dos Presidentes das Comissões.

O Senador Walter Pinheiro apresentava a sua justificativa no sentido de que o Senado precisa controlar de forma anual, principalmente, a atuação dos membros das agências reguladoras, sustentando também a dispensabilidade da oitiva anual de outros agentes públicos sujeitos ao escrutínio do Senado Federal, como condição de posse em cargo público. Ou seja, se o Senado Federal tem que deliberar sobre a posse desses agentes, é natural que o Senado Federal possa fazer uma sabatina anual e obter uma prestação de contas dessas ações. Então, o Senador Walter Pinheiro, ao fazer essa proposição, já estava com essa preocupação, e coube a mim fazer a relatoria na Comissão de Constituição e Justiça.

Essa matéria, a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, está no aguardo para entrar em pauta aqui no plenário. E eu, inclusive, sugiro ao Senador Walter Pinheiro que nós apresentemos rapidamente um requerimento para que essa matéria possa ser votada em definitivo, esse assunto seja dado por encerrado e já tenha a sua aplicação plena, tanto pela proposição do Senador Walter Pinheiro quanto pela decisão tomada pela Comissão Diretora do Senado. Dessa maneira, trazemos aqui a revelação do quanto temos dificuldade de nos comunicar entre os vários ambientes do Senado Federal.

Outro assunto, Sr. Presidente, que trago, relacionado a essa minirreforma anunciada pelo Presidente, Senador Renan Calheiros, é porque quando se tratou da fusão do Interlegis com o ILB e também o Unilegis causou uma certa preocupação, principalmente na equipe técnica do Interlegis, dada a amplitude da ação do Interlegis para outras câmaras e outras assembleias e também pela relação do Senado com a sociedade.

Eu diria que o Interlegis tem uma função precípua essencialmente afinada com a nossa ação precípua de Senadores da República, porque ele uma relação com outras câmaras e também com a sociedade e presta um serviço tecnológico, com soluções de informática de altíssima qualidade para praticamente todas as câmaras do País. E exatamente por isso houve a preocupação.

Então, ontem mesmo tomei a liberdade de fazer uma ligação para o Dr. Helder Rebouças, que será o diretor responsável por essa área, e, para minha felicidade, obtive dele a garantia de que o Interlegis, na realidade, vai ser fortalecido. A gente vai ter que dar uma atenção especial ao Interlegis, porque é um organismo fundamental para o fortalecimento das relações entre os parlamentos brasileiros e é um organismo, inclusive, que presta grandes serviços, relevantes serviços em outros países, como Guiné-Bissau, que já usufrui desses serviços. Inclusive, há países que têm

seus sites hospedados dentro do Interlegis, que é um organismo que presta um serviço fundamental.

Há um projeto, um grande projeto financiado pelo BID, este projeto garante a sua sustentabilidade, e tem o prazo de vigência de quatro anos, três anos já se passaram, temos este ano de 2013 como, digamos assim, a finalização de uma etapa e é preciso inclusive que já seja construído o caminho para a reedição desse contrato, porque certamente não será possível executar tudo o que está previsto em 2013 e já tem-se que pensar num aditamento contratual, numa renovação desse contrato exatamente para que tudo que está previsto possa ser realizado.

Mas é um organismo fundamental na relação dos Senadores com a sociedade, com as outras câmaras, com os outros legislativos e por isso, com certeza, terá a total simpatia dos Senadores integrantes da Comissão Diretora e dos demais Senadores, porque tenho certeza de que na medida em que os Senadores conhecem mais a importância do Interlegis, mais eles passarão a atuar em sua defesa.

E do diretor, Dr. Helder Rebouças, nós já temos a garantia – o que nos tranquiliza muito – de que haverá um trabalho de fortalecimento do Interlegis, para inclusive ampliar ainda mais o raio da sua intervenção.

E para concluir este meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu gostaria de também passar aqui a minha impressão do que foi o ato inicial das comemorações dos 10 anos, da primeira década da administração do PT e partidos aliados no Governo Federal.

Estivemos em São Paulo, quarta-feira, à tarde e à noite. Tivemos a oportunidade de nos encontrar com lideranças de todos os partidos que integram esse arco de alianças que dão sustentação aos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma e pudemos fazer uma avaliação e ouvir dos nossos líderes maiores qual é a impressão que se tem do que foi o legado e do que está sendo o legado desses dez anos de experiências desenvolvidas pelo poder democrático e popular, tendo à frente o Partido dos Trabalhadores, mas também sustentado por um arco de alianças muito grande.

Pudemos fazer muito mais do que um comparativo numérico do que foi possível realizar mais em uma área ou em outra, que é um debate que tem que se feito, sim, porque é importante façamos esses comparativos. E, nesse aspecto, a gente procura sempre ter uma posição muito sóbria porque cada um dos governos, ao longo da sua história, teve a sua forma de contribuição. Se o Governo Fernando Henrique deu uma contribuição muito grande na estabilização da moeda, no controle da inflação, na instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós temos que ter consciência de que, com o

Governo Lula, os avanços e conquistas tiveram uma velocidade muito maior.

Então, conseguimos chegar a muito mais gente, realizar muito mais coisas durante o governo do Presidente Lula, que está tendo agora continuidade com o governo da Presidenta Dilma e, nesse aspecto, estamos muito tranquilos para fazer esse debate aqui com os nossos aliados e também com os nossos adversários. Aliás, a temporada de corrida ao Palácio começou. Não adianta as pessoas tentarem tergiversar, mas a temporada de corrida ao Palácio do Planalto começou.

Na semana passada, tivemos o lançamento do partido da ex-Ministra e ex-Senadora Marina Silva, o Rede, um partido que não leva o nome do partido, mas é um partido. O partido Rede foi anunciado e já tem, certamente, no seu plano estratégico central, a construção da candidatura da ex-Ministra Marina Silva à Presidência da República.

Ontem mesmo houve, em Pernambuco, um ato do Governador Eduardo Campos com seus prefeitos do Estado de Pernambuco, quando o governador procurou dar, digamos assim, uma lição professoral aos dirigentes do PSDB e aos dirigentes do PT, a de que se tinha que acabar com essa rinha, como se estivesse havendo uma briga de galos nessa discussão para a Presidência da República.

Só que, na medida em que ele, com seu ar professoral, tenta dar um pito no PT e no PSDB, automaticamente ele também está se colocando como, digamos, o mais habilitado para se apresentar como possível candidato. E foi aclamado como tal pelos prefeitos presentes.

E, ao mesmo tempo, no ato do PT que aconteceu na quarta-feira, o Presidente Lula, do alto da sua sabedoria, disse algo que, para nós, é muito importante. Ele disse que os adversários do PT criticam o PT e tentam apontar falhas em tudo o que o PT faz. Só que quem dá a maior avaliação ao PT é o povo.

Quais foram os governos mais bem avaliados da história recente do Brasil? O Presidente Lula deixou a Presidência com mais de 80% de ótimo e bom. A Presidenta Dilma, com dois anos de mandato, conseguiu superar essa marca. Quer dizer, se a grande imprensa deixa de reconhecer os avanços do governo do PT, se os nossos adversários do PSDB fazem questão de tentar diminuir essas conquistas, eles estão cumprindo o papel deles. Respeitamos.

Mas o fato é que a visão do povo, o olhar do povo para esse projeto é um olhar muito diferente da opinião publicada neste Brasil. Temos claramente o povo dizendo todo dia que está aprovando esse governo, um governo de muitos acertos. Provavelmente tem seus erros, como todo governo tem, mas entre, quando colo-

camos numa balança, erros e acertos, a população tem dado uma resposta muito eloquente de que o governo do PT e dos partidos aliados do Presidente Lula e da Presidenta Dilma tem sido um governo muito bom para o povo brasileiro, tem produzido resultados que têm conseguido o amplo aplauso da população brasileira.

E o Presidente Lula terminou de forma magistral quando falou: A resposta que vamos dar aos nossos adversários será a reeleição da Presidenta Dilma em 2014. Ponto. Está resolvida a questão.

Eu vi a preocupação do Líder do PSDB aqui há poucos dias dizendo: não se sabe se o candidato é o Presidente Lula, é a Presidenta Dilma. A Presidenta Dilma começou a acelerar o passo porque viu a sombra do Presidente Lula. Não existe nada disso.

Não existe nada disso! A situação está absolutamente clara, bem definida. Não há crise existencial e não há esquizofrenia na discussão de sucessão presidencial dentro do PT. Temos uma candidata, que já é Presidente de República, é a nossa Presidenta Dilma. Ela vai continuar fazendo seu trabalho institucional, o trabalho oficial de Presidente da República, porque a agenda assim lhe permite. Ela não está ainda em campanha, mas, quando chegar o momento certo de fazer a campanha, ela vai fazer, porque já há essa definição. O Presidente Lula já deu o encaminhamento e quer que toda a militância do PT e dos partidos aliados esteja muito atenta para, justamente, se munir das informações para fazer o grande debate, porque é assim que tem que ser. Temos que fazer o grande debate sobre o que é melhor para o Brasil, sobre o que foram os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, sobre o que foram os oito anos do Governo do Presidente Lula e como estão sendo estes anos que estamos a cumprir até 2014, com o Governo da Presidenta Dilma. É esse grande debate que tem que ser feito. E a sociedade é quem vai dar o parecer. Estamos muito tranquilos em relação a isso. O Presidente Lula está esbanjando saúde e vai contribuir com seu discurso, com sua voz, porque se há algo de potente no nosso projeto é aquela voz rouca do Presidente Lula falando a sua linguagem simples, compreensiva e acessível a todos, para mostrar o quanto o Brasil está melhor nesses 10 anos em que o PT está...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...na Presidência da República.

Esse grande trunfo, nós teremos em 2014 e, certamente, o Presidente Lula, que agora já está plenamente liberado, com saúde de ferro, digamos assim,

estará cumprindo as suas agendas, indo aos Estados, fazendo o grande debate sobre o Brasil atual e sobre o quanto podemos avançar no futuro, com a continuidade desse projeto que está fazendo tanto bem ao povo brasileiro.

Quero trazer meus cumprimentos aos organizadores desse evento comemorativo dos dez anos de governo democrático e popular, que foi realizado quarta-feira, lá em São Paulo. Esse foi só o ato inicial, porque vai acontecer em vários outros Estados, inclusive, certamente, teremos o momento de organizar a nossa agenda lá no Acre, em Rio Branco e também nos Municípios do interior, para fazer esse debate com a sociedade. E dar aqui o meu testemunho de que estou muito feliz com os avanços conquistados. Certamente vamos ter os argumentos reunidos, sistematizados, para fazer o grande debate em favor do Brasil. E, nesse aspecto, eu tenho certeza de que o recado dado pelo Presidente Lula é algo que tem que ser assimilado por todos.

A Presidenta Dilma também foi muito precisa ao mostrar que o Governo dela tem um perfil, tem uma característica, tem uma identidade. E, mesmo que ela não seja a pessoa midiática, a pessoa que tenha facilidade de falar com a simplicidade que tem o Presidente Lula, ela é uma liderança reconhecida, é a primeira mulher da História a ocupar a Presidência da República, tem realizado um governo de grandes avanços, de grandes conquistas, deu continuidade e até aprofundou, em muitos aspectos, aquilo que foi o legado do Presidente Lula. E temos certeza de que esse será um debate muito bom para o Brasil no próximo período.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT-AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Aníbal.

Antes de encerrar a sessão, eu queria só cumprimentar e registrar aqui a presença de Manoel Sobral, um grande amigo, lutador, foi Presidente da Organização Internacional de Madeiras Tropicais, durante muitos anos, com sede no Japão, e ajudou muito no desenvolvimento florestal do Brasil, e, também, registrar a presença do Dr. Sammy Barbosa, Procurador do Ministério Público do Estado do Acre, que nos honram com suas presenças.

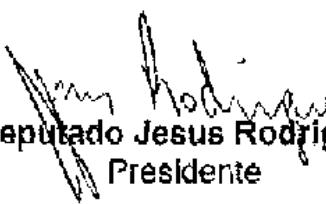
Não tendo mais orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT-AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 28 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 586, DE 2012, ADOTADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 9 DE NOVEMBRO DO MESMO ANO, QUE "DISPÔE SOBRE O APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO DA UNIÃO AOS ENTES FEDERADOS NO ÂMBITO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO N° 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia dezenove de dezembro de dois mil e doze, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Jesus Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 586, de 2012, com a presença dos Senadores Ana Amélia, José Pimentel, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Angéla Portela, Eduardo Amorim, Gim, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Humberto Costa, Ana Rita e Armando Monteiro; e dos Deputados Márcio Macedo, Marcelo Castro, Liliam Sá, Izalci, Prof. Dorinha Seabra Rezende, Paulo Rubem Santiago, Alex Canziani, Antônio Bulhões e Hélio Santos. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à leitura e votação do relatório. O Relator, Senador Eduardo Amorim, procede à leitura do relatório, o qual conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação da matéria nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta, com o acolhimento das Emendas nºs 4, 5, 8, 10 e 57 e rejeição das demais emendas. Aberta a discussão, fazem uso da palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, o Senador José Pimentel, o Deputado Paulo Rubem Santiago e a Deputada Liliam Sá. O Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da primeira reunião. A ata é aprovada. É concedida vista coletiva, a pedido do Senador José Pimentel e dos Deputados Paulo Rubem Santiago, Professora Dorinha Seabra Rezende e Liliam Sá. O Presidente suspende a reunião, marcando a reabertura para o dia vinte de dezembro de dois mil e doze às dez horas. Nada mais havendo a tratar, suspende-se a Reunião às onze horas, lavrando eu, Marcos Machado Melo. Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Jesus Rodrigues, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Deputado Jesus Rodrigues
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues, PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 586, de 2012.

Esta reunião destina-se à leitura e votação do relatório.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, amigos Deputados, como já foi distribuído previamente o nosso relatório, gostaria de ir direto à análise e ao mérito da questão.

Procuramos e estudamos detalhadamente cada emenda. Foram apresentadas 60 emendas, várias foram acolhidas e algumas não puderam ser acolhidas, muitas vezes por não tratarem do tema em questão, do tema da Medida Provisória.

Com toda a certeza, esta Medida Provisória que fala do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em muito vai melhorar a alfabetização em nosso País. Crianças que antes não eram alfabetizadas ou não chegavam a ser alfabetizadas por terem alguns distúrbios fisiológicos, neurofisiológicos, eram tidas com desleixadas, esquecidas ou pouco interessadas pelo estudo e ficavam esquecidas. Eu sei muito bem do que eu estou falando.

Esse não é um número pequeno, é um número expressivo, pois de 5% a 10% das nossas crianças apresentam esses distúrbios, como dislexias e outros distúrbios neurofisiológicos. Como médico e como pai, sei o que é isso. Então, aqui procuramos contemplar e abraçar isso também. Mas a Medida Provisória visa, sobretudo, a estimular os educadores e as instituições, para que alcancemos as crianças até os 8 anos de idade. E alguns Estados já deram o exemplo, alcançando-as aos 6, 7 anos.

Então, o Governo está de parabéns por essa conquista; o Ministério da Educação está de parabéns por trazer... E procuramos, à medida do possível, junto com todos os Colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, melhorar o texto da Medida Provisória.

Então, Sr. Presidente, como já foi distribuído previamente, queria ir direto... São várias páginas. Emenda por emenda foi analisada e respondido o porquê de ela ter sido acolhida ou não acolhida.

Gostaria de ir direto ao voto, à nossa opinião.

Então, 60 emendas foram apresentadas e por todas as razões aqui expostas nos manifestamos pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 586, de 2012, bem como pelo entendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência, adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 6, 7, 9, 11, 56, 58 e 60, e pelo acatamento das Emendas nºs 4, 5, 8, 10 e 57; e pela aprovação da Medida Provisória, da seguinte forma:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2012

Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com a finalidade de promover a alfabetização dos estudantes até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental da educação básica pública, aferida por avaliações periódicas.

Art. 2º O apoio financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa será realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e ocorrerá por meio de:

I – suporte à formação continuada dos professores alfabetizadores;

II – reconhecimento dos resultados alcançados pelas escolas e pelos profissionais da educação no desenvolvimento das ações pactuadas.

§ 1º O apoio financeiro de que trata o inciso I do *caput* contemplará a concessão de bolsas para profissionais da educação, conforme categorias e parâmetros definidos em ato do Ministro de Estado da Educação, e o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos, entre outras medidas.

§ 2º O apoio financeiro de que trata o inciso II do *caput* será efetivado na forma estabelecida nos arts. 22 a 29 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

§ 3º A formação a que se refere o inciso I do *caput* poderá ocorrer em cursos de pós-graduação nas instituições de educação superior públicas participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

§ 4º No âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, será considerada a especificidade da alfabetização dos alunos com deficiência, traustornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, por meio da articulação com a formação de professores e a disponibilização de tecnologias educacionais, recursos didáticos e metodologias específicas. [Já comentamos sobre isso.]

Art. 3º Ato do Ministro de Estado da Educação, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, disporá sobre:

- I – assistência técnica a ser ofertada pela União;
- II – atividades a serem implementadas para alcançar o objetivo do art. 1º desta Lei;
- III – metas e responsabilidades de cada ente federado.

Art. 4º A Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.3º

e) prestar assistência técnica e financeira, conforme disponibilidade de dotações orçamentárias, para aperfeiçoar o processo de aprendizagem na educação básica pública, por intermédio da melhoria da estrutura física ou pedagógica das escolas;

f) operacionalizar programas de financiamento estudantil;

g) prestar assistência técnica e financeira, conforme disponibilidade de dotações orçamentárias, para garantir o acesso e a permanência do estudante no ensino superior.

§ 5º Para a prestação da assistência técnica de que tratam as alíneas "e" e "g", o FNDE disponibilizará de:

I – bens, materiais pedagógicos e capacitação aos sistemas de ensino e de gestão dos programas educacionais;

II – instrumentos administrativos, visando a promover a eficiência na execução das ações e projetos educacionais, inclusive em procedimentos licitatórios.

§ 6º Para execução da assistência técnica pelo FNDE, a disponibilização de instrumentos administrativos compreenderá:

I – a indicação de especificações, padrões, estimativa de preço máximo dos bens e serviços utilizados pelos sistemas educacionais;

II – o gerenciamento de registro de preço, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para uso dos sistemas de ensino, independentemente da origem dos recursos.

§ 7º A assistência financeira de que trata a alínea "e" ocorrerá por meio de:

I – transferência de recursos para execução de ações pelos entes federados, por suas redes de ensino ou por unidades executoras e demais entidades que desenvolvam atividades educacionais, conforme legislação orçamentária;

II – concessão de bolsas, resarcimento de despesas e outros mecanismos de incentivo e reconhecimento ao desenvolvimento da educação básica pública, à formação e à capacitação dos agentes públicos vinculados à educação ou à execução dos programas educacionais, na forma, condições e critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

§ 8º A assistência financeira de que trata a alínea "g" ocorrerá por meio de concessão de bolsas de estudo e permanência e resarcimento de despesas dos estudantes, na forma, condições e critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 7º A implementação das ações educacionais a cargo do FNDE será regulamentada por seu Conselho Deliberativo, órgão de deliberação superior, cuja composição e forma de funcionamento constarão de sua estrutura regimental.

Art. 5º A Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º.

§6º No âmbito de programas de cooperação internacional, a Capes poderá conceder bolsas, no Brasil e no exterior, a estudantes, pesquisadores e professores estrangeiros, vinculados a projetos desenvolvidos por instituições públicas de ensino superior brasileiras e estrangeiras associadas, visando à formação inicial e continuada de profissionais do magistério para educação básica e superior e à internacionalização da produção científica e tecnológica do Brasil.

Art. 6º A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5º.

VII – comprovação de idoneidade cadastral do(s) fiador(es) na assinatura dos contratos e termos aditivos, observando o disposto no §9º deste artigo.

§ 4º Na hipótese de verificação de inidoneidade cadastral do(s) fiador(es) após a assinatura do contrato, ficará sobretestado o aditamento do mencionado documento até a comprovação da restauração da idoneidade ou a substituição do fiador inidôneo, respeitado o prazo de suspensão temporária do contrato.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, esse é o Projeto de Lei de Conversão.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra à Professora Rosinha.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) - Professora Dorinha!

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Tenha a palavra a Professora Dorinha.

Desculpe-me!

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) - Boim dia a todos!

Na verdade, apresentei várias emendas que não foram acolhidas, mas falo da minha preocupação em relação ao programa. Acho que é um programa extremamente importante. Há, sim, um problema grave do ponto de vista da alfabetização no nosso País. Quanto ao próprio Plano Nacional, o nobre Senador que está com a Relatoria sabe que existem responsabilidades que são colocadas em relação à questão da alfabetização.

Eu queria lembrar ao Relator que os cursos de formação de professores, em sua maioria, não tratam e não preparam o professor para ser alfabetizador. Menos de 16% dos cursos que fazem formação têm na sua estrutura curricular alguma disciplina de alfabetização. Por isso, inclusive, coloquei emendas dessa natureza, mas foi entendido que isso não seria tratado.

Entendo que um programa dessa natureza pretende enfrentar um problema grave e tem influência no desempenho do aluno durante praticamente toda a sua vida escolar. Não é uma questão simples. Ela precisa ser enfrentada não só com recurso, não só com a bandeira de "vamos alfabetizar todas as crianças". Por isso, apresentei emenda dizendo até quando. Meta para mim tem de ter data. Eu tenho que dizer: Quero todas as crianças alfabetizadas aos 8 anos de idade até quando? Até 2050? Qual é a métrica? Qual é o prazo? Isso, para que possamos monitorar. Acho que isso é uma coisa muito óbvia. Tentei colocar, inclusive, tentando acompanhar o próprio Plano Nacional. O Plano Nacional tem metas estabelecidas periodicamente.

Há uma preocupação em relação à formação do professor. Volto a destacar: as diretrizes curriculares são definidas pelo Conselho Nacional de Educação. O MEC tem o papel de definir políticas públicas.

Nós precisamos estimular que os professores que estão sendo formados tenham alfabetização na sua estrutura curricular. Não adianta cuidar de uma situação como a carência que o professor tem hoje, mas não mexer na fábrica. A produção de professores, ou seja, a formação continua inadequada, continua sem olhar a alfabetização com o rigor e o cuidado que ela exige.

Chamo a atenção ainda... Além dessa questão dos programas de formação, do incentivo, que precisaria acontecer nos cursos de formação, faço uma discussão... Inclusive, já tive a oportunidade de debate, sei que há vários Deputados que não concordam com a idade – 8 anos é tarde como uma meta. Sou da corrente que entende que é um processo a alfabetização; não estou querendo dizer que ela tenha de ser com 5, 6 ou 7. Acho que o processo começa e se está colocando um término.

Sou contra a questão da idade, porque crianças fazem aniversário durante todo o ano. Então, uma criança pode terminar o terceiro ano com 8 anos completos ou pode começá-lo também com essa idade. Por isso, inclusive, uma das minhas emendas foi tirar a idade e fixar a série. O MEC vai ter condição de fazer isso. Quando o menino fechou 8 anos, isso tem de estar combinado com a série.

Acho que é discutível. Chamo a atenção. Isso para mim não é o mais importante. O que acho mais importante é entendermos que, para haver um programa dessa natureza, para haver efetividade, para não ser só uma bandeira dizer que vamos alfabetizar todas as crianças, tenho de dizer em quanto tempo vou fazer isso, qual é o meu ponto de corte, quando o País pretende ter dado conta dessa tarefa. E acho que é primordial enfrentar a questão da formação dos professores.

Imaginai-se que um professor vá aprender a alfabetizar milagrosamente, porque as disciplinas que deveriam prepará-lo para lidar com a alfabetização inexistem. Não sou eu que estou dizendo. Há pesquisas da Fundação Carlos Chagas, da Fundação Victor Civita, da Unesco, da Unicef, todos mostram isso.

Como um programa dessa natureza, que procura cusar tanto, inclusive com linhas de pesquisa, de produção, quer ignorar uma questão dessa natureza? Por isso, gostaria de discutir. Quero pedir vistas em relação ao texto, para que possamos tentar encontrar uma alternativa. Não tenho nenhum interesse... Aliás, ao contrário, tenho interesse em que seja aprovado, porque é um programa extremamente estratégico para cumprirmos a maioria das nossas metas do Plano Nacional de Educação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues, PT – PI) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, quero primeiro parabenizar o trabalho do nosso Relator, Senador Eduardo Amorim, na condução.

Temos a clareza de que tudo aquilo que diz respeito à educação, como muito bem levanta a nossa Deputada Dorinha, que levanta essa questão, sempre precisará de mais complementação, de mais avanço.

Nesse aspecto, o Plano Nacional de Educação já tem uma série de itens acordados, e nós poderíamos, Doutora... Deputada Dorinha – só quero chamar de doutora, é o hábito de tratar nossas professoras...

Vamos pedir vista, o que é regimental. Vistas coletivas, Sr. Presidente, estou pedindo também. E voltaríamos, se o senhor concordar, amanhã. E hoje, às 16 horas, após a sessão do Congresso, se a Drª Dorinha, se a nossa Deputada Dorinha tiver agenda, este Senador, juntamente com o Relator... Nós sentaríamos, para ajustar essas preocupações justas que a senhora traz.

Portanto, estou também, Sr. Presidente, pedindo vistas e que pudéssemos, depois da Ordem do Dia do Congresso... A matéria é polêmica hoje, mas acho que, às 16 horas, às 16h30min, estaremos encerrando. Se a senhora e o nosso Relator tiverem agenda, fico à disposição para ajudar na mediação.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Estou à disposição.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Estou e sempre estive à disposição. Procurei estudar cada emenda, respeitando a colaboração, é lógico, contra a idade. Quando se coloca aqui até os 8 anos, a senhora diz que não é o maior questionamento, entendo que se mirou, que se objetiva que até os 8 anos de idade essa seria a tarefa, não que se encerrasse aí, mas se colocasse um parâmetro a ser obedecido. Mas estou inteiramente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues, PT – PI) – Deputado, por favor.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE) – Sr. Presidente, prezados Deputados e Senadores, creio que os Deputados que integram esta Comissão tiveram oportunidade de participar, durante 2 anos, das discussões referentes ao Projeto de Lei nº 8.035, que estabelece uma proposta para o Plano Nacional de Educação.

O projeto foi enviado pelo Presidente Lula, em dezembro de 2010, e durante 2 anos, até praticamente junho deste ano, nós nos debruçamos sobre ele na Comissão Especial da qual fiz parte, assim como a Deputada Professora Dorinha, onde discutimos exaustivamente as 20 metas previstas para o Plano Nacional de Educação.

Entre as 20 metas, há metas para a questão da alfabetização, metas também para os índices de desempenho, de acesso, de qualidade da educação infantil, desde a creche, o ensino fundamental, fazendo com que o Plano se constitua, portanto, em uma medida global decenal para a educação brasileira.

O que mais nos preocupou em relação à discussão do PNE foram exatamente as metas estabelecidas, os mecanismos de acompanhamento tanto no tocante à educação fundamental quanto ao ensino médio, na educação básica. Isso assume uma característica importante, porque acabamos de passar pela década do primeiro Plano Nacional de Educação, o PNE 1, aprovado em 2001, instituído pela Lei nº 10.172, e que ficou no rastro de um projeto nacional praticamente inexecutável, sem financiamento adequado, sem acompanhamento das metas.

Para termos uma ideia, as metas previstas para acesso à educação infantil não chegaram a ser atingidas sequer naquilo que fora objeto de apreciação em 2001. Então, quando foi editada a medida provisória, nós que integravam a Comissão de Educação e, ao mesmo tempo, integrávamos a Comissão Especial do PNE, de pronto nos dispussemos a integrar como representação partidária esta Comissão, com a preocupação de estarmos ao mesmo tempo discutindo um plano decenal com metas de alfabetização tanto da população infantil e infanto-juvenil quanto de alfabetização da população adulta, e estarmos sendo colhidos por uma medida provisória específica em relação a isso.

Com essas considerações e com a observação que já foi feita, parece-me, pela Deputada Professora Dorinha e do debate que já fizemos, também nos associarmos ao pedido de vista feito pela Deputada Professora Dorinha, porque viemos de 2 anos de discussões do Projeto de Lei nº 8.035, que agora está no Senado. Parece-me que o Senador José Pimentel é o Relator. Essas matérias, portanto, são siamesas, de uma forma mais ampla, o Plano Nacional de Educação decenal e também os objetivos descritos na Medida Provisória nº 586. Portanto, queria me associar à Deputada Professora Dorinha com esse pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Deputada Liliam.

A SR^a LILIAM SÁ (PSD – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, também gostaria de pedir vista para essa matéria. Precisamos nos aprofundar mais. Pediria por 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – A vista será concedida. Há uma reunião para tentarmos chegar a um acordo. Poderíamos marcá-la para as 16 horas, com o nosso Relator, só para ver se conseguimos chegar a um entendimento.

Como já temos número regimental para a ata, queria propor a dispensa da leitura da ata da primeira reunião.

As Sr's e os Srs. Senadores e Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e irá para a publicação.

Agora, nós vamos convocar uma nova reunião, concedida a vista. Vamos suspender a reunião e vamos marcar a reabertura para amanhã às 10 horas, não nesta sala; amanhã, dia 20, mas no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

A reunião estava marcada para 9h30, começou um pouco atrasada, estamos dando... porque a Presidente Rose soltou aqui uma orientação de que as vistas têm que ser, pelo menos, 24 horas.

Então, considerando o início da reunião por volta de 10 horas, pelo menos 24 horas de prazo.

A SR^a LILIAM SÁ (PSD – RJ) – Vai dar 24 horas?

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Isso, isso.

A SR^a LILIAM SÁ (PSD – RJ) – São 10h59...

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Mas começou às 9h30...

A SR^a LILIAM SÁ (PSD – RJ) – Nove e meia...

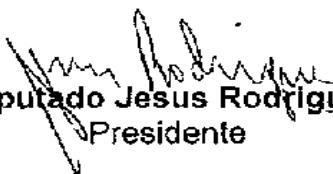
O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – ...o quórum deu a mais tempo. Então, é possível, 10 horas.

Dez horas; 10 horas é suficiente. Dez horas, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa. A reunião está suspensa.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas.)

ATA DA 3^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 586, DE 2012, ADOTADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 9 DE NOVEMBRO DO MESMO ANO, QUE "DISPÓE SOBRE O APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO DA UNIÃO AOS ENTES FEDERADOS NO ÂMBITO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO N° 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e treze, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Jesus Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 586, de 2012, com a presença dos Senadores Paulo Davim, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro, José Pimentel, Angela Portela, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Ana Rita e Armando Monteiro; e dos Deputados Jesus Rodrigues, Alex Canziani, Marcelo Castro, Antonio Bulhões, Izalci, Paulo Rubem Santiago, Márcio Macêdo, Stepan Nercessian, Jerônimo Goergen, Alessandro Molon, Valmir Assunção; das Deputadas Professora Dorinha Seabra Rezende. Deixam de comparecer os demais membros. Antes de iniciar a reunião, o Presidente declara definitivamente encerrada a segunda reunião da Comissão, realizada no dia dezenove de dezembro de dois mil e doze. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, que se destina à discussão e votação do relatório. O Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da segunda reunião. A ata é aprovada. Aberta a discussão, fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Amorim, José Pimentel, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e o Deputado Stepan Nercessian. Encerrada a discussão, o Relator, Senador Eduardo Amorim, acata integralmente as Emendas nºs 5 e 41 em seu relatório. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende pede a retirada dos Requerimentos de destaque nºs 1 a 8, de sua autoria. Colocado em votação, o relatório é aprovado, passando a constituir parecer da Comissão. Em seguida, o Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, a qual é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Jesus Rodrigues, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Deputado Jesus Rodrigues
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 586, de 2012.

Comunico que a 2^a Reunião da Comissão, suspensa em 19 de dezembro de 2012, ficou definitivamente encerrada.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2^a Reunião.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e irá à publicação.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório.

A Presidência comunica que, em 19 de dezembro de 2012, foi lido o relatório pelo Senador Eduardo Amorim, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Em discussão a matéria.

Há algum Deputado ou Senador que queria discutir a matéria? (Pausa.)

Passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para suas considerações.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, colegas Deputados, procuramos elaborar um relatório coerente e justo na medida do possível. Nem todas as emendas, no meu entender, depois de conversas com vários técnicos, puderam ser acolhidas, mas acolhemos várias outras sugestões. Agradeço a oportunidade e espero que nossas crianças sejam alfabetizadas até o término do terceiro ano, na idade inicial escolar.

Estamos à disposição para algum comentário ou dúvida que possa ser dirimida ou esclarecida.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Boa tarde a todos, embora o Presidente não tenha me passado a palavra formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Por favor, Deputada Professora Dorinha.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Na verdade, eu queria manifestar a minha preocupação com a última reunião desta Comissão. Haviamos feito um acordo, uma finalização para que pudéssemos sentar e discutir a medida. Na verdade, eu queria reforçar que entendo a importância do programa. É extremamente importante para a educação, para a qualidade da educação, para o desempenho do ensino fundamental. Os dados apresentados são fartos. Fui Secretária de Estado por muitos anos, fui Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estados, vivencio a

experiência em muitos Estados e Municípios, e posso dizer que existem experiências extremamente interessantes nessa área da alfabetização.

No entanto, chamo a atenção para, primeiro, o fato de que o que foi acordado na reunião acabou não acontecendo. Não posso deixar de dizer da atenção do Senador que tentou articular esta reunião. Hoje, pela manhã, o Dr. Henrique Paim me ligou também sinalizando uma preocupação. Coloquei-me à disposição, mas nenhuma conversa foi realizada.

Apresentei várias emendas, mas eu gostaria de falar de uma preocupação: o programa não pode ser apenas propaganda ou bandeira para a mídia. O problema da alfabetização no Brasil é grave. Nossos professores não são formados e preparados para a alfabetização. Existe uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas que mostra isso. Menos de 13% dos cursos que formam os professores tratam do tema alfabetização; não existe nos cursos disciplina que prepara o professor para atuar nessa área. Imagina-se que o professor vá naturalmente aprender a lidar com a alfabetização, o que não é verdade. Isso é complexo, precisa de formação, precisa de preparação. O programa procura incentivar a formação ao criar as bolsas, ao envolver as universidades.

Em algumas das emendas que eu pretendo apresentar como destaque, a minha preocupação é, na verdade, neste sentido: não entendo que um programa de importância estrutural para a educação brasileira pode ser tratado de maneira superficial, com ações próprias de uma campanha de alfabetização.

Quando apresento uma emenda para estimular as universidades – e sei que elas têm a sua autonomia, como também sei que existem diretrizes no sentido de compor um currículo de alfabetização –, aponto que a disciplina que forma alfabetizadores deve compor esse currículo. Como é que eu quero que um professor seja um bom alfabetizador se ele não está preparado para tanto? Os cursos de formação continuada, previstos hoje no programa, são para aqueles professores que já estão no sistema, e nós temos de corrigir essa distorção. Mas nós não podemos deixar a fábrica inadequada de formação de professores continuar operando! Então, a provocação é no sentido de que o professor que está sendo formado agora seja bem formado, seja formado para atuar como alfabetizador.

Programas de alfabetização em nível de pós-graduação.

Existem também várias pesquisas em relação à pós-graduação, à especialização, a mestrados e doutorados que mostram que mesmo o professor da educação básica, que é liberado pelos sistemas públicos para fazer o seu curso de pós-graduação, normalmente faz uma pós-graduação não direcionada para a educação básica. Assim, em uma das minhas emendas, proponho esse estímulo, isto é, que a pós-graduação – o professor não é obrigado a isso –, que o governo, as universidades, o sistema, dentro de um programa extremamente interessante como o que o próprio Ministério da Educação tem, de formação,

inclusive nessa área de pós-graduação, possa criar cursos de especialização na área de alfabetização.

Então, é uma coisa muito lógica. Eu não entendo qual a dificuldade de acolhimento. Não há o propósito de dificultar a vida do Ministério da Educação; ao contrário, nós estariamos atuando na formação inicial do professor, dentro da graduação e dentro da pós-graduação.

A minha emenda se refere à alfabetização porque é o tema, mas nós deveríamos fazer a mesma coisa no ensino da matemática. Poucos cursos são oferecidos em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado nessa área para preparar o professor para o ensino, para melhorar o desempenho da educação básica. Não é por acaso que nós ocupamos os últimos lugares em todas as pesquisas internacionais. Em todas as pesquisas que avaliam o nosso desempenho nós temos dificuldades. Entendo que são problemas históricos, mas a formação, na minha visão, é essencial, pois não adianta eu ter um bom prédio, não adianta eu ter bons equipamentos se o profissional, que é o maior valor da educação, não estiver preparado para o seu trabalho.

Entendo que a avaliação que será feita, como algumas entidades como o Todos pela Educação já fez, o próprio MEC, com a Provinha Brasil, chega a beirar a perversidade, na medida em que eu coloco o aluno e o professor para serem avaliados sem que eu tenha dado condições de formação.

Entendo que o programa tem inúmeros avanços, e os nossos objetivos seriam muito mais nesse sentido.

Eu apresentei uma emenda na qual, na verdade, inclusive, não faço nenhum destaque em relação à questão de não vincular à idade de oito anos, até porque essa foi uma grande discussão no Plano Nacional de Educação. Ao contrário de definir em oito anos, que a gente estimule a alfabetização mais cedo. As crianças, nas escolas privadas, são alfabetizadas mais cedo. Da mesma forma, entendo que o processo de alfabetização é um ciclo que não necessariamente termina no 1º, no 2º ou no 3º ano. Por isso a não vinculação a uma idade mais tenra. Eu sei que há emendas dessa natureza, propondo seis ou sete anos, mas comprehendo que a idade de oito anos é o limite para que todas as crianças sejam alfabetizadas.

Temos problemas em relação à questão da idade porque as crianças nascem durante todo o ano! Então, obviamente, nós sempre teremos um descompasso entre idade e série. Por isso eu havia apresentado a proposta de série, mas também o Brasil tem um problema de distorção idade/série grave. Assim, nós poderíamos ter o cumprimento da meta simplesmente terminando o 3º ano com meninos de 10 anos, de 11 anos. Não é isso o que nós queremos; o que nós queremos é antecipar, mas ainda com essa mesma preocupação.

Também apresentei sugestões para que a gente pudesse incentivar aqueles Estados e Municípios – mais Municípios do que Estados – a aprimorarem o seu sistema. Com todas as crianças na escola na idade correta, no atendimento

da educação infantil, de creche e de pré-escola, é óbvio que vamos conseguir antecipar, cada vez mais, o cumprimento dessa meta.

Também apresento uma emenda para que, fazendo a solicitação, possamos monitorar. Como é que tenho um programa, se não tenho metas estabelecidas para dizer quanto tempo vou gastar para isso? No próprio Plano Nacional, nós procuramos avançar em relação a metas. É o que nós chamamos de escalonamento de metas ou de metas parciais, para dizer que, em tantos anos, serão tantos por cento. Não posso chegar ao final sem saber: em quanto tempo é feito o programa? Qual é o prazo para o programa conseguir dizer que cumpriu seu objetivo? Daqui a dez anos, cinco anos ou quatro anos? Qual é o objetivo que estamos colocando para o nosso País?

Volto a destacar que entendo que o programa faz uma provocação muito importante ao trazer a alfabetização para o foco da educação básica, em especial para o ensino fundamental na primeira fase, do 1º ano ao 5º ano. Mas entendo que, se nós não mexermos no processo de formação dos professores, vamos "enxugar gelo". Há professores hoje nas universidades fazendo Pedagogia ou outros cursos de formação, basicamente Pedagogia, que os preparam para atuar do 1º ano ao 5º ano. Em alguns lugares, há experiências do normal e do superior. Mas vamos continuar com professores sem qualificação.

Então, qual a razão de não provocarmos a inserção da disciplina de alfabetização como obrigatória nos cursos de formação do professor? Qual o problema de o próprio Ministério, que é o gestor de programas de formação – mas não o único –, incentivar a oferta de cursos de especialização e de mestrado – basicamente os de especialização – para também aprimorar isso?

Sou professora, sou pedagoga, tenho mestrado em educação, sou especialista em alfabetização. A alfabetização no Brasil passa por uma série crise. Antigamente, os professores eram formados e aprendiam o método silábico, o método alfabético, o fônico, o global. Depois, nós tivemos um avanço, com a descoberta de uma nova forma de pensar, mas um equívoco o Brasil cometeu ao dizer que todos esses métodos padronizavam e encaixotavam o professor, que as universidades e as escolas não iam mais trabalhar com eles e que íamos trabalhar com o método construtivista, sendo que o construtivismo não é um método.

Estou colocando isso em que sentido? Ao professor que termina o curso de Pedagogia é dada uma turma para ele alfabetizar, mas ele não está preparado e não tem sequer os conhecimentos básicos de Linguística, de Psicologia, de desenvolvimento. E muito menos há opções para ele escolher o método ou os métodos com os quais vai trabalhar. É preciso lhe dizer para que serve cada um dos métodos, para ele poder trabalhar.

Por isso, na verdade, esta é a minha sugestão em relação a essa preocupação com a introdução, com o estímulo às universidades: entendo que o Conselho Nacional, o MEC, gestor de políticas públicas, pode fazer essa provocação, para que as disciplinas, tanto no nível de graduação, quanto no de

especialização, possam estimular e preparar o professor para esse grande desafio que espero muito que o País consiga cumprir.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Tem a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Eu quero parabenizar a Prof. Dorinha pela preocupação que sempre teve no seu mandato particularmente com a questão da educação.

Quero registrar também que o Congresso Nacional, Câmara e Senado, está fazendo uma grande discussão sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). Ali, nas 20 metas, grande parte das demandas que foram apresentadas no primeiro PNE, que vigorou de 2000 a 2010, foi atendida, e outra parte foi identificada, como resultado das conferências municipais, estaduais e nacional de educação. E, nas metas, boa parte dessas preocupações ali são também registradas e é dado o encaminhamento. No entanto, nós estamos antecipando a agenda no que diz respeito ao ensino infantil, à pré-escola, à creche, a esse segmento do programa Brasil Carinhoso.

Eu perguntaria à Prof. Dorinha: dessas emendas, qual é a que melhor sintetiza essas preocupações que V. Ex^a está levantando – porque existem as Emendas nºs 1, 39, 40, 41, 42, 43 e 44 –, para que nós possamos dialogar sobre a emenda, é evidente, ouvindo o nosso Relator?

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Posso fazer um aparte, Presidente, Líder?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Veja, Líder, sobre a Emenda nº 41, por exemplo, que a Deputada Dorinha citou, comentando rapidamente, que dispõe sobre o currículo dos cursos de formação dos professores, determinando a inclusão de disciplinas sobre alfabetização, nós entendemos que tudo isso é muito válido, mas que este não é o local adequado e nem o melhor momento para fazermos isso. O assunto principal da Medida Provisória é a formação continuada, não a formação inicial e final dos professores. Por isso entendemos que não deve ser acolhida. Mesmo assim, o assunto merece ser apreciado, ser discutido em outro momento, não nesta Medida Provisória. Foi por isso que, com relação a essa emenda especificamente, fizemos um relatório rejeitando-a. Estou lhe dando apenas uma das explicações, mas todas aqui estão fundamentadas e bem explicadas, na medida em que foi possível construirmos todas elas. Mas entendo que esse não era e não é o objetivo da Medida Provisória, que é dar apoio à formação continuada, e não à formação inicial aos professores. Como a senhora me disse, sobre a questão da idade e do período da avaliação, isso poderia ser feito em outro momento.

À SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Bom, eu gostaria de discordar. O título da Medida Provisória é o de um programa da Presidente Dilma, Alfabetização na Idade Certa. Então, não é para a formação continuada, é para que o País corrija uma distorção histórica, a fim de melhorar os dados da alfabetização. Minha preocupação, explicando justamente isto hoje é que existe um fluxo muito grande de formação de professores, e de professores que se aposentam. Pela própria idade, existem pesquisas do próprio Ministério da Educação que mostram isso, um número significativo de professores deixarão o sistema, e novos professores estão chegando. Então, entendo que não é lógico eu ficar... Ou seja, eu estou com uma pessoa que vai passar em um lugar e vai quebrar o braço. Vou esperar que ela quebre o braço para depois eu fazer o conserto? Existe um problema crônico, Senador,...

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Eu entendi.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– ... que é a formação. Por isso a minha preocupação. Quando o senhor me pergunta sobre uma prioridade, como eu disse, há várias emendas, e várias eu entendo. Participei ativamente da Comissão do Plano Nacional que, sei, aqui no Senado também vai ser aprimorado. Mas, por exemplo, com relação à formação, eu acho que ela é importante; não vejo inviabilidade. Dentro do próprio programa de pós-graduação a que o Ministério estimula Estados e Municípios a aderirem, qual o problema em oferecer, em disponibilizar cursos de formação para os professores que estão em sala de aula e para os que vão chegar? Muitos deles vão sair sem formação adequada. Foi nesse sentido a minha preocupação.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Eu entendo, Deputada Dorinha, mas digo que, no corpo da Medida Provisória, que era o apoio técnico e financeiro, se existem problemas históricos – eu comproendo e eu acho que existem mesmo –, acho que talvez não fosse este o melhor momento para avaliarmos ou corrigirmos distorções históricas. Com certeza, devem existir muitos outros momentos, até programas do próprio Ministério que podem realmente corrigir tudo isso.

Mas, Presidente, se é para dialogar, para discutir e para tentar melhorar, confesso que estou inteiramente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues, PT – PI) – Sr. Relator, Senador Eduardo Amorim, eu também comproendo que as observações feitas pela Deputada Professora Dorinha são corretas e pertinentes. Nada a contestar. Apenas concordo com V. Ex^a: as propostas não se encontram no local mais adequado para serem colocadas na Medida Provisória, no seu relatório. Nesse ponto, nós estamos de acordo e esperamos que as propostas apresentadas pela Deputada Professora Dorinha possam, em algum momento, pelo Executivo ou mesmo pelo Legislativo, ser contempladas, para que nós possamos dar o reforço, o suporte para que consigamos educar nossas crianças, todas as nossas crianças, na idade certa.

Sem mais oradores que queiram discutir, está encerrada a discussão.

Stepan, pois não.

O SR. STEPAN NERCESSIAN (PPS – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de ver se seria possível nós fazermos uma adequação. Houve o acatamento da Emenda nº 5, mas, na transposição, houve uma pequena mudança, e eu gostaria de ver se seria possível...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STEPAN NERCESSIAN (PPS – RJ) – Exatamente. Era só nós mantermos a formação de professores com capacitação para educação especial, porque ela passou só como professores, ficou genérico.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Está certo. Acho que devemos agregar isso e agradeço a sua contribuição.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues, PT – PI) – Pois não, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – No que diz respeito à sugestão apresentada pelo Deputado Stepan, o que ele está fazendo é um aprimoramento de texto. Eu acredito que não teríamos uma dificuldade se o nobre Relator assim concordar...

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Não, não. Eu concordo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – No que diz respeito ao conjunto de emendas apresentadas pela Professora Dorinha, nós daríamos o seguinte encaminhamento: estamos enfrentando esse debate no PNE e esperamos, até junho de 2013, concluir a votação no Senado e na Câmara, para que, no Orçamento da União de 2014, que vem para cá até o final de agosto, os recursos novos para educação nos vários ciclos ali já estejam explicitados. De acordo com a produção que foi feita na Câmara, aprimorou-se bastante o projeto do Executivo e, aqui no Senado, estão sendo feitos alguns ajustes. Não são tantos; são muito mais de texto e há também parcela de mérito.

Conversando com a Professora Dorinha, se o nosso Relator acordasse... Todas as emendas são importantes, têm seu conteúdo e o seu significado. No entanto, a Emenda 41 é a mais ampla delas e trata da introdução, no currículo das instituições de ensino superior, de disciplinas específicas de alfabetização. É evidente que, por conta da autonomia das universidades, no PNE, nós vamos precisar dar uma adequação de como isso dialoga com as 20 metas ali apresentadas.

A minha sugestão para que a Comissão pudesse avançar – e já fez muito – é que nós acolhêssemos a Emenda 41 como complemento do parecer, se o nosso Relator assim concordar, e das outras matérias a gente faz o debate através do PNE, que está num processo muito adiantado aqui no Senado. Seria uma proposta de mediação, para que a gente pudesse concluir esta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Senador Eduardo Amorim, Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Bem, eu construí o meu relatório ouvindo, debatendo com vários técnicos, com vários colegas, Deputados e Senadores, e digo que entendi que essa medida provisória não era o melhor lugar para a gente enquadrar ou tentar corrigir distorções seculares no nosso País. Mas eu acho que o Plenário é soberano. Se o Plenário entende que assim deve ser, com certeza, não serei objeção para isso. O que a gente quer é melhorar. Eu acho que o Ministério ou outros projetos em andamento nesta e na outra Casa, na Câmara, com certeza, tratam deste assunto. Então, se entendermos, por maioria, que esta é a hora de incluir, também não serei objeção.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então, eu vou fazer um pedido ao nosso Relator, que, como sempre, é um grande colaborador dos temas aqui no Senado. Todas as vezes que nós temos uma série de matérias difíceis, V. Ex^a, além de ser membro titular nas comissões, é também o nosso Relator em grande parte delas.

Nesse caso concreto, a minha sugestão, sem ferir V. Ex^a e assegurando-lhe toda a autonomia e o compromisso que tem, é que a gente acolha a Emenda 41, adequando o texto, e as outras matérias. Como eu sou Relator do PNE, eu faria, com a Dr^a Dorinha, esse debate aqui no Senado. Fatalmente, Dr^a Dorinha, eles voltarão para a Câmara, no caso do PNE, por conta da alteração de mérito que seria feita. Se V. Ex^a concordar...

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Volto a dizer que não é o melhor. Na medida provisória não é, mas também não faço nenhuma objeção por tudo que aqui já foi explicado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Mais algum Deputado deseja a palavra? Pois não, Deputada Professora Dorinha Seabra.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Até porque eu não falei do acordo.

Na verdade, o meu objetivo, como eu disse, não é impedir a aprovação da Medida Provisória. Municípios e Estados já estão fazendo adesão, já estão em processo de formação. Discordo do que foi dito. Acho que este é o lugar, sim, mas, independentemente disso, agradeço a tentativa de acordo. O Senador se propõe não a acolher, mas a trazer para o debate os temas, que, eu acho, precisam ser discutidos em relação à questão do próprio desempenho. Tanto aqui quanto voltando para a Câmara, eu acho que é possível aprimorar o texto.

Eu queria só reforçar, Senador, que, na verdade, o MEC vem avançando muito nesse processo de formação. Ainda na gestão do Ministro Fernando Haddad, o MEC puxou para si a responsabilidade da formação; e, ao puxar para si essa responsabilidade, ele adquire uma importância e pode, sim,

atuar nessa área. Então, entendo que a Medida Provisória vai dar encaminhamento a um programa inclusive muito mais consistente do que o que está na Medida. Ele vai ensejar políticas públicas importantes.

Fico satisfeita com o entendimento do Senador de poder aprimorar a discussão. De minha parte, faço o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – A Deputada Dorinha Seabra faz o acordo. Então retira os requerimentos e os pedidos de destaque. É isso? Pois não.

Mais algum Deputado ou Senador quer se manifestar para discutir? (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Sem requerimentos de destaque, vem à votação o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Amorim.

Os Srs. Parlamentares que concordam...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Com a Emenda nº 41.

O SR. PRESIDENTE (Jesus Rodrigues. PT – PI) – Com a Emenda nº 41. O.k. E com a correção da Emenda nº 5, do Deputado Stepan, e a Emenda nº 41, da Deputada Professora Dorinha Seabra.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada juntamente com o acompanhamento taquigráfico.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13, 43, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

RQS	ANO	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
29 - M	2013	Maria do Carmo Alves	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
30 - M	2013	Paulo Davim	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
31 - M	2013	Francisco Dornelles	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
32 - M	2013	Aécio Neves	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
33 - M	2013	Garibaldi Alves	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
34 - M	2013	Delcídio do Amaral	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
35 - M	2013	Blairo Maggi	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
36 - M	2013	Benedito de Lira	43, I	27.11.2012 a 17.12.2012	Licença Saúde
37 - M	2013	Benedito de Lira	43, I	20.12.2012	Licença Saúde
38 - M	2013	Luiz Henrique	43, I	04.02.2013 a 14.02.2013	Licença Saúde
39 - M	2013	Jayme Campos	13	19.02.2013	Atividade Parlamentar
40 - M	2013	Cristovam Buarque	43, II	26.02.2013 e 27.02.2013	Licença Particular
41 - M	2013	Mário Couto	13	19.02.2013 a 22.02.2013	Atividade Parlamentar
42 - M	2013	Eduardo Lopes	13	21.02.13	Atividade Parlamentar
43 - M	2013	Lidice da Mata	13	20.02.2013	Atividade Parlamentar
44 - M	2013	Clésio Andrade	40 S/O	20.02.2013	Missão sem ônus
45 - M	2013	Jayme Campos	13	20.02.2013	Atividade Parlamentar
46 - M	2013	Eduardo Braga	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar
47 - M	2013	Paulo Bauer	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar
48 - M	2013	Sérgio Souza	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar
49 - M	2013	Antonio Carlos Rodrigues	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar
50 - M	2013	Clésio Andrade	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar
51 - M	2013	Ana Rita	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar
52 - M	2013	Jayme Campos	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar
53 - M	2013	Humberto Costa	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar
54 - M	2013	Alfredo Nascimento	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar
55 - M	2013	Casildo Maldaner	13	04.03.2013 a 09.03.2013	Atividade Parlamentar
56 - M	2013	Jader Barbalho	13	05.02.2013 a 07.02.2013	Atividade Parlamentar
57 - M	2013	Lidice da Mata	13	21.02.2013	Atividade Parlamentar

Secretaria de Recursos Humanos
BOLETIM ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL
SEÇÃO II

Nº: 5165

Quarta-feira, 20 de fevereiro de 2013

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 3, de 2013

Implementa medidas de racionalização administrativa no âmbito do Senado Federal, com redução de despesas, e dá outras providências.

Considerando a necessidade de ampliar o conjunto de ações da Política de Transparência e Gestão da Informação;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a gestão administrativa e racionalizar os processos organizacionais;

Considerando a necessidade de antecipar ações da reforma estrutural, objetivando conferir maior racionalidade ao modelo organizacional do Senado Federal;

Considerando a necessidade de reduzir os custos operacionais com a eliminação de hipertrofias, duplicidades e superposições de competências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental, e nos termos do artigo 67, Parte I, c/c artigo 454, da Parte II, ambos do Regulamento Administrativo do Senado Federal; RESOLVE:

Art. 1º A estrutura administrativa do Senado Federal passará a funcionar com as modificações indicadas no Anexo deste Ato.

Parágrafo único. As unidades cujas competências sejam absorvidas deverão manter as funções comissionadas vagas e unificar sua estrutura de apoio administrativo e suporte operacional, na forma do Anexo deste Ato.

Art. 2º A quantidade de funções comissionadas ocupadas de nível FC-01, FC-02, FC-03 e FC-04, com natureza de direção, chefia ou assessoramento, deverá ser reduzida em número necessário a atingir o índice de 25% de funções vagas do total de funções comissionadas da estrutura do Senado Federal.

§ 1º O mesmo índice de funções vagas deverá ser aplicado a cada unidade organizacional diretamente subordinada ao Presidente do Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, instituído pelo Ato nº 16/2011 da Primeira Secretaria.

§ 2º Os responsáveis de cada unidade indicarão, no seu âmbito de chefia ou direção, quais funções comissionadas deverão tornar-se vagas.

§ 3º Na ausência ou insuficiência de indicação, deverão se tornar vagas as funções comissionadas cuja designação tiver ocorrido em data mais recente.

§ 4º A indicação de que tratam os §§ 2º e 3º deverá dar-se em prazo hábil para a execução da folha de pagamentos do Senado Federal subsequente ao mês de publicação deste Ato.

§ 5º Nos Gabinetes Parlamentares, de Lideranças e de Membros da Mesa será mantida vaga uma função comissionada de Assistente Técnico (símbolo FC-1).

Art. 3º O atendimento ambulatorial realizado pela Secretaria de Assistência Médica e Social será encerrado, ressalvadas as unidades destinadas a prestar os seguintes serviços:

I - unidade de pronto atendimento médico;

II - perícias sobre ressarcimentos a serem feitos pelo SIS;

III - atividades de junta médica e medicina do trabalho, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º Os servidores que se encontram prestando serviço de atendimento de saúde sem que pertençam a uma das carreiras médicas do quadro do Senado Federal deverão ser rotacionados em suas funções correspondentes.

§ 2º No prazo de 30 dias deverá ser identificada a lotação ideal de servidores necessária para a manutenção do serviço médico, nos termos fixados neste Ato.

Art. 4º Ficam vedadas as nomeações para os cargos de Técnico Legislativo, especialidades de Policial Legislativo Federal, Enfermagem e Odontologia e para os cargos de Analista Legislativo, especialidades de Medicina, Odontologia, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição.

Art. 5º Os Gabinetes Parlamentares, de Liderança e de Membros da Comissão Diretora poderão ser chefiados por servidores comissionados ocupantes do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo SF-02, hipótese em que a função comissionada de Chefe de Gabinete, símbolo FC-03, deverá permanecer vaga.

Parágrafo único. Os servidores efetivos que se encontrem em exercício nos Gabinetes Parlamentares, de Lideranças ou de Membros da Comissão Diretora e que sejam dispensados de suas funções em razão do disposto neste artigo ou no art. 2º deste Ato, poderão continuar em exercício nos respectivos gabinetes, sem a percepção da retribuição pela função comissionada.

Art. 6º Fica instituído o Conselho de Transparência e Controle Social, subordinado à Presidência do Senado Federal, sendo integrado pelos seguintes membros:

I - Diretor da Secretaria de Transparência, na condição de Presidente do Conselho.

II - Diretor da Secretaria de Informação e Documentação;

III - Diretor da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião;

IV - Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social;

V - Três representantes da sociedade civil organizada.

Art. 7º À Corregedoria Parlamentar fica atribuída a competência de órgão correicional das atividades da Secretaria de Polícia.

Art. 8º Fica instituída a Procuradoria da Mulher, com atribuições de zelar pelas políticas de gênero em discussão no Legislativo, bem como pela aplicação dessas políticas no âmbito do Senado Federal.

Art. 9º A jornada de trabalho, na modalidade corrida, passa a ser de 7 (sete) horas diárias.

Art. 10. O fracionamento máximo de cargos no âmbito dos Gabinetes Parlamentares será reduzido de 79 para 55 cargos por unidade.

Art. 11. A Diretoria-Geral apresentará à Comissão Diretora no prazo de 30 dias Plano Estratégico incluindo metas de curto, médio e longo prazo da Administração do Senado.

Parágrafo único. O Plano Estratégico deverá prever necessariamente a revisão do Plano de Acessibilidade do Senado Federal.

Art. 12. A Diretoria-Geral adotará providências a fim de que as despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra sejam reduzidas em 33 (trinta e três) milhões de reais por ano.

Art. 13 Os titulares das funções comissionadas de Diretor da Secretaria de Administração de Contratações e a de Diretor da Secretaria de Controle Interno serão designados pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

Art.14 O Portal da Transparência publicará os dados referentes aos proventos de aposentadorias e pensões pagos pelo Senado Federal.

Art. 15 A Secretaria de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias para efetivar a movimentação de servidores, em consonância com as indicações das Secretarias, bloquear as funções que deverão permanecer vagas e adequar a nomenclatura das estruturas alteradas por este Ato.

Art. 16 Passará a integrar o Comitê de Governança e Gestão Estratégica do Senado Federal de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 16, de 2011, o Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal.

Art.17 A Secretaria de Controle Interno deverá submeter, semestralmente, à Comissão Diretora relatório sobre as contas e os atos administrativos do Senado Federal.

Art. 18 Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, em 19 de fevereiro de 2013.

Senador Renan Calheiros - Presidente, Senador Jorge Viana - Primeiro Vice-Presidente, Senador Romero Jucá - Segundo Vice-Presidente, Senador Flexa Ribeiro - Primeiro-Secretário, Senadora Ângela Portela - Segunda-Secretária, Senador Ciro Nogueira - Terceiro-Secretário, Senador João Vicente Claudino - Quarto-Secretário, Senador João Durval - Terceiro Suplente de Secretário, Senador Casildo Maldaner - Quarto Suplente de Secretário.

ANEXO

Art. 1º A Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais passa a denominar-se Secretaria de Transparência.

§ 1º - À Secretaria de Transparência compete atuar para garantir o acesso aos dados, informações e documentos de interesse coletivo ou geral, produzidos ou custodiados pelo Senado Federal, bem como prover o apoio técnico ao Conselho de Transparência e Controle Social.

§ 2º - A Secretaria de Pesquisa e Opinião da Secretaria Especial de Comunicação Social passa a subordinar-se à Secretaria de Transparência.

§ 3º - A Coordenação de Análise de Notícias assume as competências e a estrutura da Coordenação Data-Senado e passa a denominar-se Subsecretaria de Pesquisa e Opinião.

§ 4º - O cargo de Coordenador, símbolo SF-02/FC-03, da Coordenação de Análise de Notícias, passa a denominar-se Diretor de Subsecretaria.

§ 5º - O cargo de Diretor da Secretaria de Pesquisa e Opinião, símbolo SF-03/FC-04, passa a denominar-se Assessor da Secretaria de Transparência.

Art. 2º A Secretaria de Informação e Documentação passa a acumular as competências da Secretaria de Biblioteca e da Secretaria de Arquivo.

§1º A Subsecretaria de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas, sob a denominação de Subsecretaria de Biblioteca, passa a acumular as competências da Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas.

§2º A Subsecretaria de Gestão de Documentos, sob a denominação de Subsecretaria de Arquivo, passa a acumular as competências da Subsecretaria de Arquivo Permanente.

§3º A Subsecretaria de Informações sob a denominação de Subsecretaria de Gestão da Informação passa a exercer as seguintes competências: coordenar e executar as atividades vinculadas à gestão da informação e documentação do Senado Federal nas esferas jurídica, legislativa e administrativa, bem como da Rede de Informação Legislativa e Jurídica; coordenar e realizar o atendimento presencial ao cidadão e atender a solicitações de pesquisa e recuperação de informações do Senado Federal; prestar assessoria técnica e operacional à Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado Federal; participar da proposição de padrões de tratamento, armazenamento e arquitetura da informação; participar da proposição de requisitos de segurança dos sistemas de informação e dos processos de segurança da informação do Senado Federal; estabelecer e executar a política de indexação institucional; participar do controle de qualidade dos sistemas de informação e realizar outras atividades correlatas.

§4º O Serviço de Documentação e Informação Técnica da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento da Secretaria Especial de Informática, fica subordinado à Subsecretaria de Biblioteca.

§5º A função comissionada de Diretor de Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informação, símbolo FC-03, integra a estrutura da Secretaria de Informação e Documentação sob a denominação de Diretor-Adjunto da Secretaria Informação e Documentação.

§6º Devem permanecer vagas as seguintes funções comissionadas:

I - Diretor da Secretaria de Biblioteca, símbolo FC-04;

II - Diretor da Secretaria de Arquivo, símbolo FC-04;

III - Diretor da Subsecretaria de Arquivo Permanente, símbolo FC-03, da Secretaria de Arquivo.

Art. 3º A Coordenadoria de Atividades Externas - COATEX, sob a denominação de Coordenação de Apoio aos Parlamentares - CEAPS, passa a acumular a gestão das Cotas para o Exercício das Atividades Parlamentares dos Senadores.

Art. 4º A Secretaria de Recursos Humanos passa a acumular as competências da Secretaria de Estágio.

§1º O Serviço de Apoio Administrativo da Secretaria de Estágio, sob a denominação de Serviço de Gestão de Estagiários, passa a exercer as competências da Subsecretaria de Administração de Contratações de estagiários.

§2º A Subsecretaria de Pagamento da Secretaria de Recursos Humanos passa a acumular as competências da Subsecretaria de Elaboração de Folha de Pagamento da Secretaria de Estágio.

§3º O Serviço de Documentação e Arquivo da Secretaria de Recursos Humanos passa a acumular as competências da Subsecretaria de Documentação e Arquivo da Secretaria de Estágio.

§4º Da Secretaria de Estágios devem permanecer vagas as seguintes funções comissionadas:

I - Diretor da Secretaria de Estágio, símbolo, FC-04;

II - Diretor de Subsecretaria de Administração de Contratações de Estagiários, símbolo FC-03, da Secretaria de Estágio;

III - Diretor de Subsecretaria de Elaboração de Folha de Pagamento da Secretaria de Estágio, símbolo FC-03, da Secretaria de Estágio;

IV - Diretor da Subsecretaria de Documentação e Arquivo, símbolo FC-03, da Secretaria de Estágio;

V - Chefe de Gabinete Administrativo, símbolo FC-02, da Secretaria de Estágio.

Art. 5º A Secretaria de Engenharia, sob a denominação de Secretaria de Infraestrutura, passa a acumular as competências da Secretaria de Telecomunicações e da Secretaria Técnica de Eletrônica.

§1º A Subsecretaria de Obras da Secretaria de Engenharia, sob a denominação da Subsecretaria de Projetos em Engenharia e Arquitetura, passará a exercer as competências do Serviço de Projetos Arquitetônicos, do Serviço de Projeto de Instalações, ambos da Secretaria de Engenharia, do Serviço de Projetos Eletrônicos, da Secretaria Técnica de Eletrônica, bem como do Serviço de Projetos da Secretaria de Telecomunicações.

§2º A Subsecretaria de Manutenção da Secretaria de Engenharia, sob a denominação de Subsecretaria de Operação, Manutenção e Obras em Engenharia e Arquitetura, passará a acumular as competências da Subsecretaria de Instalações Especiais e da Subsecretaria de Instalações Prediais, ambas da Secretaria de Engenharia.

§3º O Serviço de Execução e Fiscalização de Obras e o Serviço de Elaboração de Planilhas Técnicas, ambos da Subsecretaria de Obras, ficam subordinados à Subsecretaria de Operação, Manutenção e Obras em Engenharia.

§4º A Subsecretaria de Convergência Tecnológica, sob a denominação de Subsecretaria de Operações de Telecomunicações, passará a desempenhar as competências da Secretaria de Telecomunicações.

§5º Os Serviços da Secretaria de Telecomunicações ficam subordinados à Subsecretaria de Operações de Telecomunicações.

§6º O Serviço Administrativo da Secretaria Técnica de Eletrônica, sob a denominação de Serviço de Apoio à Gestão de Contratos fica subordinado à Secretaria de Infraestrutura e passa a acumular as seguintes competências: acompanhar e controlar as atividades executadas por empresa contratada, mediante orientação dos gestores dos contratos de responsabilidade da Secretaria; assessorar o gestor do contrato de forma a assegurar o cumprimento dos termos do contrato e a qualidade dos serviços contratados; assessorar o gestor do contrato no acompanhamento dos procedimentos licitatórios e de renovação de contratos; fazer a interface entre a área de administração financeira e as empresas contratadas; acompanhar o atendimento prestado pelos mantenedores; acompanhar a tramitação de atendimentos orçados; solicitar orçamentos e autorização de serviços não cobertos por contrato; encaminhar os problemas às áreas competentes e acompanhar a solução; intermediar na solução de pendências; e executar outras atividades correlatas.

§7º A função comissionada de Diretor da Subsecretaria de Instalações Especiais, da Secretaria de Engenharia, passa a denominar-se Diretor-Adjunto de Tecnologia Eletrônica da Secretaria de Infraestrutura, com a competência de fazer a gestão integrada da Subsecretaria Técnica de Eletrônica, da Subsecretaria Técnica Digital e Suporte Multimídia e da Subsecretaria de Suporte Técnico à TV e Rádio Digital.

§8º A Subsecretaria de Operações, sob a denominação de Subsecretaria Técnica de Eletrônica, passa a acumular as competências da Subsecretaria de Técnica de Manutenção, sendo composta pelos seguintes órgãos:

I - Serviço de Operações de Plenário, Comissões e Eventos, formado pela unificação do Serviço de Plenário e Comissões e do Serviço de Atendimento aos Parlamentares da Subsecretaria de Operações;

II - Serviço de Manutenção de Plenário, Comissões e Taquigrafia, formado pela unificação do Serviço Técnico de Atendimento ao Plenário e Comissões e do Serviço Técnico de Atendimento à Taquigrafia;

III - Serviço de Material Eletrônico, nova denominação do Serviço de Material da Secretaria Técnica de Eletrônica;

IV - Serviço de Atendimento ao Usuário proveniente da Secretaria Técnica de Eletrônica;

V - Serviço de Manutenção e Suporte de TV;

VI - Serviço de Manutenção e Suporte de Rádio;

VII - Serviço Técnico de Atendimento a Eventos.

§9º A Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais passa a denominar-se Subsecretaria Técnica Digital e Suporte Multimídia, sendo composta pelos seguintes órgãos:

I - Serviço de Edição Digital, nova denominação do Serviço de Edições e Cópias, da Subsecretaria de Operações;

II - Serviço de Infraestrutura e Manutenção Multimídia, proveniente da transformação do Serviço de Pesquisa da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, com a competência de planejar, orientar, executar, dar manutenção e coordenar a execução das atividades relacionadas a especificações técnicas, elaboração de diagramas e aquisição de novos equipamentos para manter e expandir a rede de dados da subsecretaria e respectivos equipamentos periféricos a esta rede, bem como sua integração com a rede do PRODASEN; manter em funcionamento a infraestrutura de rede e demais elementos de interconexão; e executar outras tarefas correlatas;

III - Serviço de Gestão de Conteúdos Digitais, proveniente da transformação do Serviço de Tratamento Documental da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, com a competência de coordenar as atividades de organização e armazenamento do acervo digital de competência da Subsecretaria; produzir e disponibilizar relatórios periódicos pertinentes a sua área de atuação; subsidiar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação aplicados à Subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas;

IV - Serviço de Desenvolvimento e Integração de Sistemas Digitais, proveniente da transformação do Serviço Técnico de Armazenamento e Preservação da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, com a competência de realizar o desenvolvimento e gestão dos softwares do banco de dados da plataforma de rede digital da subsecretaria, bem como sua integração com os softwares e bases de dados do PRODASEN; manter os softwares desenvolvidos internamente em permanente evolução; especificar e acompanhar o desenvolvimento de softwares para atender as novas necessidades de gestão digital de conteúdo da subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas;

V - Serviço de Suporte Técnico e Digitalização, proveniente do Serviço de Gestão e Projetos da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, com a competência de realizar o suporte de infraestrutura de hardware e software de todas as plataformas digitais interligadas a rede de dados da subsecretaria e a operação de digitalização de áudio e vídeo dos eventos de Plenário, Comissões e do acervo audiovisual do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas;

§10 A Subsecretaria de Suporte à Rede Senado de Televisão e Rádio, proveniente da Subsecretaria de Instalações Prediais da Secretaria de Engenharia, com as competências de executar o planejamento, instalação e gerenciamento da Rede da TV Senado e da Rádio. Elaborar estudos de cobertura, viabilidade técnica de canal e projetos técnicos de instalação das estações da rede, bem como representar o Senado Federal junto ao Ministério das Comunicações e ANATEL. Providenciar o licenciamento das estações mantendo atualizado os dados cadastrais. Gerenciar os sistemas de transmissão por satélite (up-links) da TV Senado e da Rádio. Administrar os contratos de aquisição e manutenção dos transmissores e dos up-links, e outras tarefas correlatas;

§11 A Subsecretaria de Suporte à Rede Senado de Televisão e Rádio é composta pelos seguintes órgãos:

I - Serviço de Transmissão de TV, proveniente da transformação do Serviço de Produção e Pesquisas Jornalísticas, da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, com a competência de elaborar projetos básicos para compras de transmissores de TV e demais equipamentos; Especificar equipamentos para uso nas retransmissoras de TV; vistoriar os locais onde serão instalados os novos transmissores; definir as obras de infraestrutura necessárias; acompanhar a instalação; testes de aceitação e cobertura; Executar outras tarefas correlatas;

II - Serviço de Transmissão de Rádio, proveniente da transformação do Serviço de Difusão Cultural, da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, com a competência de elaborar projetos básicos para compras de transmissores de FM e demais equipamentos; especificar equipamentos para uso nas estações de Rádio; vistoriar os locais onde serão instalados os novos transmissores; Definir as obras de infraestrutura necessárias; acompanhar a instalação; testes de aceitação e cobertura; executar outras tarefas correlatas.

III - Serviço de Supervisão da Rede de TV e Rádio, proveniente da transformação do Serviço de Administração, da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, com a competência de acompanhar o funcionamento das estações pelo sistema de telesupervisão; elaborar relatórios diários com informações da estação e ocorrências; providenciar manutenção sempre que houver uma ocorrência; receber as reclamações de telespectadores, informando-os de eventuais problemas; administrar os contratos de manutenção dos transmissores; executar outras tarefas correlatas.

§12 Devem permanecer vagas as funções comissionadas:

I - Diretor da Secretaria de Telecomunicações, símbolo FC-4;

II - Diretor da Secretaria Técnica de Eletrônica, símbolo FC-04;

III - Diretor da Subsecretaria Técnica de Manutenção, símbolo FC-03;

IV - Chefe de Serviço de Projetos Arquitetônicos, símbolo FC-2, da Secretaria de Engenharia;

V - Chefe de Serviço de Projeto de Instalações, símbolo FC-02, da Secretaria de Engenharia;

VI - Chefe de Serviço de Projetos Eletrônicos, símbolo FC-02, da Secretaria Técnica de Eletrônica;

VII - Chefe de Serviço de Projetos, símbolo FC-02 da Secretaria de Telecomunicações;

VIII - Chefe de Gabinete da Secretaria de Telecomunicações, símbolo FC-02;

IX - Chefe de Gabinete, símbolo FC-02, da Secretaria Técnica de Eletrônica;

X - Chefe de Serviço de Arquivo, símbolo FC-02, da Secretaria Técnica de Eletrônica;

XI - Chefe de Serviço Técnico de Transmissão, símbolo FC-02, da Subsecretaria Técnica de Manutenção;

XII - Chefe de Serviço de Gerenciamento de Áudio e Vídeo Digital, símbolo FC-02, da Subsecretaria Técnica de Manutenção;

Art. 6º A Secretaria de Patrimônio passa a acumular as competências da Secretaria de Serviços Gerais.

§1º O Serviço de Portaria, sob a denominação de Serviços Gerais, passa a ter a competência de prever, coordenar, controlar e dirigir as atividades vinculadas à limpeza e portaria do Senado Federal.

§2º O Serviço de Administração de Material da Subsecretaria Administrativa Financeira da Secretaria Especial de Informática, sob a denominação de Serviço de Almoxarifado de Informática, passa a subordinar-se à Secretaria de Patrimônio.

§3º Os Serviços Gerais da Subsecretaria Administrativa Financeira da Secretaria Especial de Informática, sob a denominação de Serviço de Conservação de Instalações de Informática, passa a subordinar-se à Secretaria de Patrimônio.

§4º O Serviço de Controle de Almoxarifado da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, sob a denominação de Serviço de Almoxarifado de Produtos Gráficos passa a subordinar-se à Secretaria de Patrimônio.

§5º Devem permanecer vagas as seguintes funções comissionadas:

I - Diretor de Secretaria de Serviços Gerais, símbolo, FC-04;

II - Chefe de Gabinete da Secretaria de Serviços Gerais, símbolo FC-02;

III - Chefe do Serviço de Manutenção de Veículos da Coordenação de Transportes - COTRAN, símbolo FC-02.

Art.7º O Instituto Legislativo Brasileiro passa a acumular as competências da Secretaria Especial do Interlegis e da Universidade do Legislativo.

§1º A Subsecretaria Administrativa e Financeira do Instituto Legislativo Brasileiro passa a acumular as competências da Subsecretaria de Administração da Secretaria Especial do Interlegis.

§2º A Subsecretaria de Pesquisa e Desenvolvimento, Estudos e Projetos, sob a denominação de Subsecretaria de Ensino à Distância, passa a acumular as competências do Serviço de Capacitação Legislativa do Programa Interlegis.

§3º O Diretor-Adjunto acumula as competências da Subsecretaria de Apoio Técnico e Relações Institucionais da Secretaria Especial do Interlegis.

§4º A Subsecretaria de Apoio Técnico e Relações Institucionais, sob a denominação de Subsecretaria de Educação Superior, assume as seguintes competências: acompanhar, coordenar, orientar, controlar e planejar a realização das atividades educacionais de graduação, pósgraduação, extensão e cursos sequenciais; e outras atividades correlatas.

§5º Devem permanecer vagas as seguintes funções comissionadas:

I - Diretor de Secretaria da Secretaria Especial do Interlegis, símbolo FC-04;

II - Chefe de Gabinete Administrativo da Secretaria Especial do Interlegis, símbolo FC-02;

III- Chefe de Serviço de Capacitação, símbolo FC-02.

Art.8º A Secretaria do Sistema Integrado de Saúde passa a acumular as competências da Secretaria de Assistência Médica e Social.

Parágrafo único - Devem permanecer vagas as seguintes funções comissionadas:

I - Diretor da Secretaria da Secretaria de Assistência Médica e Social, símbolo FC-04;

II - Chefe de Gabinete da Secretaria de Assistência Médica e Social, símbolo FC-02;

III - Chefe do Serviço de Administração da Secretaria de Assistência Médica e Social, símbolo FC-02.

Art. 9º Da Secretaria Especial de Informática devem permanecer vagas as seguintes funções comissionadas:

I - Diretor da Subsecretaria Administrativa Financeira, símbolo FC-03;

II - Diretor da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento, símbolo FC-03;

III - Chefe de Gabinete Administrativo da Subsecretaria Administrativa Financeira, símbolo FC-02;

IV - Chefe do Serviço de Finanças, símbolo FC-02, da Subsecretaria Administrativa Financeira;

V - Chefe do Serviço de Inativos e Pensionistas, símbolo FC-02, da Subsecretaria Administrativa Financeira;

VI - Chefe do Serviço de Recursos Humanos, símbolo FC-02, da Subsecretaria Administrativa Financeira;

VII - Chefe do Serviço de Manutenção de Instalações, símbolo FC-02, da Subsecretaria Administrativa Financeira;

VIII - Chefe do Serviço de Administração de Patrimônio, símbolo FC-02, da Subsecretaria Administrativa Financeira;

IX - Chefe do Serviço de Contabilidade, Faturamento e Cobrança, símbolo FC-02, da Subsecretaria Administrativa Financeira;

X - Chefe do Serviço de Protocolo, símbolo FC-02, da Subsecretaria Administrativa Financeira;

XI - Chefe do Gabinete Administrativo, símbolo FC-02, da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento;

XII - Chefe do Serviço de Desenvolvimento de Pessoas, símbolo FC-02, da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento;

XIII - Chefe do Serviço de Gestão do Conhecimento, símbolo FC-02, da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento;

XIV - Chefe do Serviço de Gestão da Qualidade de Vida, símbolo FC-02, da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento;

XV - Chefe do Serviço de Apoio ao Treinamento em Tecnologia da Informação, símbolo FC-02, da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento;

XVI - Chefe do Serviço de Gestão de Arquivo e Museu, símbolo FC-02, da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento.

§1º O Serviço de Administração de Contratos, sob a denominação de Serviço de Apoio a Gestão de Contratos, passa a subordinar-se à Secretaria Especial de Informática e a acumular a competência de acompanhar e controlar as atividades executadas por empresa contratada, mediante orientação dos gestores dos contratos de responsabilidade da Secretaria; assessorar o gestor do contrato de forma a assegurar o cumprimento dos termos do contrato e a qualidade dos serviços contratados; assessorar o gestor do contrato no acompanhamento dos procedimentos licitatórios e de renovação de contratos; fazer a interface entre a área de administração financeira e as empresas contratadas; acompanhar o atendimento prestado pelos mantenedores; acompanhar a tramitação de atendimentos orçados; solicitar orçamentos e autorização de serviços não cobertos por contrato; encaminhar os problemas às áreas competentes e acompanhar a solução; intermediar na solução de pendências; e executar outras atividades correlatas.

§2º O Serviço de Aquisições e Contratações, símbolo FC-02, da Subsecretaria Administrativa Financeira do Prodasen, sob a nova denominação de Serviço de Apoio a Contratações em Tecnologia, passa a subordinar-se à Subsecretaria de Apoio Técnico e Contratações da Secretaria de Administração de Contratações;

Art.10 Da Secretaria Especial de Editoração e Publicações devem permanecer vagas as seguintes funções comissionadas:

I - Chefe do Serviço de Administração Econômico-Financeira, símbolo FC-02, 1º e 2º Turnos;

II - Chefe do Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico, símbolo FC-02, 1º, 2º e 3º Turnos;

III - Chefe do Serviço de Treinamento Industrial e Profissionalizante, da Subsecretaria de Apoio Técnico, símbolo FC-02, 1º, 2º e 3º Turnos;

§1º. Devem permanecer vagas todas as funções comissionadas do 4º turno da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

§2º - O Serviço de Aquisições da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico, símbolo FC-02, da SEEP sob a nova denominação de Serviço de Instrução de Reajustes Contratuais, passa a subordinar-se à Subsecretaria de Apoio Técnico e Contratações da Secretaria de Administração de Contratações com a competência de elaborar a instrução dos pedidos de reajustes ou repactuação de preços de contratos, bem como os pedidos de reequilíbrio financeiro de contratos;

Art. 11 É constituído, na Secretaria-Geral da Mesa, diretamente vinculado ao titular do Órgão, o Núcleo de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico com função comissionada provida por remanejamento interno da própria Secretaria Geral da Mesa, para desempenho das competências relacionadas à implantação, coordenação, gerenciamento e normatização do Processo Legislativo Eletrônico, conforme previsto no Ato da Mesa nº 1, de 2009, que Institui a Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico, composto pelo remanejamento dos seguintes órgãos já existentes no Senado Federal:

I - Serviço de Pesquisa Jurídica, com correspondente função comissionada símbolo FC-02, constante no art. 242 da Resolução nº 58, de 1972, que deixa de pertencer aos quadros da Secretaria de Informação e Documentação e é renomeado como Serviço de Informações Legislativas;

II - Subsecretaria de Estatísticas, Conferência e Revisão que deixa de pertencer aos quadros da Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal e passa a se denominar Subsecretaria de Estatísticas, Indicadores, Resenhas e Relatórios da Atividade Legislativa;

III - Serviço de Sinopse da Secretaria-Geral da Mesa;

IV - Serviço de Estatística da Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional que passa a se denominar Serviço de Gestão de Produtos do Processo Legislativo Eletrônico.

Art. 12 Passa a pertencer à estrutura da SGM o Serviço de Suporte Especial às Áreas Legislativas e de Plenário constante do art. 334, inciso VI do Regulamento Administrativo do Senado Federal, que passa a denominar-se Serviço de Suporte aos Sistemas de Votações Eletrônicas de Plenários.

Art. 13 As modificações definidas neste Anexo deverão ser implementadas no prazo máximo de 60 dias.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5165 Seção 2, de 20/02/2013

Secretaria de Recursos Humanos
BOLETIM ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL
SEÇÃO I

Nº: 5166

Quinta-feira, 21 de fevereiro de 2013

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

PRORROGAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 5, de 2013

Prorroga o prazo da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código Eleitoral.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições, e em atendimento à solicitação do Presidente da Comissão de Juristas instituída pelo Ato do Presidente nº 192, de 2010, destinada à elaboração de anteprojeto de Código Eleitoral, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até o dia 30 de junho de 2013 o prazo previsto no art. 1º do Ato do Presidente nº 192, de 2010, com a alteração promovida pelos Atos do Presidente nºs 88, de 2011 e 12, 19 e 31, de 2012.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2013. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Observações:

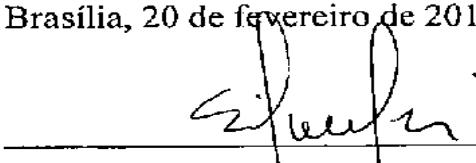
- Publicação extraída do Boletim original nº: 5166 Seção I, de 21/02/2013

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

CONVOCAÇÃO

Convoco os senhores membros filiados ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se na quinta-feira, dia 28 de fevereiro, das 09hs30 às 11hs30, no gabinete da Terceira Secretaria do Senado Federal, Anexo II - Bloco A – Gabinete 11 - Ala Filinto Müller, a fim de eleger a **Comissão Deliberativa** para o período de 2011 a 2014 (Art. 6º - § 2º do Estatuto) e a **Comissão Diretora** para o biênio de 2013-2014.

Brasília, 20 de fevereiro de 2013


Deputado Átila Lins
Presidente

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata** (S)
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda*
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paráiba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PPL - João Costa** (S)

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Sodré Santoro* (S)
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delegido do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blaíro Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Sodré Santoro.	PTB/RR

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PSOL.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique*** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves*** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira*** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta*** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira*** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro*** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer*** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia*** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim*** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim*** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela*** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa*** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques*** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues*** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol*** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues*** (PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares*** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho*** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros*** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro*** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço*** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira*** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião*** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira*** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza*** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg*** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi*** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe*** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá*** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa*** (Bloco-PPL-TO)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima*** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Sérgio Petecão*** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza*** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira*** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana*** (Bloco-PT-AC)	Sodré Santoro* (Bloco-PTB-RR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino*** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp*** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque*** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel*** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin*** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo*** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral*** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Waldemir Moka*** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim*** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata*** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro*** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga*** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias*** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias*** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes*** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho*** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Morais*** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia*** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella*** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1^a VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2^º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1^º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2^a SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3^º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4^º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1^º - Magno Malta - (PR-ES)

2^º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3^a - João Durval - (PDT-BA)

4^a - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (67,69)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (67,69)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (65)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,90)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (85,88,89)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (77)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (25,70)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,71)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (66)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,83)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Eduardo Lopes (37,44,68)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (32,62)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,63)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (78)</p> <p>Alvaro Dias (74)</p> <p>Paulo Bauer (5,31,73,79)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46,75)</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18,76)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,59,60)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,64)</p> <p>Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,81)</p> <p>João Costa (82,84)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,59,60)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,64)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,81)</p> <p>Líder do PPL - 1 João Costa (82,84)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (38)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,59,60)</p> <p>Benedito de Lira</p> <p>Lídice da Mata (30,39,83)</p> <p>Jorge Viana</p> <p>Vital do Rêgo</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.

11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).

12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme OF. N° 068/2011-GLDPP.

13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.

14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.

15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.

17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.

18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.

19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.

20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.

21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.

22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.

23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

24. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

25. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

27. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.

30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.

31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

34. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.

38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.

39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.

40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.

41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.

45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.

46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.

54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).

55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).

56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

58. O senador Mozarildo Cavalcanti está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 12/12/2012 a 12/04/2013.

59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.

60. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.

61. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.

62. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.

63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.

64. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.

65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.

66. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB N° 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.

67. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.

68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.

69. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.

70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.

71. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.

72. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).

73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.

74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.

75. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.

77. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV N° 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.

79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.

80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.

81. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.

82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.

83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
85. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO N° 0014/2013-GLPSD.
86. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO N° 0014/2013-GLPSD.
87. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO N° 002/2013-GLDPDT.
88. O senador Sérgio Petecão está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 19/02/2013 a 26/02/2013.
89. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
90. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO N° 08/2013-GLDPP.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(6,10)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Paulo Davim (PV) (2)
Senador Luiz Henrique (PMDB) (2)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)	

Notas:

- *. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
- 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO (2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

PRESIDENTE: VAGO

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

PRESIDENTE: VAGO

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

**9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A
CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

**10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE
À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL**

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹³⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (10,14)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (55)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (34,35,46,47)	6. Cristovam Buarque (PDT) (8)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (17,22)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,27,28)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (11,12,18,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,58)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (58)
Cyro Miranda (PSDB) (58)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,58)
Alvaro Dias (PSDB) (58)	3. Paulo Bauer (PSDB) (58)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Moraes (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB) (48)
Antonio Russo (PR) (26,27,28,53)	3. Blairo Maggi (PR) (38,39,51,52)
João Ribeiro (PR) (6,54)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21)

PSD PSOL ⁽²⁴⁾

Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,56)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (57)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ángela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antônio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tornado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6^a para a 2^a suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

26. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).

27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).

28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).

31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).

32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).

33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).

34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).

36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012-BLUFOR/SF).

40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.

41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).

43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).

47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).

48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).

51. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).

52. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

53. Senador Antônio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.

54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.

55. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).

56. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).

57. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. Nº 0012/2013-GLPSD).

58. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT) ⁽⁵⁾	1. VAGO (3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazzotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. n° 089/2012 - GLDBAG).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾		
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)		1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾		2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾		
Francisco Dornelles (PP)		1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾		2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾		1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

- Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
- Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
- Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
- Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²³⁾	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(6,17,23,30)
Paulo Davim (PV) ^(2,23)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,30)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,4,23)	3. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30)
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²³⁾	4. Lobão Filho (PMDB) ^(23,30)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²³⁾	5. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23)	6. Roberto Requião (PMDB) ^(10,23,30)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,25,30)	7. Benedito de Lira (PP) ^(23,30)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(7,9,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽³¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,5)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁴⁾
VAGO ^(28,29,32)	3. Antonio Russo (PR) ^(19,20,33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).

30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).

31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.

34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
VAGO (4)	1. VAGO (2)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. VAGO (6,7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (4)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
7. Vago em virtude do Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.
8. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
- *. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- **. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²³⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (6)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (6,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Jorge Viana (PT) (11)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,50,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (8)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) (39,51)	1. Renan Calheiros (PMDB) (2,4,15,20,26,39,51)
Eunício Oliveira (PMDB) (1,16,39,51)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,15,36,39,46,51)
Pedro Simon (PMDB) (39,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (13,15,39,51,52,53,63,64)
Romero Jucá (PMDB) (39,51)	4. Eduardo Braga (PMDB) (14,15,39,51)
Vital do Rêgo (PMDB) (20,39,51)	5. Lobão Filho (PMDB) (39)
Luiz Henrique (PMDB) (27,39)	6. Waldemir Moka (PMDB) (39)
Francisco Dornelles (PP) (39)	7. Benedito de Lira (PP) (39)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (7,71)
José Agripino (DEM) (18,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (17,42,44)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (10,45,65)
Gim (PTB) (62)	2. Ciro Nogueira (PP) (6,45)
Magno Malta (PR)	3. VAGO (19,21,34,35,66,67)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (47,48)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (40,41,43,69)	1. Kátia Abreu (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,70)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domellos e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.N° 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)

7. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

6. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme ROS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 089/2011-GLPMDB)

17. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

26. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).

27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).

28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).

34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDDB nº 45/2012).

37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.

40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.

42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).

43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.

44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).

45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).

46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).

48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).

49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

50. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).

51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).

52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.

56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).

57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).

61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).

62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).

65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).

67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

69. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).

70. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).

71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).

72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (38)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (49)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) (43)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,19,43,46)
Pedro Simon (PMDB) (26,27,29,40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (43,46,56)
Ricardo Ferraço (PMDB) (6,12,25,43)	3. Luiz Henrique (PMDB) (43)
Benedito de Lira (PP) (28,31,39,43)	4. VAGO (43,46)
Ana Amélia (PP) (17,43)	5. VAGO (43,46)
Romero Jucá (PMDB) (43,46)	6. VAGO (20,43,46)
João Alberto Souza (PMDB) (43,46,47,48,55,57)	7. VAGO (10,43)
Waldemir Moka (PMDB) (43,46)	8. (43)
Ciro Nogueira (PP) (43,46)	9. (43)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5,64)	1. Cícero Lucena (PSDB) (33,64)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,64)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3,64)
Paulo Bauer (PSDB) (64)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,64)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,54,64)
José Agripino (DEM) (8)	5. VAGO (7,44,45,64)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(52,41)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (58)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,42)
Magno Malta (PR) (11,24)	3. Antonio Russo (PR) (36,37,60)
João Ribeiro (PR) (24,61)	4. VAGO (51,53,59)
PSD PSOL ⁽³⁴⁾	
Kátia Abreu (PSD) (32,35,50,62)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63)

Notas:

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).

31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).

32. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

33. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).

34. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

36. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

37. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

38. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDB AG).

39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).

43. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.

44. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).

45. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).

46. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.

47. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

48. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

50. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

51. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

52. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

53. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).

54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

55. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

56. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).

57. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).

58. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

59. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

60. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.

61. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.

62. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).

63. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. Nº 0012/2013-GLPSD).

64. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (11,15,39,40,49,50)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB) (16)	1. Valdir Raupp (PMDB) (41,42,53,54)
VAGO (19,20,38)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (20,21)
Sérgio Souza (PMDB) (6)	4. João Alberto Souza (PMDB) (17)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO (30,32,36)
Ivo Cassol (PP) (12,13,22,23)	6. VAGO (8,28,29,31,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (61,57)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (57)
Flexa Ribeiro (PSDB) (7,10,57)	2. Cícero Lucena (PSDB) (57)
José Agripino (DEM) (18,26,27)	3. VAGO (26,51)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(47,37)	
Gim (PTB) (1,25,52)	1. João Vicente Claudino (PTB) (2)
Fernando Collor (PTB) (58,46,48,55)	2. Blairo Maggi (PR) (43)
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (59,4)	1. Kátia Abreu (PSD) (60,4,5,9,34,44,45,56)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgáio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
9. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
10. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
16. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
21. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
22. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
27. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
34. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
35. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
36. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

38. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

40. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF n° 087/2012-GLDBAG).

41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).

43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).

46. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAL V n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).

47. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

48. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012-BLUFOR/SF).

49. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).

50. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).

51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).

52. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

53. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).

56. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

60. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIOS n°s 012 e 013/2013-GLPSD).

59. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OF. N° 0012/2013-GLPSD).

57. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).

58. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).

61. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário n° 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,8)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(4,9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,6)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
⁽⁵⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁶⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,4)
Aníbal Diniz (PT)	3. VAGO ^(6,7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁵⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,6,10)	1. VAGO ^(6,11,12,13)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular, Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
7. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
8. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
9. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
10. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

11. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

12. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) (7)	1. Anibal Diniz (PT) (7,10)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (1,3,4,6)	1. Ivo Cassol (PP) (9)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) (5,10,12)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Lídice da Mata (PSB) ^(49,52)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(13,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(14,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,38,40)	6. VAGO ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(7,9,26,33)
VAGO ^(2,12,28,29,31,42)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(32,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(17,30)	4. VAGO ⁽²⁰⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁹⁾	5. VAGO ⁽¹²⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,8,16,36,46)	1. VAGO ^(6,23,58)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁹⁾
VAGO ^(18,37,45,54)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(53,43)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(1,56)	1. Gim (PTB) ^(47,55)
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. VAGO ^(50,51,57)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽³⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

9. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

20. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).

37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).

38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).

41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).

45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).

46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.

47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).

48. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).

49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tornado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

50. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

52. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).

51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).

53. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

55. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

56. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

57. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

58. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).

59. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,9)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) ^(23,24,26)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ^(12,13,14,21,27,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁸⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. VAGO ^(10,30)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,22)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽³⁴⁾
Gim (PTB) ⁽³¹⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR) ^(25,28,35,36)	3. João Ribeiro (PR) ^(19,20,37)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).

27. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).

28. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).

29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).

34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).

37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.

38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.

39. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIO nº 012/2013-GLPSD).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tornado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1)	1. VAGO (2,7)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. N° 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (20,21)
Acir Gurgacz (PDT) (31,32,44,45)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁵⁾	
Valdir Raupp (PMDB) (26,33,34,47,48)	1. Romero Jucá (PMDB) (26)
Waldemir Moka (PMDB) (26)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,26)
Lobão Filho (PMDB) (26)	3. Roberto Requião (PMDB) (26)
Vital do Rêgo (PMDB) (26)	4. Francisco Dornelles (PP) (9,26)
Ricardo Ferraço (PMDB) (26)	5. Clésio Andrade (PMDB) (11,22,23,26)
Eduardo Braga (PMDB) (26)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (26)
Ciro Nogueira (PP) (26)	7. Ivo Cassol (PP) (15,16,17,24,26)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (53)	1. Aécio Neves (PSDB) (53)
Flexa Ribeiro (PSDB) (53)	2. Alvaro Dias (PSDB) (53)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,53)	3. Cyro Miranda (PSDB) (4,7,53)
Wilder Morais (DEM) (29,37)	4. Jayme Campos (DEM) (29,38)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(42,25)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim (PTB) (36,46)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) (35)	3. VAGO (41,43,50)
PSOL	
(19)	1. Randolfe Rodrigues (19,49)
PSD	
Sérgio Petecão (27,39,40,51,52,30)	1. Kátia Abreu (5,6,12,14,27,28,52,30)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

20. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

21. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

24. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.

27. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

28. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.

29. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).

30. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

31. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

32. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).

33. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

34. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

35. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

36. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).

37. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).

38. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).

39. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

40. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

42. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

43. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).

44. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).

45. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).

46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).

49. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. GSRR nº 264/2012).

51. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

50. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

52. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).

53. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
VAGO (1,5,6,7,9)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO (3,4,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
Jorge Viana (PT)		1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)		
Ivo Cassol (PP)		1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)		2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Jayme Campos (DEM)		1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)		
		1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. N°058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

**. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Wellington Dias (PT) (1)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (2)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (33,34,39,40)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (14)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁰⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) (13)
Ricardo Ferraço (PMDB) (21,22,24,28,32)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (3,38)
Eduardo Braga (PMDB) (16,35)	4. VAGO (27)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (8,9,17,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO (23,25,29)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,20,43)	1. Cícero Lucena (PSDB) (43)
Ruben Figueiró (PSDB) (43)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,43)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) (4,36)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(37,30)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (42)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) (31)	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁶⁾	
	1. VAGO (15,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
18. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
21. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
22. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
25. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
31. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
32. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
33. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
34. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).
35. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
36. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
37. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

38. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).

39. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).

40. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).

41. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão, em razão do disposto no art. 77, § 2º, do RISF (Of. GSRR nº 264/2012).

42. O Senador Moacirito Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

43. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (OF. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(OF. n° 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (OF. n° 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(OF. n° 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpiada e Paraolímpiada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) (27,29,36,53)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (25,26,28,35,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (39,40,51,52)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,20)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (17)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (59)
Ruben Figueiró (PSDB) (59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (2,9,14,59)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO (5,18,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,37)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (24,33,34,46)	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)
PSD PSOL ⁽³⁰⁾	
Kátia Abreu (PSD) (32,60)	1. Sérgio Petecão (PSD) (31,43,44,58,60)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. n° 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

32. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

31. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

36. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).

43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).

47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).

48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).

50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).

51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

52. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).

53. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).

54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).

57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.

58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

59. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.

60. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (11,13)
João Capiberibe (PSB) (9,10,18)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,22,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (2,4,12)
Valdir Raupp (PMDB) (25,26,31,32)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) (30)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (6,7,14,15)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (36)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (36)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	2. Cícero Lucena (PSDB) (36)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(28,24)	
Gim (PTB) (29)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (3,17)	2. João Ribeiro (PR) (17,34)
PSD PSOL ⁽²⁰⁾	
VAGO (5,27,33)	1. Sérgio Petecão (PSD) (19,21,35)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.º 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of.º 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Randalfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of.º 274/11-GSMB).

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of.º 223/2011-GLPMDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of.º 99/11-GLDBAG).

10. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

11. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of.º 126/2011 - GLDBAG).

12. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of.º 270/2011 - GLPMDB).

13. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of.º 128/11-GLDBAG).

14. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of.º 656/2011-GSICAS).

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

17. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of.º 145/2011-GLDBAG).

19. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

20. Em 16.02.2012, foi lido o Of.º 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of.º 6/2012 - GLPSD).

22. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of.º 34/2012-GSMC).

23. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of.º 31/2012 - GLDBAG).

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF.º 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

25. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

26. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

27. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of.º 55/2012 - GLPSD).

28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

29. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).

31. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

32. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).

33. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
34. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.

35. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro suplente do PSD na Comissão (OF. N° 0013/2013-GLPSD).

36. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Oficio nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽⁹⁾
João Alberto Souza (MA)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽²⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽¹⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Cláudio (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 09/11/2012

Notas:

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
8. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁽²⁾	PTB
VAGO ⁽¹⁾	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/12/2012

Notas:

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

2. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1085/12, aprovado na Sessão de 11.12.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS**PMDB**VAGO ^(10,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ^(3,21)**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾**PR**VAGO ^(8,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾**PSOL**VAGO ^(5,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) (7)

PSD

Kátia Abreu (TO) (18,19,20,22,23)

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 06/02/2013

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.
19. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
20. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0060/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF
21. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1085/12, aprovado na Sessão de 11.12.2012.
22. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
23. A Senadora Kátia Abreu foi designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. nº 0009/2013-GLPSD, de 04.02.2013, lido na sessão do Senado Federal do dia 06.02.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS**PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁴⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁶⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽⁸⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁷⁾**PR**VAGO ^(10,19,20)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁴⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁶⁾**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹¹⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(12,13)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,17,18)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(2,15)**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽²²⁾

PV

Paulo Davim (RN) (5)

Atualização: 27/08/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
19. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of nº 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Humberto Costa (PE) ⁽¹⁾**PSDB**

Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾**PTB**

Gim (DF) ⁽⁸⁾**DEM**

PR

VAGO ^(2,15,16)**PP**

Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**

Cristovam Buarque (DF) ⁽⁹⁾**PSB**

João Capiberibe (AP) ⁽¹²⁾**PC DO B**

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**

Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹⁰⁾**PSC**

PSD

Sérgio Petecão (AC) (7)**PV**

Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 04/02/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
8. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 0030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
15. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 101/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.
16. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾

DEM

VAGO ⁽¹⁷⁾

PR

VAGO ^(5,16,19)

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹²⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) ⁽⁷⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁶⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁸⁾

PSC

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO) (2,14,15,18,20)**PV**

Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 04/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme OF. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme OF. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
14. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
15. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0056/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF.
16. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 108/2012-BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.
17. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 05.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012.)
18. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
19. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
20. A Senadora Kátia Abreu foi designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. nº 0010/2013-GLPSD, de 04.02.2013, lido na sessão do Senado Federal do dia 06.02.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012

MEMBROS

PMDB

VAGO (10)

PT

Jorge Viana (AC) (7)

PSDB

PTB

DEM

PR

VAGO (2,11)

PP

Ivo Cassol (RO) (6)

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) (4)

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) (3)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) (1)

PRB

PSC

Eduardo Amorim (SE) (9)

PSD

Kátia Abreu (TO) (8,12,13)

PV

Paulo Davim (RN) (5)

Representante da sociedade civil organizada

Pesquisador com produção científica relevante

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 06/02/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GRSS nº 00201/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº GLPR nº 027/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 192/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSLMAT nº 456/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 045/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 058/2012-GLPP, de 11/09/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. 028/2012-GLDPT, de 25.09.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 25.09.2012.
8. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0061/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data.
9. O Senador Eduardo Amorim foi designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 184/2012, de 29/10/2012, do Gabinete da Liderança do PSC, lido na sessão do Senado Federal do dia 31/10/2012.
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
13. A Senadora Kátia Abreu foi designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. nº 0011/2013-GLPSD, de 04.02.2013, lido na sessão do Senado Federal do dia 06.02.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados⁸

COMPOSIÇÃO²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves^{4, 16, 23 e 25}

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares⁶

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá⁶

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. ^{10 e 18}
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{10, 12 e 19}
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{9 e 10}	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) ^{11 e 13}
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. ¹²
PR	
João Costa (PPL/TO) ^{16, 17 21 26}	1. Antonio Russo (PR/MS) ^{20 e 24}
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. ^{14, 15 e 22}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do

Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.

11- Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

12- Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

13- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

14- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

15- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.

16- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

17- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

18- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

19- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.

20- Em 22-1-2013, o Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 180 dias, conforme RQS nº 1/2013.

21- Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30-1-2013.

22- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

23- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVALV nº 002/2013).

24- Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30-1-2013.

25- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.

26- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em 19-2-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 19, de 2013, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) ²²
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) ^{16, 17, 21 e 23}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Fólio (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Márcio França (PSB/SP) ^{14, 15 e 24}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) ^{19 e 20}
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) ¹⁸	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) ¹⁸
PCdoB	
Evandro Milhomem (PCdoB/AP) ²⁵	1. Chico Lopes (PCdoB/CE) ^{5, 25}
PMN ¹	
2	2

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.
- 18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.
- 19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antônio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.
- 20- Designado o Deputado Antônio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.
- 21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.
- 22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.
- 24- Designado o Deputado Márcio França, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 28-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 201, de 2012, da Liderança do PSB.
- 25- Designados os Deputados Evandro Milhomen, como membro titular, e Chico Lopes, como membro suplente, em substituição aos Deputados Osmar Júnior e Manuela D'Ávila, respectivamente, em 20-2-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 25, de 2013, da Liderança do PCdoB.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)
PSD	Átila Lins (PSD/AM) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Moling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foleto (PSB/ES)
PSD	Irajá Abreu (PSD/TO) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO) ^{1, 3 e 4}
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
PSD	Jorge Boeira (PSD/SC) ²

Notas:

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

2- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVALV nº 002/2013).

4- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazzotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PSD	Manoel Salviano (PSD/CE) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}**Vice-Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}**Relator:** Senador Sérgio Souza^{16 e 20}**Instalação:** 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
²²	3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho**Telefone:** (61) 3303-3122**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
4	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{2 e 5}
DEM	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Gim e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.
- 3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 5- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:****Vice-Presidente:**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/MT) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 04.02.2013)

Notas:

1-Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2-Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰ ¹¹	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
Angela Portela (PT/RR) ¹⁹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
	4. ⁶
	5. ¹⁹

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)

¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)

Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)

PTB

Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
---------------------------	------------------------------

PSOL¹

⁵	1.
--------------	----

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tornado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Lilian Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nºs 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nºs 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nºs 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nºs 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Galdo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB/AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Terreiro
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	Vago ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.02.2013

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.20022^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.20043^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Notas:1- Conselheiros eleitos para a 3^a Composição tomaram posse em 08.08.2012.2- Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Senador Roberto Requião⁶**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Wellington Fagundes ²⁰
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ²¹	Fernando Collor

(Atualizada em 28.11.2012)

Notas:

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012

20 – O Deputado Wellington Fagundes foi designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da República – PR, em substituição ao Deputado Giacobo, nos termos do Of. nº 551/2012, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 28.11.2012, e do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 53/2012.

21- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1085/12, aprovado na Sessão de 11.12.2012.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 188 páginas
(OS: 10492/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

